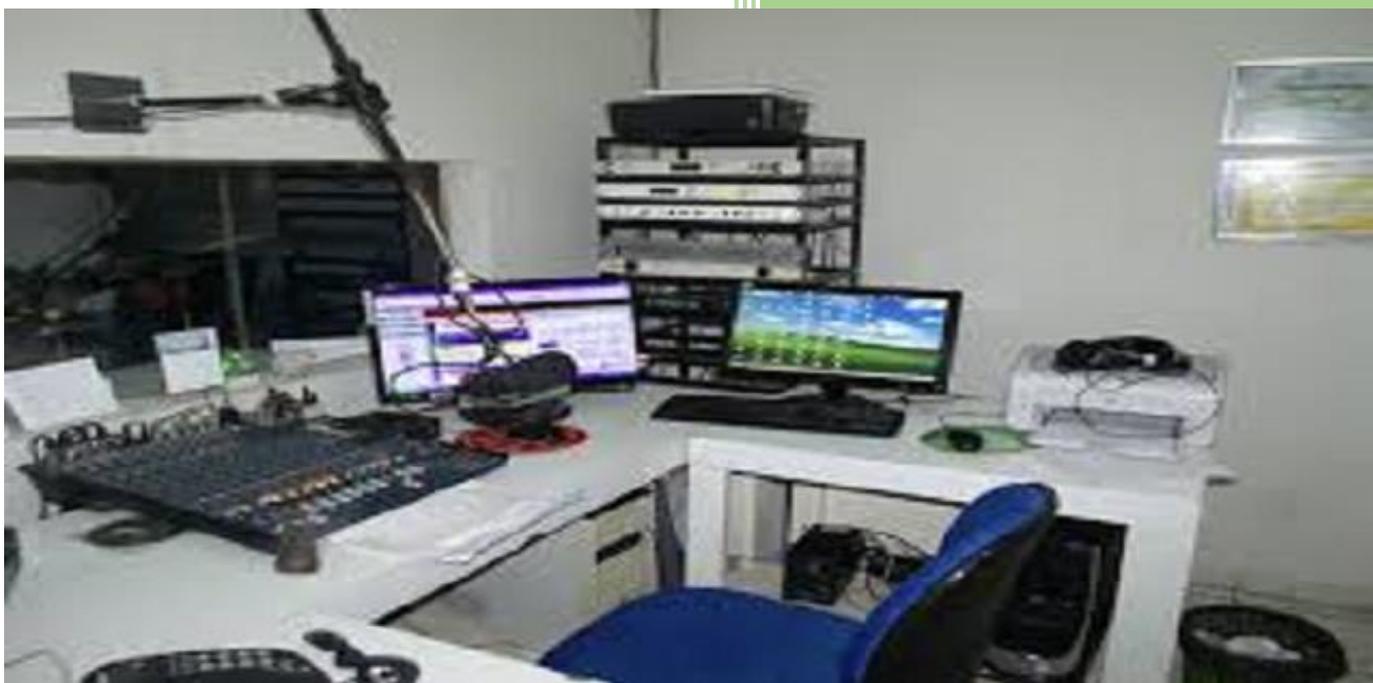


Estudo-diagnóstico sobre gestão e sustentabilidade das rádios comunitárias em Cabo Verde



**Autoridade Reguladora para a
Comunicação Social**

2019

Ficha técnica

Título: Estudo-diagnóstico sobre gestão e sustentabilidade das rádios comunitárias em Cabo Verde (Versão não editada graficamente, nem alvo de revisão profissional de texto.)

Autoria

Autoridade Reguladora para Comunicação Social

Edifício Santo António, Bloco A, 2.º andar - Achada de Santo António Caixa Postal n.º 313-A

Tel. 5347171

Site: www.arc.cv

E-mail: arccv@arc.cv - arccv2015@gmail.com

Equipa técnica

Supervisão geral: Jacinto Estrela

Coordenação: Celso Santos Medina

Equipa técnica:

Fernand Olende, Marlene Teixeira, Larice Freire Semedo e Idalgisa Moreira

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	6
I. ENQUADRAMENTO: OBJETIVOS, METODOLOGIA E DEFINIÇÕES	8
1.1. OBJETIVOS DO ESTUDO	8
1.2. METODOLOGIA	8
1.3. O QUADRO CONCEPTUAL: QUE SUSTENTABILIDADE PARA AS RÁDIOS COMUNITÁRIAS?	9
II. FUNCIONAMENTO DAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS	12
2.1. QUADRO LEGAL	12
2.1.1. REGIME JURÍDICO PARTICULAR DA RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA	12
2.1.2. LIMITES E POSSIBILIDADES OFERECIDAS PELO DECRETO-LEI Nº 50/2010.....	14
III. RÁDIOS COMUNITÁRIAS EM CABO VERDE	20
3.1. OPERADORES E SERVIÇOS DE PROGRAMAS LICENCIADOS	20
3.2. GRELHA DE PROGRAMAÇÃO E PRINCIPAIS TEMÁTICAS	23
4.1. PERCEÇÃO DOS OUVINTES	26
4.1.1. Enquadramento e notas sobre a metodologia específica	26
4.1.2. Caracterização dos dados: quem, onde e como se escuta as Rádios Comunitárias	28
4.1.3. A rádio e a sua comunidade	32
4.2.1. Enquadramento e notas sobre a metodologia específica	44
4.2.2. Análise dos dados recolhidos	44
4.2.3. Instalação das emissoras locais	45
4.2.4. Conteúdos radiofónicos	46
4.2.5. Percurso das rádios comunitárias	47
4.2.6. Viabilidade das rádios comunitárias	49
4.2.7. Desafios futuros	51
VI. ANÁLISE DE CENÁRIOS PARA A SUSTENTABILIDADE DAS RÁDIOS COMUNITÁRIA	59
6.1. ENQUADRAMENTO E METODOLOGIA ESPECÍFICA	59
6.2. ORÇAMENTO DAS RECEITAS	60
6.2.1 PRESSUPOSTOS CONSIDERADOS NA CONSECUÇÃO DE FUNDOS/RECEITAS	60
6.2.2. NECESSIDADE DE MUDANÇA DE PARADIGMA NA PROCURA DE RECURSOS	62
6.2.2.1. Receitas provenientes da contribuição da comunidade	62
6.2.2.1. Receitas provenientes das associações presentes na zona de cobertura	63
6.2.2.2 Receitas produto dos anúncios feitos pela própria rádio	65
6.2.2.3. Receitas provenientes dos spots publicitários locais.....	66
6.2.2.3. Projeção das receitas (5 anos) considerando o “mix” dos paradigmas.....	66
6.3. ORÇAMENTO DA PRODUÇÃO DO SERVIÇO	69
6.3.1. ESTIMATIVA DO TEMPO DE PRODUÇÃO DO SERVIÇO	69
6.3.2. ORÇAMENTO DA MÃO-DE-OBRA DIRETA	69
6.3.3. ORÇAMENTO DE MATERIAIS INDIRETOS DE PRODUÇÃO DO SERVIÇO.....	72

6.3.3.1 Despesas ligadas ao direito de emissão.....	72
6.3.3.2. Despesas com serviços externos ligados à produção de serviços da rádio	73
6.3.3.3. Despesas com serviços externos não diretamente ligados ao serviço da rádio	73
6.3.3.4. Amortização dos equipamentos.....	74
5.4.1. DETERMINAÇÃO DO PONTO DE EQUILÍBRIO (BREAK EVEN POINT)	77
VI. CONCLUSÕES/RECOMENDAÇÕES	79
BIBLIOGRAFIA.....	83
ANEXOS I – QUESTIONÁRIOS APLICADOS NO ÂMBITO DA REALIZAÇÃO DO ESTUDO	85
ANEXOS II – DADOS DE CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA	107

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Rádios comunitárias autorizadas	20
Figura 2 - Géneros jornalísticos por rádio comunitária.....	24
Figura 3 - Tamanho da amostra/por proporções	27
Figura 4 - Pessoas que escutam a Rádio Comunitária por Município	29
Figura 5 - Pessoas que escutam as RC por idade.....	30
Figura 6 - Frequência de escuta.....	30
Figura 7 - Plataformas de escuta.....	31
Figura 8 - Plataformas de escuta.....	32
Figura 9 - Pertença à comunidade, perceção da relação entre as RC e as câmaras municipais e conhecimento da entidade proprietária	33
Figura 10 - Presença dos problemas, informações e condições de vida nas comunidades.....	34
Figura 11 - Pessoas que entraram em contacto e forma como o fizeram	35
Figura 12 - - Dedicatórias, avisos e eventos.....	36
Figura 13 - Satisfação com a programação	37
Figura 14 - Avaliação dos locutores	37
Figura 15 - Qualidade da informação/notícias da comunidade	38
Figura 16 - Identificação de programas e de locutores	38
Figura 17 - Identificação de Associações e Artistas ou Grupos Musicais.....	39
Figura 18 - Pedido de opinião em relação a programação	40
Figura 19 - Matéria de opinião	40
Figura 20 - Língua de preferência.....	41
Figura 21 - Preferências ao nível da programação.....	41

Figura 22 - Opinião favorável ao financiamento	42
Figura 23 - Modalidades de financiamento	42
Figura 24 - Identificação de forças e fraquezas	54
Figura 25 - Identificação de oportunidades e ameaças.....	56
Figura 26 - Dados de pressupostos na consecução de fundos	61
Figura 27 - Projeções das audiências/ano.....	61
Figura 28 - Projeção de receitas provenientes da contribuição das comunidades	63
Figura 29 - Projeção de receitas provenientes de associações.....	64
Figura 30 - Projeção de receitas provenientes de associações.....	64
Figura 31 - Projeção de receitas provenientes de anúncios	65
Figura 32 - Projeção de receitas provenientes de spots.....	66
Figura 33 - Projeção de receitas (5 anos) considerando o “mix” dos paradigmas	67
Figura 34 - Projeção de receitas (5 anos) considerando o “mix” dos paradigmas.....	67
Figura 35 - Projeção de receitas (5 anos) considerando o “mix” dos paradigmas.....	68
Figura 36 - Projeção de receitas (5 anos) considerando o “mix” dos paradigmas.....	68
Figura 37 - Tempo estimado de produção do serviço	69
Figura 38 - Projeção de orçamento de mão-de-obra	70
Figura 39 - Projeção de orçamento de mão-de-obra	71
Figura 40 - Projeção de despesas de direito de emissão.....	72
Figura 41 - Projeção de orçamento de mão-de-obra	73
Figura 42 - Projeção de despesas com serviços externos	73
Figura 43 - Amortização dos equipamentos.....	74
Figura 44 - Investimentos em equipamentos.....	75

Figura 46 - Orçamento de caixa.....76

Figura 47 - Orçamento de caixa.....77

INTRODUÇÃO

A partir da segunda metade do século XX, as rádios comunitárias (RC) vêm sendo, em todo o mundo, atores privilegiados no processo de comunicação, de sensibilização e mobilização, de tomada de decisão, de educação, de advocacia e de monitoria de políticas e programas que almejam atingir um desenvolvimento harmonioso e equilibrado. Independentemente da sua localização geográfica, elas possuem algumas características comuns, tais como não serem lucrativas, terem interesses comunitários, darem primazia à utilização da língua local e serem geridas por uma comunidade.

As rádios comunitárias não só constituem poderosas ferramentas para o desenvolvimento, como também se configuram como espaços públicos das comunidades mais excluídas dos espaços de participação mais tradicionais e convencionais. Adicionalmente, elas possuem a vantagem do compromisso com a melhoria das condições de existência e de conhecimento dos membros de uma comunidade, do imprescindível princípio da participação, e do alcance de todos os membros da comunidade na sua própria língua.

Em diversos relatórios do PNUD sobre o desenvolvimento humano se assinalou que os pobres, em geral, são os que têm menores possibilidades de acesso à informação, incluindo sobre as decisões e políticas públicas que lhes afetam diretamente, carecendo de informação vital para as suas vidas, tal como informação sobre a existência de serviços públicos gratuitos. Somente com acesso à informação as populações poderão intervir de forma mais significativa na gestão dos assuntos que dizem respeito às suas comunidades.

Em Cabo Verde operam, atualmente, oito das quinze rádios comunitárias licenciadas, mas com grandes dificuldades para suportar o seu regular funcionamento, em virtude da falta de recursos humanos, materiais e financeiros, condicionando a sua missão de dar vez e voz às comunidades locais nos diversos pontos do território nacional.

Além das dificuldades financeiras, as RC acusam algumas irregularidades que têm a ver com a ausência de jornalistas munidos da carteira profissional, tanto na sua direção, para assegurar os serviços noticiosos e o trabalho nas redações, como nos conselhos comunitários, cuja inexistência ou deficiente funcionamento tem também dificultado um melhor desempenho por partes desses serviços de programas.

A situação mais grave até agora encontrada tem sido a presença do poder municipal na gestão das RC, principalmente através do financiamento de remunerações dos radialistas, o que tem acontecido em vários concelhos do país. Entre as razões constatadas, destaca-se o fato de as ONG que as operam, enquanto entidades da sociedade civil de fins não lucrativos, recorrerem a apoios das câmaras municipais para que esses serviços de programas continuem a funcionar, embora em gritante violação das leis que regem o setor e pondo em causa a sua independência face aos demais poderes.

A viabilidade económica/sustentabilidade financeira das rádios comunitárias constitui, por isso, o maior desafio de todos os operadores desses serviços de programas, num país onde já ficou provado, na última década e meia, que as RC podem ser um importante instrumento de comunicação e de participação no processo de desenvolvimento local, além de contribuir para o reforço da cidadania e para a mudança de atitudes e comportamento.

As oportunidades e os riscos que as rádios comunitárias enfrentam são, na presente conjuntura, enormes e encorajam a uma análise das suas possibilidades e potencialidades à luz do quadro legal e normativo vigente, com vista a um melhor conhecimento da realidade em que trabalham e à inventariação de propostas ou medidas a serem implementadas, com base numa visão de futuro, rumo a uma maior sustentabilidade.

O estudo diagnóstico sobre a gestão e sustentabilidade das rádios comunitárias é, assim, concebido para analisar a situação atual das rádios comunitárias como instrumentos importantes de desenvolvimento local e de reforço da cidadania, refletir sobre o papel dos seus operadores enquanto atores não-governamentais e de fins não lucrativos, bem como inventariar e maximizar as possibilidades e potencialidades desses serviços de programas.

I. ENQUADRAMENTO: OBJETIVOS, METODOLOGIA E DEFINIÇÕES

1.1. OBJETIVOS DO ESTUDO

Gerais:

Analisar o estado de funcionamento atual das rádios comunitárias que operam em Cabo Verde e identificar alternativas de viabilidade que garantam a sua sustentabilidade.

Específicos:

- (i) Analisar o percurso das rádios comunitárias;
- (ii) Conhecer o contexto atual em que operam as rádios comunitárias;
- (iii) Identificar os principais entraves que condicionam o normal funcionamento das rádios comunitárias e criar cenários alternativos de viabilidade;
- (iv) Propor medidas de gestão, mecanismos de participação e alternativas de geração de recursos

1.2. METODOLOGIA

Atendendo aos objetivos apresentados, foi realizado um trabalho de consulta bibliográfica, acompanhado de análise documental e leitura cuidada dos resultados dos relatórios das missões de fiscalização realizadas pela ARC em 2016 e 2017.

Entre setembro de 2018 e março de 2019, foram entrevistadas personalidades com percursos profissionais, académicos e associativos ligados ao sector da comunicação social, com base em questionários estruturados.

Entre os dias quatro de julho e oito de agosto de 2018 foi realizado um inquérito aos ouvintes das rádios comunitárias. Para o efeito, como universo foram consideradas as habitações com uma linha telefónica, conforme dados disponíveis na lista telefónica das páginas amarelas do ano de 2018, nos municípios com sinal de uma emissora comunitária. Neste inquérito foram realizadas 2210 chamadas consideradas válidas, das quais 592 das pessoas que atenderam afirmaram que escutavam as rádios comunitárias. Foi considerado um nível de confiança de 95%, com um o erro máximo da amostra situado nos 4%.

Pretendeu-se, também, com este estudo identificar as necessidades em equipamentos, recursos humanos e os custos de funcionamento. De igual modo, foram analisadas potenciais fontes de receitas e determinada a sua implicação no funcionamento ininterrupto das rádios comunitárias, conseqüentemente, a sua viabilidade e sustentabilidade.

Os resultados obtidos das análises feitas por este grupo de trabalho não esgotam o tema em toda a sua dimensão e complexidade, pelo que outras contribuições e/ou estudos poderão e deverão ser desenvolvidos.

1.3. O QUADRO CONCEPTUAL: QUE SUSTENTABILIDADE PARA AS RÁDIOS COMUNITÁRIAS?

Particularizar a sustentabilidade das rádios comunitárias é um exercício complexo, devido às suas múltiplas dimensões, nomeadamente social, institucional e económica. No decorrer do tempo um destes elementos tem recebido maior atenção, em detrimento dos outros, o que tem resultado na acumulação das dificuldades que estas rádios enfrentam. Na história das rádios comunitárias em Cabo Verde, o pilar económico tem-se sobreposto, na decorrência de financiamentos externos (ou de parceiros nacionais) que possibilitaram o arranque e o seu funcionamento até certo ponto. Os dados recentes, marcados por episódios frequentes de interrupção das emissões, revelam as fraquezas de uma abordagem até agora essencialmente focada na dimensão financeira, excluindo-se, paulatinamente, a participação efetiva da comunidade e das organizações da sociedade civil nas vertentes económica, social e institucional, com reflexo negativo na sua capacidade interna de gerar recursos e, desse modo, garantir o funcionamento contínuo das emissoras.

Não havendo uma fonte única, um modelo que garanta o financiamento das atividades das rádios, vários mecanismos têm vindo a ser implementados num esforço por cobrir despesas e custos inerentes ao seu funcionamento, no entanto, insuficientes e muitas vezes desadequados do contexto e das necessidades permanentes das estações. O predomínio do financiamento por parte de parceiros tem sido o modelo mais comum, o que vem limitando a participação dos principais beneficiários. Neste trabalho, propõe-se a alteração do paradigma atual pelo de um maior envolvimento da comunidade, começando pela sua participação nas decisões de programação, motivando-a à sua

contribuição financeira para as suas atividades, a cobertura de custos com serviços básicos, o pagamento de técnicos e a renovação de equipamentos.

Na sua origem, em Cabo Verde, as rádios comunitárias estiveram intimamente ligadas a projetos de comunicação para o desenvolvimento, sendo propriedade das ONG responsáveis por estas iniciativas, o que obriga, à partida, a que qualquer debate sobre a sua sustentabilidade passe, necessariamente, pelo pilar da sustentabilidade social, que implica participação, apropriação e empoderamento comunitários. Os projetos editoriais das rádios comunitárias resultam do entendimento de que só pode haver desenvolvimento se houver mudança social, engendrado no exercício pleno e democrático da participação das comunidades em assuntos que lhes dizem respeito, podendo as suas virtudes ser consideradas a partir do momento em que a comunidade se interesse e se sinta parte do plano ou do projeto. Tal implica que a comunidade se aproprie da agenda editorial, ou que ela adote como sua e assuma a responsabilidade de zelar pelo seu andamento, esperando, também, do projeto editorial, como retribuição, um contributo para o seu fortalecimento e o empoderamento dos seus atores.

Trata-se, como se percebe, de uma vinculação direta dos atores sociais à gestão do meio de comunicação comunitário, que deve desenvolver-se em equilíbrio com todo o ambiente institucional interno e externo das próprias rádios. Este equilíbrio é fundamental, na medida em que a sustentabilidade institucional é o indicador que permite a rádio comunitária desenvolver uma política comunicativa independente e participativa. Neste contexto, importa referir o marco legal e ao ambiente regulatório como indicadores de sustentabilidade externa. Mas é, igualmente importante considerar o ambiente interno, no tocante às condições organizacionais que facilitam o voluntariado e os vínculos laborais, assim como no concernente a mecanismos de gestão, a transparência e outras capacidades que permitem o órgão desenvolver uma atividade editorial autónoma e independente.

O terceiro pilar deste equilíbrio é a já referida sustentabilidade económica, correspondendo à capacidade da rádio, através de diferentes mecanismos, conseguir gerar recursos financeiros que cubram os custos. As rádios comunitárias, devido à natureza editorial e ao regime de propriedade, estão limitadas por lei no acesso ao mercado de publicidade nos mesmo moldes que uma rádio puramente comercial. Porém, podem aceder a financiamentos de instituições, em casos/projetos muito específicos. A grande

verdade, no entanto, é que o simples acesso a fontes externas de financiamento não constitui uma garantia de permanência ininterruptas das suas emissões, o que abre o debate sobre as atuais condições de sustentabilidade, pressuposto que tem, como indicador fundamental, a capacidade da rádio para gerar os recursos necessários ao seu funcionamento.

De novo, é preciso voltar ao processo participativo e ao ambiente institucional, já que, tal como se considera neste estudo, é possível uma rádio comunitária garantir as condições de autofinanciamento, à condição de que sejam identificados pontos de equilíbrio entre estes três fatores. O ambiente institucional interno pode, não só, gerar as condições ideais para a adesão de voluntários ao projeto, como também pode estimular ações participativas que envolvam um compromisso da comunidade. Além disso, a apropriação fortalece a organização, aumenta os níveis de confiança, alarga as preceptivas de financiamento e proporciona condições de autonomia e independência ao órgão em relação a financiamentos externos e a tentativas de condicionamento editorial por forças que não apresentem interesses idênticos aos defendidos nos projetos de comunicação comunitária.

II. FUNCIONAMENTO DAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS

2.1. QUADRO LEGAL

2.1.1. REGIME JURÍDICO PARTICULAR DA RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

O surgimento das rádios comunitárias antecedeu a legislação que regula o seu, dado que o regime jurídico particular da radiodifusão comunitária apenas foi aprovado pelo Decreto-Lei nº 37/2007, de 5 de novembro, e alterado pelo Decreto-lei nº 50/2010, de 22 de novembro. A radiodifusão comunitária é definida como radiodifusão sonora, em frequência modulada (FM) e onda média (AM), operada em baixa potência e cobertura restrita, licenciada a fundações, ONG e associações sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do serviço, com a duração máxima de emissão de 12 horas diárias.

Estas estações emissoras devem ser de baixa potência, ou seja, o serviço de radiodifusão prestado à comunidade, com um máximo de potência limitado e com altura do sistema irradiante não superior ao que se vier a definir em regulamento da Agência Nacional das Comunicações.

A cobertura restrita consagrada na lei significa que elas estão destinadas ao atendimento de determinada comunidade de uma cidade, vila, bairro ou povoado ou a localidade de pequeno porte, cuja área urbana possa estar contida nos limites de uma área de cobertura restrita.

Para além dos fins de radiodifusão, o regime jurídico particular da radiodifusão comunitária consagra como finalidade específica das rádios comunitárias o atendimento à comunidade beneficiada, com vista a: (i) divulgar notícias e ideias, promover o debate de opiniões e ampliar informações culturais, mantendo a população bem informada; (ii) oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social; (iii) contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de actuação dos jornalistas e radialistas com o surgimento de novos valores no sector da radiodifusão; (iv) integrar a comunidade por meio do desenvolvimento do espírito de solidariedade e responsabilidade comunitária, do incentivo à participação em ações de utilidade pública e de assistência social; (v) permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

Como princípios de programação, estabelece a lei que, na sua programação, as emissoras da radiodifusão comunitária atendem aos seguintes princípios: (i) transmissão de programas que dão preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade; (ii) promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida; (iii) respeito pelos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida; e (iv) não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais e condição social nas relações comunitárias.

Acresce que é vedado o proselitismo de qualquer natureza na programação das emissoras de radiodifusão comunitária e as programações opinativas e informativas observam os princípios da pluralidade de opinião e de versão simultâneos em matérias polémicas, divulgando, sempre, as diferentes interpretações relativas aos factos noticiados.

E qualquer cidadão da comunidade beneficiada tem direito a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar ideias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo observar apenas o momento adequado da programação para fazê-lo, mediante pedido encaminhado à direção responsável pela radiodifusão comunitária.

Uma vez que o espaço da rádio é democrático, todos têm o direito de participar, falar e dar as suas opiniões, além de poderem manifestar ideias, fazer propostas, apresentar sugestões, reclamações ou reivindicações no momento apropriado, devendo sempre bater-se pela pluralidade de opiniões sobre os assuntos tratados na rádio.

O Conselho Comunitário com pelo menos cinco membros, um dos quais jornalista profissional, deve integrar representantes de diversas entidades locais e acompanhar a programação da emissora, de modo a garantir o bom atendimento à comunidade e o respeito pelos princípios de uma rádio comunitária.

As rádios comunitárias não são entidades de radiodifusão comercial, pelo que não podem mobilizar recursos através da publicidade. Sob a forma de apoio cultural ou outro são permitidos os patrocínios da programação ou de um programa da rádio, feito por entidades públicas, empresas ou estabelecimentos que ficam na área coberta pela rádio,

não podendo ser usado como propaganda, pois somente o nome da empresa pode ser citado.

Os anúncios e propagandas que difundem são de entidades locais e os recursos pagos por estes serviços entram sob a forma de patrocínio e/ou apoio pela colaboração com o operador, que é uma ONG de fim não lucrativo. Com efeito, a rádio não é um negócio e não tem dono. Ela é, isso sim, um meio de democratização da comunicação pertencente a toda a comunidade.

2.1.2. LIMITES E POSSIBILIDADES OFERECIDAS PELO DECRETO-LEI Nº 50/2010

No âmbito das suas obrigações, as associações que operam serviços de programas comunitários devem estar legalmente constituídas e devidamente registradas, ter a sede na área onde pretende executar o serviço.

A rádio deve ter caráter comunitário, com um projeto de construção coletiva de unidade na diversidade, com as seguintes características: (i) ser especificamente voltada para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, ou caso seja dedicada também a outros fins, incluir a execução do serviço com uma de suas finalidades específicas; (ii) assegurar o ingresso, como associado, de todo e qualquer cidadão domiciliado na área de execução do serviço; (iii) assegurar aos seus associados o direito de votar e ser votado; (iv) ser independente e não manter vínculos que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais; e (v) ter o local proposto para a instalação da antena (sistema irradiante) situado de modo que assegure uma relação de proteção (sinal desejado/sinal interferente) entre emissoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária que ocupem o mesmo canal, de, no mínimo, 25dB, nas áreas de execução do Serviço delimitadas pelo contorno de 91 dB m, aproximadamente um quilómetro, considerando-se que a separação mínima exigida entre as estações será de quatro quilómetros.

Para a obtenção de uma licença/alvará para a radiodifusão comunitária, a entidade proprietária – ONG, fundações ou associações comunitárias sem fins lucrativos legalmente constituídas e devidamente registadas - deve submeter um pedido ao ministro que tutela o setor da comunicação social fornecendo as seguintes informações:

denominação da entidade; endereço da sede; projeto técnico; área de cobertura, entre outras.

A lei sobre a radiodifusão comunitária é muito recente e não está suficientemente consolidada. Em primeiro lugar, ela não atende às reais condições de funcionamento e às possibilidades financeiras e de gestão das ONG cabo-verdianas de fins não lucrativos. Tal como configuradas, as rádios comunitárias resultaram de projetos financiados pela cooperação internacional para diversas organizações da sociedade civil cabo-verdiana e só beneficiaram de um investimento inicial.

Dadas as dificuldades financeiras, as operadoras não têm priorizado a manutenção dos equipamentos ou a inovação tecnológica, nem têm satisfeito a necessidade de recursos para contratar jornalistas com carteira profissional. A falta absoluta de recursos tem feito com que algumas rádios estejam a ser geridas, de fato, por câmaras municipais, em virtude, sobretudo, da ausência das ONG que foram licenciadas para operar estas rádios comunitárias, no plano da assunção efetiva de responsabilidades enquanto operador.

Esta situação resulta numa grande ilegalidade, visto que estas estações emissoras locais acabam por estar ao serviço das câmaras municipais ou, melhor, dos seus presidentes, que passaram a considerar a rádio do seu concelho como, no mínimo, um departamento do seu município, a ponto de os coordenadores e os animadores constarem da sua folha de pagamentos, acontecendo, até, que tudo o que é arrecadado pela rádio pela prestação de serviços acaba por entrar nos cofres do município.

Esta situação ameaça seriamente a sobrevivência das rádios comunitárias tal como desenhadas pelo quadro normativo vigente, uma vez que as ONG que as criaram se abstraíram completamente da realidade vivida por estes seus serviços de programas, desintegrados e vulneráveis aos interesses de câmaras municipais que passaram a sentir-se proprietárias das rádios comunitárias nos respetivos concelhos, em violação gritante à lei e ao mandato destas emissoras.

Há, também, que ter presente que o voluntariado na base da criação das rádios comunitárias, nas diversas ilhas, deixou de poder contar com os animadores radialistas formados que, com o passar dos anos, saíram em busca de outras oportunidades, visto que não dispunham de qualquer gratificação, sequer para cobrir os custos de transportes de e para a rádio comunitária.

Nestas condições, as rádios comunitárias em Cabo Verde não respondem aos anseios e demandas das comunidades e dos cidadãos, sendo que a relação de promiscuidade com entidades políticas e a falta de capacidade mobilizadora de recursos para o seu próprio funcionamento podem conduzir à sua extinção no país.

Estas são matérias que exigem discussão aprofundada, conducente à tomada de decisões para mudar a realidade das rádios comunitárias, viabilizando-as e criando condições para que possam, efetivamente, promover a democratização da palavra e o pluralismo de expressão.

Face à evidência de que as mudanças não podem acontecer de uma só vez, cobrindo todas as necessidades, a sua programação poderá começar pela definição de regras e requisitos menos rigorosos e mais razoáveis, permitindo que as ONG se assumam como operadores. A este passo deverá seguir-se a criação de um ambiente propício para apoiar o pleno exercício destes serviços de programas comunitários, resgatando a sua exclusiva pertença à comunidade onde se inserem.

2.1.3. As ONG enquanto operadoras

No seu artigo 8.º - Exercício de actividade -, o regime jurídico particular da radiodifusão comunitária consagra que *“podem exercer a actividade de radiodifusão comunitária as fundações, ONG’s e associações comunitárias sem fins lucrativos, desde que legalmente instituídas e devidamente registadas, sedeadas na área da comunidade para a qual pretendem prestar o serviço, mediante atribuição de alvará”*.

Segundo o Estudo Diagnóstico das ONG em Cabo Verde, realizado em 2015, das 724 organizações da sociedade civil cadastradas até outubro desse ano, uma esmagadora maioria intervém nas áreas da agricultura, pecuária, meio-ambiente, cultura, micro-finanças e família, atingindo públicos como crianças, adolescentes em situação de risco, além de mulheres, pessoas vivendo com problemas de saúde e idosos.

Dessas 724 organizações, 73% são organizações de desenvolvimento comunitário que atuam a nível do desenvolvimento económico e social e para o benefício direto das suas comunidades, criando as condições básicas designadamente a nível de infraestruturas e equipamentos sociais importantes para garantir o desenvolvimento integral das comunidades, contribuindo assim para a redução da pobreza. Nos restantes

37% incluem-se ONG de cariz especializado, sendo 28% organizações não-governamentais de desenvolvimento (ONGD), incluindo as instituições de micro-finanças (IMF), 3% associações recreativas e desportivas, 1% cooperativas e 1% fundações.

Infelizmente, realça o estudo, do total de ONG apuradas, uma parcela considerável de organizações já não opera, embora não tenham fechado oficialmente, acredita-se que devido aos custos e procedimentos envolvidos no processo. Na visão de especialistas em ONG, as práticas de gestão associativa com componente participativa devem ser analisadas a partir de uma perspetiva mais ampla, incorporando os atores sociais em contextos de sociabilidade, onde sejam consideradas não apenas as estruturas formais do modelo de gestão, mas também como se dão, efetivamente, as interações entre os diversos campos de sociabilidade, e como estes processos resultam em níveis diversos de efetividade das políticas.

“Quando falamos de governabilidade e governança, em seu sentido mais clássico, referimo-nos à capacidade de o sistema político em operar de forma consistente os ‘inputs’ legitimadores, de um lado a partir de processos políticos de representação da vontade popular (via instituições políticas constituídas legitimamente por representantes eleitos periodicamente a partir de processos eleitorais definidos previamente e divulgados) e da existência de uma capacidade técnico/institucional capaz de processar as agendas políticas de forma eficiente e cumprir as agendas propostas”, lê-se nesse documento da Plataforma das ONG de Cabo Verde.

Com efeito, o modelo adotado para a governança associativa inclui uma vasta participação dos seus associados em todos os órgãos sociais, como recomenda a lei das associações: assembleia geral, conselho fiscal, conselho de direção, todos com um mandato que varia entre três e quatro anos, apoiados por um secretariado executivo permanente, dirigido por um secretário geral.

Segundo o referido estudo, a realidade difere da prática, visto que das 724 associações registadas, mais de 50% declararam ter realizado assembleias gerais nos últimos 5 anos, tendo 29% realizado a sua assembleia a menos de um ano, 11% nos últimos três anos, e 12% com mais de três anos sem realizarem a sua assembleia. As

restantes OSC não responderam à questão o que permite supor que não realizaram assembleias nos últimos 5 anos.

Por norma, todas as organizações da sociedade civil dispõem de um corpo de gestão, uma média de oito pessoas por associação, com alguma diferenças sobretudo a nível das fundações que são regidas por outras normas e, em vez de terem um órgão conforme as ONG tradicionais, organizam-se em conselhos de direção de menor dimensão, geralmente com um presidente de um conselho diretivo e dois administradores.

Globalmente, as associações são lideradas por homens. Contudo, em alguns concelhos predomina a participação feminina nos órgãos de gestão, com realce a nível de conselho diretivo, onde 43% das mulheres lideram a vida associativa nas suas organizações.

Em termos gerais, os sectores do desenvolvimento rural, agricultura, família e comunidade, cultura, lazer e desporto e a pecuária são as áreas de maior peso e em grande parte exercidas por associações de desenvolvimento comunitário, que atuam sobretudo a nível das comunidades e nos seguintes setores:

- a) **Económica/produziva:** englobando os sectores da agricultura, pecuária, pesca e artesanato. Ligado à produção começa a ser uma realidade cada vez mais presente o serviço de micro-crédito e de microfinanças, disponibilizado por ONG's, associações de desenvolvimento comunitário e mutualidades e atividades de transformação de produtos agro-pecuários. Enquadra-se nesta função a atividade de prestação de serviços, organizada sob a forma de cooperativas e associações.
- b) **Social e de solidariedade:** englobando as áreas de saúde, ambiente, educação, cultura, lazer, desporto, formação profissional e profissionalizante, direitos humanos e cidadania, a questão do género, desenvolvimento comunitário e a solidariedade social e humanitária, bem como a inclusão de pessoas portadores de deficiências.

A grande dependência e fragilidade financeira dessas organizações não favorece a sua especialização. Muitas vezes elas procuram, antes de tudo, subsídios para garantir o seu funcionamento, em vez de meios para implementar uma verdadeira estratégia de intervenção. Portanto, são muito poucas as que podem contar com o financiamento

regular de um parceiro que pretenda especializar-se numa área específica. Para subsistir entre um projeto e outro, muitas ONG adotam a solução de alargar o leque das suas atividades visando obter a obtenção de mais e mais diversificados fundos. Por isso, uma grande parte das ONG desenvolve atividades muito generalizadas e fornece uma ajuda pontual. Poucas organizações são capazes de se manterem numa área técnica circunscrita.

Em média, as ONG atuam em três grandes áreas de intervenção, o que nos leva, então, a afirmar que a maioria não é especializada num determinado âmbito. Existem, sim, ONG como as mutualistas e as cooperativas cujas ações, dadas as suas características, se centram, no primeiro caso, no âmbito da solidariedade social (saúde e apoio funerários) e, no segundo caso, no domínio económico/produtivo (comércio).

III. RÁDIOS COMUNITÁRIAS EM CABO VERDE

3.1. OPERADORES E SERVIÇOS DE PROGRAMAS LICENCIADOS

Até dezembro de 2015, tinham sido licenciadas 15 rádios comunitárias em todo o país, beneficiando as ilhas de Santiago, Maio, Brava, Sal, Boa Vista, São Nicolau e Santo Antão. Contudo, nem todas as entidades licenciadas entraram em funções: umas nunca arrancaram com as emissões, enquanto outras enfrentam dificuldades várias, sobretudo financeiras, o que não tem permitido adquirir os equipamentos necessários, nem pagar o pessoal necessário.

Até 31 de dezembro de 2018 operavam apenas nove dos 15 serviços de programas locais licenciados, como se ilustra a seguir:

Figura 1 - Rádios comunitárias autorizadas

Operador	Rádio	Informações essenciais
Associação Valorizar Sal	Rádio Comunitária de Morro Curral – Rádio Alternativa*	- A licença foi concedida por Despacho n.º 04/2006, sem data, da Ministra-adjunta do Primeiro-Ministro, mas as emissões tiveram início efetivo em abril de 2010 - É uma rádio generalista, cujas emissões encontram-se suspensas há alguns anos
Associação Sal Apoiada – Juntos para Construir	Rádio Comunitária de Espargos	- A autorização para funcionamento consta do Despacho n.º 03/VII/2011, de 18 de fevereiro de 2011, da Ministra-adjunta do Primeiro-Ministro - A RCE pretende ser um elemento dinamizador e indispensável para a concretização dos objetivos contidos nos diversos projetos que a Associação Sal Apoiada desenvolve
Liga dos Amigos do Paul (AMIPAUL)*	Rádio Comunitária para o	- A rádio obteve o seu alvará em 23 de outubro de 2003, como consta do despacho conjunto dos ministros da Presidência do Conselho de Ministros e das Infraestruturas e dos Transportes, publicado a 12 de novembro desse ano

	Desenvolvimento da Mulher	- Entrou em funcionamento em 30 de junho 2005 e tem como um dos objetivos fundamentais contribuir para a melhoria da posição económica, política e social da mulher de Santo Antão
Associação para o Desenvolvimento Harmonioso e Integrado de São Nicolau – PA SANICLAU	Rádio Comunitária da Ribeira Brava	- A licença desta rádio foi concedida a 11 de dezembro de 2008 e as emissões tiveram início efetivo a 23 de dezembro do mesmo ano - É uma rádio generalista, que opera 16 horas por dia e tem uma cobertura que vai além do concelho, devido à localização da sua antena e potência do emissor. Possui emissões <i>online</i>
Associação de Cultura, Artes e Animação António Martins (AKAAMAM)	Rádio Comunitária de Santa Maria	- A autorização para funcionamento consta do despacho n.º 13/2015, de 30 de junho de 2015 e publicado a 3 de julho de 2015 - É uma rádio generalista com 15 horas de emissão diária, que tiveram início a 30 de julho de 2015, com uma programação constituída por música e blocos informativos da BBC
Associação Comunitária dos Amigos de Tarrafal de São Nicolau (ACAT)	Rádio Comunitária Sodade FM	- A licença foi-lhe concedida por Despacho do Ministro dos Assuntos Parlamentares n.º 05/2011, de 2 de maio de 2011, e publicado a 11 de maio do mesmo ano. - Tem como objetivos principais ser um veículo de comunicação comprometida com a verdade e incentivar a participação das pessoas em programas que fomentem estilos saudáveis de vida e o desenvolvimento da coesão social
Associação dos Músicos de Boa Vista (AMBV)	Rádio Comunitária Voz de Bubista	- A autorização para funcionamento consta do Despacho n.º 02/VII/2011 do Ministro-adjunto do Primeiro-ministro e entrou em funcionamento a 03 de julho de 2011 - Dentre os seus objetivos constam a sensibilização nas áreas do ambiente e de comportamentos saudáveis, a promoção do associativismo e a integração das comunidades migradas
Associação para o Desenvolvimento	Rádio Comunitária Voz di Djar Mai	- A licença da rádio foi concedida por Despacho n.º 01/VII/2007, sem data, da Ministra-Adjunta do Primeiro-Ministro

to Comunitário de Morrinho*		- Generalista, a rádio opera 12 horas/dia, de segunda a sexta-feira, sendo que, aos fins-de-semana, as emissões prolongam-se até às 04h00
Citi-Habitat (ONG Nacional)	Rádio Comunitária Voz de Ponta d'Água	- A licença foi concedida por despacho conjunto nº 02/2003 e emite desde 14 de setembro de 2003 - É uma rádio generalista que pretende ser uma voz nos esforços para a resolução de vários problemas das comunidades locais no município da Praia e promover o associativismo, o cooperativismo e a luta contra a pobreza e a exclusão social. Emite 12H30mn diariamente
Associação para a Auto Promoção (SOLMI)*	Rádio Comunitária Voz de Santa Cruz	- A autorização para funcionamento foi concedida por Despacho n.º 02/VII/2006, da Ministra-adjunta do Primeiro Ministra, datado de 27 de março desse ano - A filosofia da rádio visa despertar a consciência da cidadania e dos direitos humanos. Nos últimos anos, a RCVSC tem funcionado com muitas dificuldades
Rede das Associações de Ribeira Grande de Santiago	Rádio Comunitária da Ribeira Grande de Santiago*	- A licença foi concedida por despacho nº 31/2015 do Gabinete do Ministro da Presidência do Conselho de Ministros - Não iniciou a atividade no prazo fixado na lei, ou seja, seis meses contados da data da atribuição do respetivo alvará
ADEVIC - ONG	Rádio ADEVIC*	- A autorização para funcionamento foi concedida pelo Despacho n.º 16/2013 do Gabinete do Ministro dos Assuntos Parlamentares, de 19 de março - Entretanto, não iniciou a atividade no prazo fixado na lei, tendo já perdido o alvará
Associação Delta Cultura	Rádio Comunitária do Tarrafal Nós Voz*	- Nada consta sobre o projeto inicial e título/alvará de início da atividade - Não entrou em funcionamento na data devida e perdeu o alvará
Associação de Desenvolvidores	Rádio Comunitária de	- Nada consta sobre o projeto inicial e título/alvará de início da atividade

to Comunitário de Ribeireta	Ribeireta – São Miguel*	- Não tem emissões no ar há vários anos, pelo que perdeu o alvará
Associação Eugénio Tavares /ONG Santa Maria da Vitória	Rádio Comunitária da Brava*	- Nada consta sobre o projeto inicial e título/alvará de início da atividade - Não tem emissões no ar há vários anos, pelo que perdeu o alvará

** O alvará das emissoras comunitárias tem uma validade de 10 anos. Até 31 de dezembro de 2018, estas rádios comunitárias tinham o alvará caducado*

OBS: A Rádio Rural de Santo Antão, cujo alvará é de uma rádio comunitária, é um serviço de programas de âmbito regional, cujo operador é a Fundação de Santo Antão/Associação dos Municípios de Santo Antão.

3.2. GRELHA DE PROGRAMAÇÃO E PRINCIPAIS TEMÁTICAS

Em conformidade com as suas obrigações legais, todas as emissoras locais possuem, no mínimo, um serviço informativo de segunda a sexta-feira que inclui informações de âmbito comunitário, regional, nacional e internacional, bem como um jornal informativo apenas com notícias de âmbito comunitário.

A animação musical com entretenimento ocupa, em mais de 60%, a programação diária das rádios comunitárias. Nos fins-de-semana, entretanto, essa percentagem é muito maior, com um horário de programação alargado até de madrugada, unicamente com música na antena e as temáticas sociais, incluindo a ambiental, constituem outra presença notória nas grelhas de programação analisadas.

Contudo, nem todas as emissoras comunitárias oferecem conteúdos sobre a economia, a cultura, o desporto e para o público infantojuvenil. Da mesma forma, nem todas emitem programas sobre o mundo associativo e das ONG.

Quanto a espaços concedidos a confissões religiosas para a divulgação da fé, trata-se de uma prática que não respeita as obrigações legais, visto que as rádios comunitárias apenas podem garantir espaços de antena às entidades previstas na Constituição e nas leis do setor, configurando-se, por isso, a relação comercial com as confissões religiosas, por

parte de algumas rádios comunitárias, quando a venda de espaço só é permitida para a publicidade.

Denota-se, por outro lado, que a grande maioria detém serviços de agenda de informações, um espaço onde os moradores da comunidade podem divulgar informações, avisos, anúncios e publicidade de âmbito local.

Com se pode comprovar na Figura abaixo, as diversas rádios comunitárias oferecem alguma diversidade de géneros de conteúdos informativos e não informativos:

Figura 2 - Géneros jornalísticos por rádio comunitária

Rádios Comunitárias	Géneros de programas										
	Informação genérica	Informação comunitária	Música Animação Entretenimento	Social	Cultura	Economia	Infantil/Infanto-juvenil	Programas institucionais ONG / Mundo associativo	Programas religiosos	Desporto	Agenda de informação
Voz di Ponta d'Água	X	X	X	X	X	X	X	X	X	-	X
Voz di Santa Cruz	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Voz di Djarmai	X	X	X	X	X	-	X	-	-	X	-
Espargos	X	X	X	X	-	-	X	X	X	X	X
Santa Maria	X	X	X	X	-	-	-	-	-	-	X
Voz di Dubista	X	X	X	X	-	-	-	X	-	X	X
Ribeira Brava	X	X	X	X	X	-	-	-	-	X	X
Sodadi FM		X	X	X	-	-	-	X	-	X	X
Mulher pra o Desenvolvimento	X	X	X	X	X	-	-	X	X	X	X

Ainda assim, as rádios comunitárias não têm podido fazer bom uso das suas antenas, de modo a cumprir o seu mandato enquanto voz da comunidade, promotora da participação cidadã e capaz de engajar os ouvintes nos assuntos da estação. Isso talvez explique a ausência de programas radiofónicos que se enquadrem na categoria de

entrevistas, debates, mesas redondas e até reportagens com a participação do público ouvinte.

Ausentes também se encontram espaços para a ciência, o conhecimento e a arte, a informação, educação e sensibilização para a mudança de comportamento e a promoção de boas práticas, entre outros. Aos fins-de-semana, as grelhas são praticamente preenchidas com animação musical e desporto, quando estão em disputa os campeonatos regionais.

Por outro lado, estes serviços de programas não têm cumprido o legalmente estabelecido em termos de cobertura informativa, e não só, do território onde se encontram, de modo a promover a divulgação de notícias, projetos e ideias, o debate de questões locais e comunitários, de modo a manter a população bem informada, contribuir para a informação e educação das pessoas e incentivar a participação, o ativismo e a cidadania locais.

Ou seja, não estão a ser aproveitadas as potencialidades das rádios locais no sentido de os ouvintes interagirem mais com os seus animadores e sentirem-se parte e destinatários dos conteúdos oferecidos, o que os ajudaria a desenvolver um sentimento de pertença em relação a esse importante instrumento de defesa dos seus interesses, de reflexão das suas aspirações e de valorização das suas opiniões.

Tudo isso, para que as rádios comunitárias cumpram o seu mandato de refletir os gostos da maioria, informar com verdade, ajudar a resolver os problemas da vida quotidiana e engajar-se ativamente no processo de consolidação da democracia e construção de uma consciência cívica dos cidadãos.

IV. NOTORIEDADE/PERCEÇÃO DAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS

4.1. PERCEÇÃO DOS OUVINTES

4.1.1. Enquadramento e notas sobre a metodologia específica

Para a realização deste estudo sobre viabilidade e sustentabilidade das rádios comunitárias em Cabo Verde, foi feito o diagnóstico da situação das rádios comunitárias em Cabo Verde, com base em consulta documental e informações recolhidas durante as missões de fiscalização realizadas a estes serviços de programas em 2016, 2017 e 2018.

Paralelamente, foi realizada uma pesquisa junto dos ouvintes em todos os concelhos onde funcionam as rádios comunitárias, com recurso a um inquérito por telefone, bem como uma recolha de dados, através da aplicação de um questionário personalizado a entidades e personalidades que estão ou estiveram ligados à criação e afirmação destes serviços de programas locais.

A pesquisa levada a cabo visou o nível de confiança e de satisfação em relação a estas emissoras, assim como informações sobre as dificuldades por que passam estes serviços de programas e, assim, inventariar propostas para ajudar as rádios comunitárias a conseguirem recursos suficientes para o seu funcionamento. Outra motivação concreta foi procurar saber como podem ser mobilizadas as populações para que as suas emissoras comunitárias tenham uma gestão viável e sustentável.

As respostas obtidas permitiram também conhecer melhor os “consumidores” de conteúdos destes serviços de programas, contribuindo, deste modo, para um conhecimento mais aprofundado do seu papel junto das populações locais.

Atendendo à necessidade de conhecer a perceção dos ouvintes em relação ao trabalho das rádios comunitárias foi estruturado um questionário tendo à partida os seguintes objetivos específicos: conhecer a estrutura sociodemográfica dos ouvintes; compreender a sua perspetiva sobre o papel das rádios comunitárias; recolher dados atinentes à avaliação que fazem da programação; conhecer o grau de interação entre a rádio e o ouvinte; e tentar perceber até que ponto estarão as comunidades dispostas a apoiar financeiramente as atividades das emissoras comunitárias.

Para concretizar o trabalho foi adotado o método de recolha de dados quantitativos a partir das opiniões e características do grupo de indivíduos que escutam as rádios comunitárias nos concelhos ou municípios do país em que à data estivesse ativa uma rádio comunitária. Considerando a questão dos recursos disponíveis para um empreendimento desta natureza, optou-se pela aplicação do questionário via telefónica, tendo-se, por isso, a nossa população sido restringida ao número de linhas telefónicas instaladas em 2018, nos conselhos elegíveis, ou seja, onde houvesse, nesta altura, uma rádio comunitária a funcionar.

Desta população foi definida uma amostra, através do método da amostragem proporcional por conselho, inquirindo residentes em habitações com uma linha telefónica. Atendeu-se à contagem das linhas telefónicas por conselho e considerou-se apenas as pessoas que, ao atenderem o telefone, disseram que escutavam a rádio comunitária, conseguindo-se uma amostra com as estrutura e proporções apresentadas na tabela seguinte. Como se pode ver, à cidade da Praia, por ter maior número de linhas telefónicas instaladas, foi atribuída a proporção mais elevada.

Figura 3 - Tamanho da amostra/por proporções

Município	Proporção	Tamanho por proporção
Paúl	3%	18
Ribeira Brava	7,3%	43
Tarrafal de São Nicolau	3,9%	23
Espargos	6,8%	40
Santa Maria	3,7%	22
Boa Vista	3,5%	21
Santa Cruz	4,6%	27
Praia	62,2%	368
Maio	5,1%	30
Tamanho total da amostra	100	592

Na realização das chamadas, foi atribuída a cada número do conselho específico a mesma probabilidade de constar na amostra definida, o que nos permitiu assegurar o princípio de aleatoriedade, fundamental na validação de uma amostra desta natureza. Das chamadas realizadas 2210, foram consideradas como válidas, ou seja, a chamada foi atendida por uma pessoa maior de idade e que se mostrou disponível para responder o inquérito, critérios determinados para a elegibilidade.

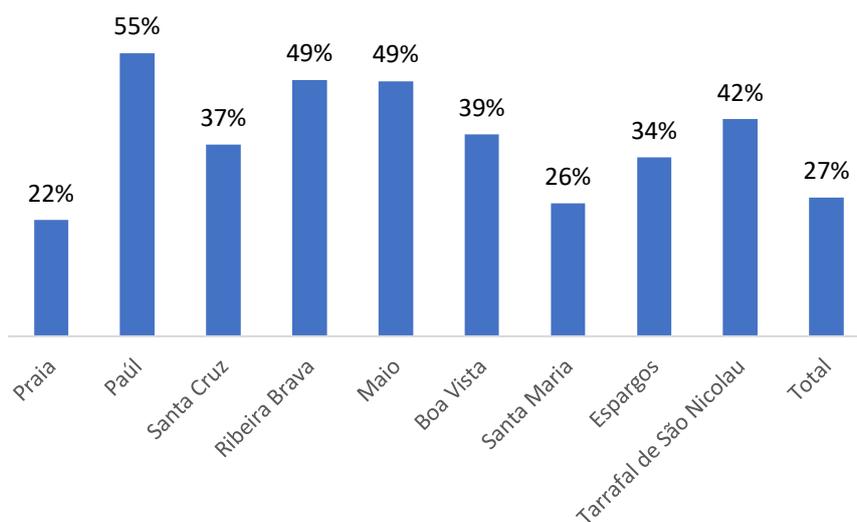
Considerando uma amostra que atende apenas ao conjunto de indivíduos que disseram que escutam a rádio comunitária do seu conselho, 592 indivíduos, os cálculos realizados (partindo da contagem feita em cada município na edição de 2018 das Páginas Amarelas) apontam para um nível de confiança de 95%, com um erro máximo de 4%. As chamadas foram realizadas entre os dias 04 de julho e 08 de agosto de 2018.

4.1.2. Caracterização dos dados: quem, onde e como se escuta as Rádios Comunitárias

Infelizmente em Cabo Verde ainda não se conhece o perfil do consumidor, ou um padrão de consumo de média, o que inviabiliza a comparação dos dados recolhidos através da presente amostra. Sabe-se, entretanto, que tem havido mudanças neste padrão, de natureza global e decorrentes de mudanças introduzidas pelas TIC, com efeitos profundos na rádio, ainda que mantendo as raízes fortes na sociedade cabo-verdiana.

A ausência de dados em série temporal não nos permite avaliar o tipo de mudanças ocorridas na audiência pela presença das rádios comunitárias. Pode-se, porém, afirmar que estas atravessam um estado de afirmação muito importante junto das suas comunidades. Dos telefonemas (2210) a domicílios com telefones fixos considerados válidos, 597 das pessoas que atenderam disseram que escutam a sua rádio comunitária, o que corresponde a um score de escuta de 27%.

Figura 4 - Pessoas que escutam a Rádio Comunitária, por Município

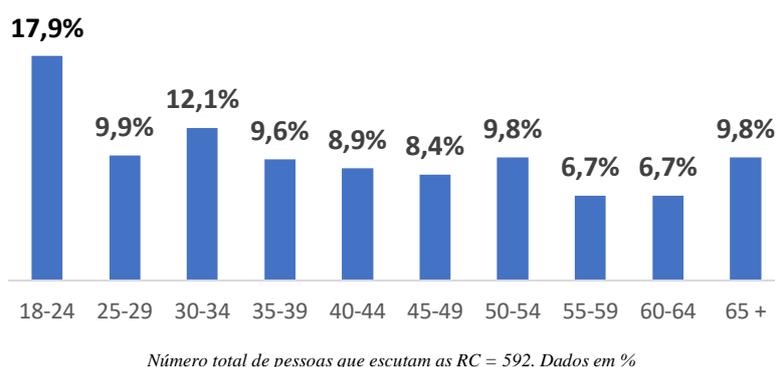


Nº de telefonemas validas= 2210; Nº de pessoas que não escutam RC= 1618; Nº de pessoas que escutam RC= 592. Dados em %

No município do Paul, a Rádio Comunitária para o Desenvolvimento da Mulher atinge um nível de escuta de 55%, seguido pela Rádio Comunitária da Ribeira Brava e a Rádio Comunitária Voz di Djarmai. O nível de escuta das Rádios Comunitárias, conforme a Figura 2 é mais baixa no município da Praia, 22%, onde transmite a Rádio Comunitária Voz de Pota d'Água, eventualmente por operar numa região de audiência mais alargada e mais elástica do lado da oferta.

As rádios comunitárias são ouvidas maioritariamente, por jovens entre os 18 e os 24 anos, que representam 17,9%. Esta distribuição assinala, ainda, a faixa dos 25 aos 29 anos, com 9,9%, e a faixa dos 30 aos 34, representando 12,1%. Cerca de metade das pessoas que declararam escutar a rádio comunitária do seu Concelho (49,5%) são de idade inferior aos 40 anos. Os níveis mais baixos deste indicador verificam-se dos 55 aos 64 anos, registando-se uma recuperação no grupo dos 65 anos e mais.

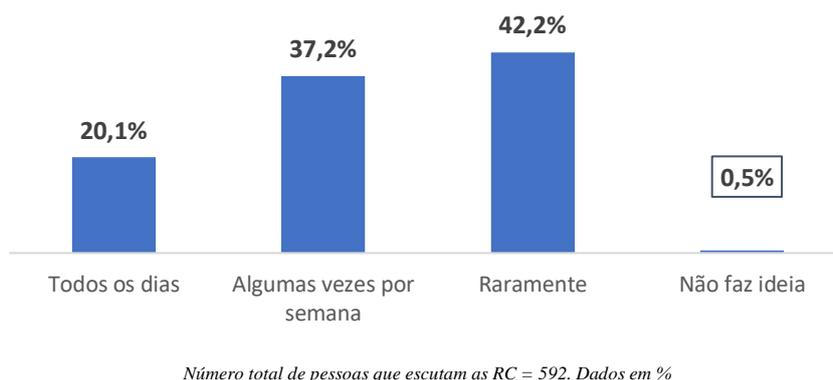
Figura 5 - Pessoas que escutam as RC por idade



Relativamente às habilitações literárias, as pessoas com ensino básico (40,9%) e as que frequentam ou frequentaram o ensino secundário (39%) representam a maioria dos ouvintes das RC. Por género, a maioria (74%) dos que as escutam são do sexo feminino (Figura 5 do Anexo II). Quanto ao local em que escutam a rádio, 78% declaram fazê-lo em casa (Figura 3 do Anexo II)

Quanto à frequência com que as rádios comunitárias são escutadas, 42,2% dos que declaram ouvi-las afirmam que as escutam raramente, enquanto 37,2% dizem que escutam algumas vezes por semana e 20,1% dizem fazê-lo todos os dias.

Figura 6 - Frequência de escuta



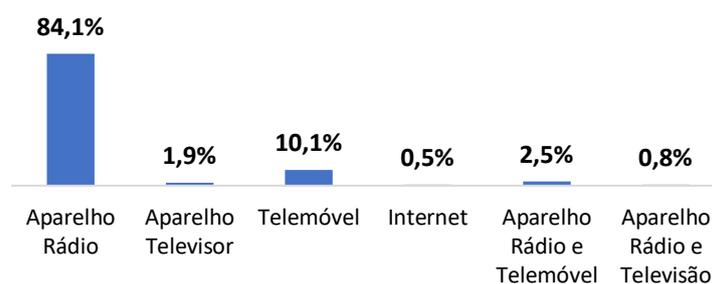
Dos 592 entrevistados, 406 (68,5%) indicaram o tempo aproximado em escutam a sua rádio comunitária, de cada vez que a sintonizam. Destes, 27% dizem escutar de 1 a 2 horas de emissão, 18% de 2 a 3 horas, 16% de 3 a 4 horas, 6% de 4 a 5. Escutando mais

de 5 horas declaram-se 10%, enquanto 23% escutam por menos de 1 hora as emissões das RC (Anexo II, Fig.2).

A rádio tem demonstrado uma grande capacidade de se adequar aos desafios da inovação tecnológica, destacando-se, entre os outros meios, como aquele que mais facilmente pode ser adaptado a diferentes plataformas de acesso.

Em Cabo Verde, apesar de subsistir o predomínio do aparelho de rádio como principal plataforma de difusão ou de escuta, os dados da nossa amostra indicam uma evolução das rádios comunitárias, em específico, para uma vida em multiplataforma. 84,1% das pessoas que escutam as RC, fazem-no através do antigo aparelho de rádio, tendo 10% respondido que escutam através do seu telemóvel. 1,9%, apenas, escutam através dos aparelhos de televisão, enquanto 0,5% usam as plataformas da internet. Mais de 3,3% dizem escutar as RC em mais do que uma plataforma.

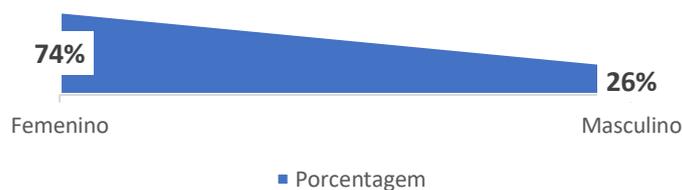
Figura 7 - Plataformas de escuta



Número total de pessoas que escutam as RC = 592. Dados em %

As RC também estão a ser escutadas em vários sítios, mas a maioria, 78% as ouvem em casa, enquanto 6,3% as escutam no serviço, 6,1% no carro. Apenas 8,6% escutam em mais do que um dos lugares indicados no questionário (Figura 3 do Anexo II).

Figura 8 - Plataformas de escuta



Número total de pessoas que escutam as RC = 592. Dados em %

A maioria dos ouvintes das rádios comunitárias são do sexo feminino, sendo também escutada por pessoas que já frequentam todos os níveis de ensino (Figura 4 do Anexo II)

4.1.3. A rádio e a sua comunidade

Os resultados expostos nesta secção do trabalho trazem alguns dados da perspectiva analítica dos ouvintes, sobre qual tem sido o papel das rádios junto das suas comunidades. Essencialmente, procura-se algumas informações relativas ao envolvimento da comunidade na programação da rádio, o grau de interatividade e sobre a capacidade das rádios em fazerem-se sentir na comunidade.

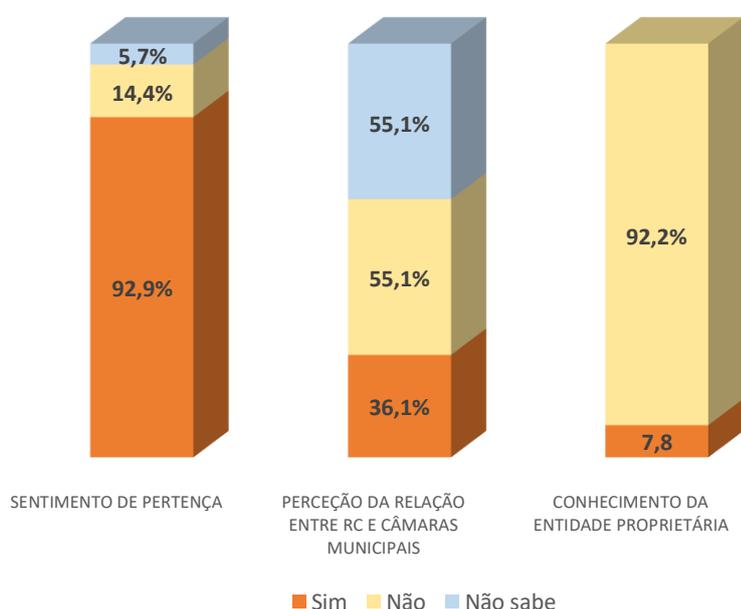
A análise será categorizada em cinco itens: Sentimento de pertença; percepção das transformações/melhorias trazidos à comunidade; interatividade com os ouvintes; avaliação da programação e envolvimento da comunidade; disposição da comunidade em se envolver com e em apoiar a rádio.

Relativamente ao sentimento de pertença, questionou-se aos ouvintes se sentem que a rádio comunitária se identifica, efetivamente, com a comunidade. Para 92,9% a resposta é afirmativa, que a rádio comunitária do seu concelho se identifica com a sua comunidade. 1,4% consideram que não, e os restantes 5,7% dos entrevistados responderam que não sabem.

Esta questão é confrontada com outra, para averiguar a percepção do público quanto ao grau de independência face a poderes de pressão local. Neste caso específico, questionou-se sobre se sentem que a RC é influenciada ou se está ao serviço da Câmara Municipal.

O emparelhamento das duas questões justifica-se pela ideia de que tais influências dificultariam a penetração na comunidade de uma mensagem sem manipulações e, portanto, capaz de promover maior cidadania, liberdade de expressão e capacidade de avaliação crítica junto dos ouvintes das RC. Apenas 8,8% consideraram que as RC são influenciadas pelas Câmaras Municipais do respetivo concelho, contra 36,1% que considera que não o são.

Figura 9 - Pertença à comunidade, percepção da relação entre as RC e as câmaras municipais e conhecimento da entidade proprietária



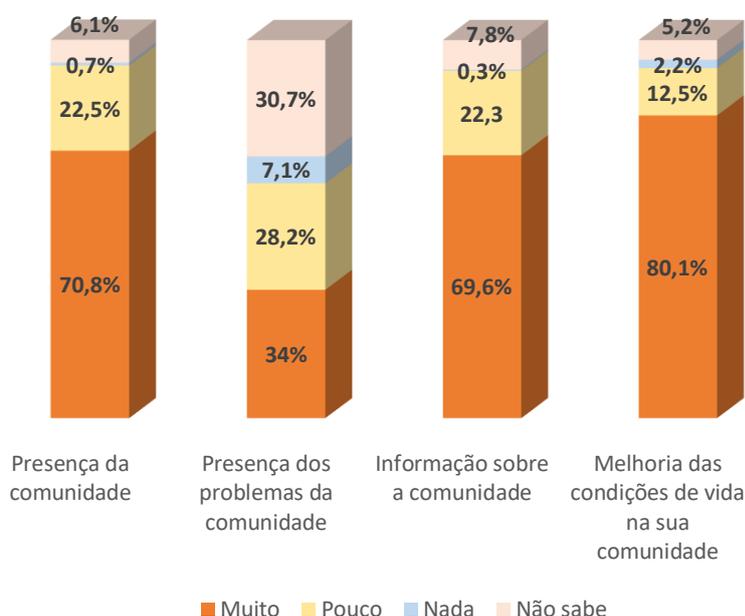
Número total de pessoas que escutam as RC = 592. Dados em %

Verificou-se uma percentagem muito alta de ouvintes que respondem que não sabem, ou seja, consideram não ter informações concretas e/ou consistentes para uma resposta categórica em relação a uma das duas opções. Outro aspecto a ter em conta é que a maioria não tem informações corretas sobre quem possa ser o dono da rádio comunitária do seu conselho. Dos 592 que responderam o questionário, apenas 46 (7,8%) disseram que sabiam quem é o dono.

No entanto, desses 46, apenas 22 (47,8%) souberam identifica-lo corretamente. Dos que disseram conhecer, 14 (30,4%) identificaram-no erradamente e 10 (21,7%) identificaram-no parcialmente, ou seja, declarando que a rádio pertence a uma associação ou a uma pessoa ligada à rádio ou à associação (Figura 5 do Anexo II).

A segunda alínea da presente análise é relativamente à percepção das transformações/melhorias trazidos à comunidade. Questionou-se ao ouvinte se se fala da comunidade na sua rádio comunitária, se os moradores falam dos problemas da comunidade na rádio, se a rádio tem melhorado o nível de informação sobre a comunidade e se a presença da rádio tem melhorado o nível de vida dos moradores.

Figura 10 - Presença dos problemas, informações e condições de vida nas comunidades



Número total de pessoas que escutam as RC = 592. Dados em %

Com relação à presença da comunidade nas antenas das Rádios Comunitárias, 70,8% responderam que se fala muito da comunidade, 22,5% responderam que se fala pouco e 0,7% dizem que não se fala da comunidade. Os que não souberam responder, ou não emitiram uma opinião representavam 6,1%.

No que diz respeito aos problemas da comunidade, 34% responde que na RC se fala muito das questões que os afetam, enquanto 28,2% responderam que se fala pouco. Do total, 7,1% responderam que não se fala nada e 30,7% disseram não saber.

Já quanto às informações, 69,6% responderam que as RC têm trazido muita informação sobre a comunidade e 22,3% responde que têm trazido pouca. Apenas 0,3%

responderam que não têm trazido enquanto 7,8% não tiveram opinião ou não souberam responder.

Finalmente, em relação à melhoria das condições de vida, 80,1% dos entrevistados consideram que as RC têm contribuído muito para a melhoria das suas condições de vida, tendo 12,5% dito que têm contribuído pouco e apenas 2,2% declararam que não têm contribuído. 5,2% não souberam responder ou não tinham uma opinião. Este indicador traz dados muito importantes, já que aponta claramente para a aceitação do papel transformador das RC junto das comunidades.

Se aceitam que a rádio comunitária do concelho mudou de alguma forma o acesso às informações da própria comunidade, que a comunidade passou a estar melhor informada sobre os seus acontecimentos, pode-se inferir que, de um modo geral, os ouvintes acreditam que a rádio pode melhorar as suas condições de vida.

Deste modo, pode-se aceitar que há um sentimento de valorização da comunidade com a presença das rádios comunitárias. A questão é se desse pode afirmar que esses serão indicadores suficientes para acreditar que há um sentimento de pertença e/ou uma perspetiva de apropriação da comunidade com relação à rádio.

Apropriação significa mais do que isso, já que envolve participação e comprometimento de parta a parte. Hora, neste quesito foram definidos dois indicadores: a interatividade e a avaliação da programação e o envolvimento da comunidade na escolha da programação.

Em relação à interatividade, a questão que colocámos foi se o ouvinte alguma vez, ou se em mais do que uma vez, entrou em contacto com a rádio comunitária e, em caso afirmativo, de que forma fez contacto.

Figura 11 - Pessoas que entraram em contacto e forma como o fizeram

Entrou em contacto	Por telefone	Por carta/Email	Facebook	Em visita	Total
Uma vez	17	----	1	26	44
Duas vezes	14	2	----	12	28

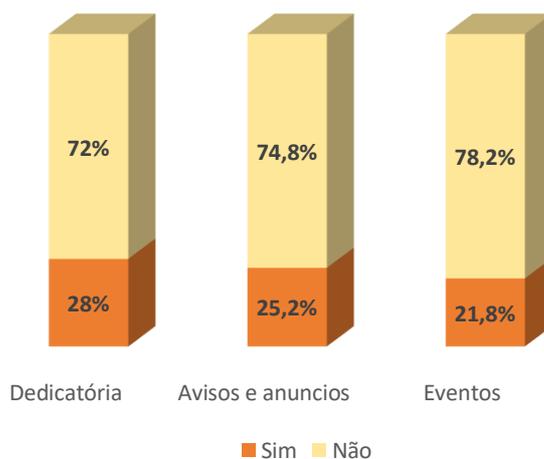
Três vezes ou mais	71	3	----	11	85
Total	102	5	1	49	157

Número total de pessoas que escutam as RC = 592; Número de pessoas que entraram em contacto com as RC=157. Dados em valores absolutos

Dos 592 entrevistados, apenas 157, ou seja, 25,2% disseram que entraram em contato com a rádio comunitária do seu concelho. Desses, 44 entraram em contacto apenas uma vez, 28 duas vezes e 85 por três vezes ou mais.

A maioria, 102, utilizou o telefone para fazer o contacto, 5 utilizaram carta ou email, apenas 1 o Facebook e 49 visitaram as rádios. Outro indicador de interatividade corresponde às dedicatórias, tendo 28% dos entrevistados afirmado que já enviaram ou receberam dedicatória através da RC.

Figura 12 - - Dedicatórias, avisos/anúncios e eventos

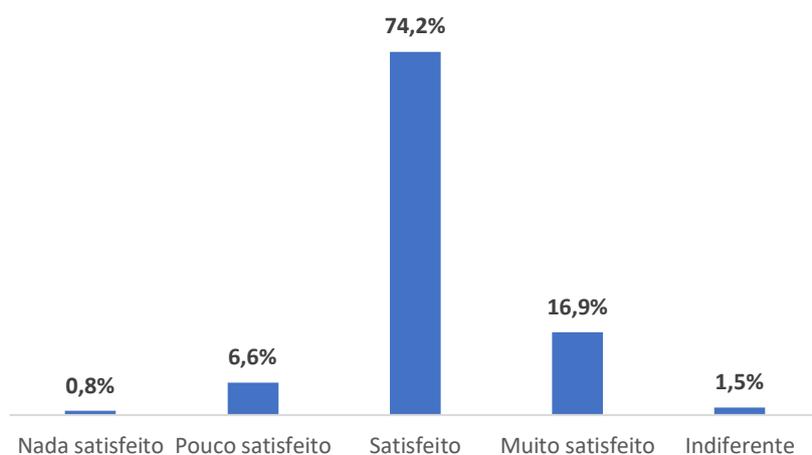


Número total de pessoas que escutam as RC = 592; Dados em %

Resultados quase idênticos teve a pergunta sobre se já fez ou conhece uma pessoa que já fez algum aviso ou anúncio na RC, tendo 25,2% afirmado que sim, enquanto 21,8% disseram que já participaram de algum evento que tinha tomado conhecimento através dessa rádio.

No que diz respeito à avaliação da programação, 74,2% deram-se por satisfeitos com o que lhes é apresentado pela RC da sua comunidade, 16,9% disseram estar muito satisfeitos, 6,6% pouco satisfeitos e 0,8% nada satisfeitos (Anexo III, Fig. 1).

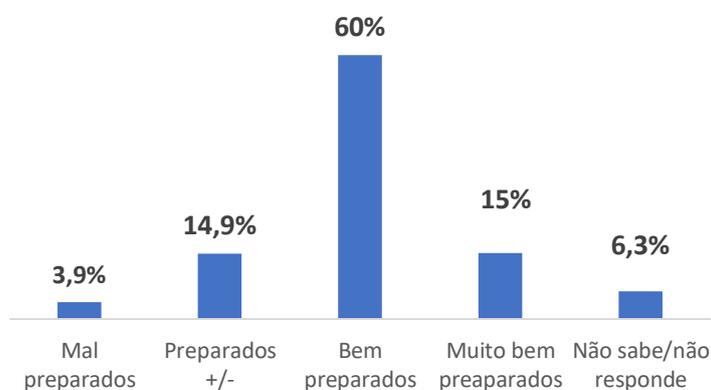
Figura 13 - Satisfação com a programação



Número total de pessoas que escutam as RC = 592. Dados em %

Na avaliação aos locutores/radialistas, 60% consideram que estes estão bem preparados, 15% muito bem preparados, 14,9% preparados mais ou menos e 3,9% disseram que estão mal preparados.

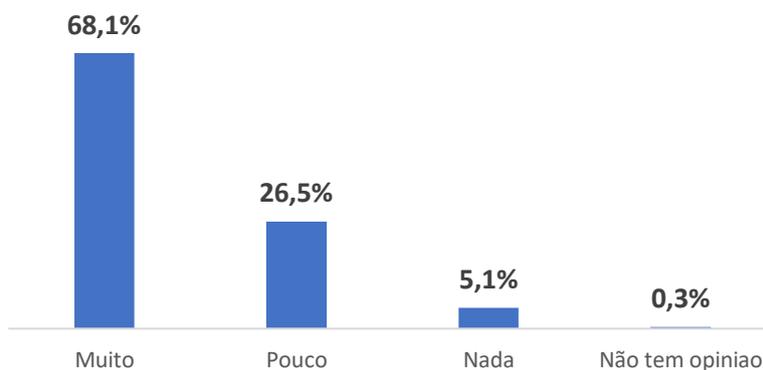
Figura 14 - Avaliação dos locutores



Número total de pessoas que escutam as RC = 592; Dados em %

Sobre a qualidade da informação, procurámos saber se consideram que passaram a estar melhor informados, tendo 68,1% afirmado que ficaram muito melhor informados, 26,5% disseram que a informação melhorou, mas pouco e 5,1% disseram que não melhorou nada. 0,3% não tiveram uma opinião sobre o assunto.

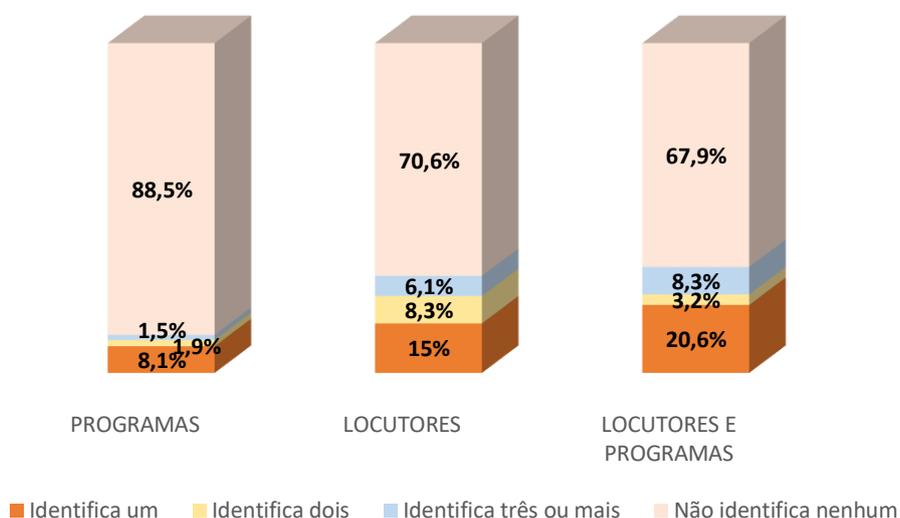
Figura 15 - Qualidade da informação/notícias da comunidade



Número total de pessoas que escutam as RC = 592; Dados em %

Apesar destes indicadores traduzirem alguma satisfação do público, é de destacar, por razão contrária, o que dizem os indicadores de satisfação.

Figura 16 - Identificação de programas e de locutores

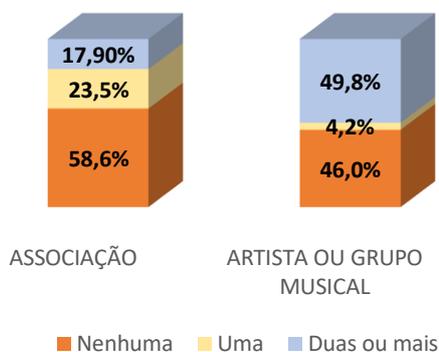


Número total de pessoas que escutam as RC = 592; Dados em %

Por exemplo, 88,5% não conseguem identificar de forma espontânea um ou mais programas das rádios comunitárias. Apenas 8,1% conseguem identificar um programa espontaneamente e apenas 3,4% conseguem identificar mais do que um programa. Em relação aos locutores, 67,9% não conseguem, de forma espontânea identificar pelo menos

um locutor das RC, enquanto 20,6% identificam um locutor, 11,5% identificam mais do que um.

Figura 17 - Identificação de Associações e Artistas ou Grupos Musicais



Número total de pessoas que escutam as RC = 592; Dados em %

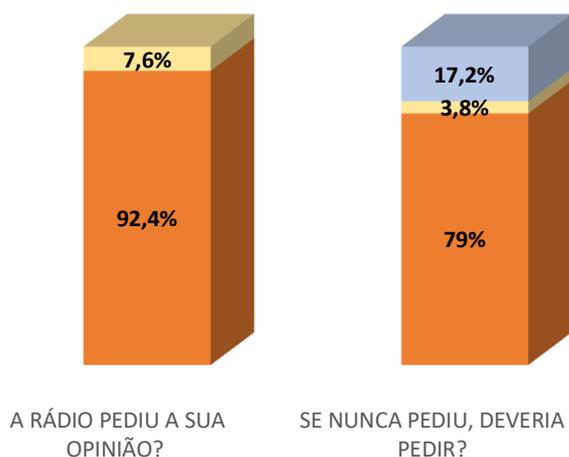
Já quando se pediu ao ouvinte para identificar uma associação comunitárias que tenha comado conhecimento através das antenas da sua rádio comunitária, 58,6% dos ouvintes dizem não terem conhecido nenhuma associação local, perante 23,5% que declaram ter conhecido pelos menos um e 17,9% que afirmam ter conhecido duas ou mais associações. Porém, 139 entrevistados, que disseram que conheceram uma ou mais associações através das RC, apenas 47,5% conseguiram indicar o nome das mesmas (Figura 13 do Anexo II).

Já, com relação aos artistas, mais de 50% disseram que conheceram um ou mais através das antenas das RC, tendo 4,2% dito ter conhecido um, e 49,8% declararam ter conhecido dois ou mais artistas. Dos ouvintes, 45,9% dizem não ter conhecido nenhum. Ora, os dados mostram que, apesar da percepção positiva com relação à programação e ao trabalho dos locutores o discurso/ a palavra do comunicador pode, numa das hipóteses, não estar ainda a marcar de forma categórica a memória dos ouvintes.

A segunda hipótese é de estar a haver uma comunicação orientada para outros propósitos que não os aspetos da vida da comunidade. De aí ser necessário ter muito em conta o facto de a programação das rádios nunca resultar de um trabalho de estudo e conhecimento prévio da preferência dos ouvintes. Ou seja, a programação não é desenhada com participação ou envolvimento dos ouvintes, o que, do ponto vista do

presente trabalho, revela algum distanciado entre as rádios e o ouvinte, ou seja, a ausência da perspectiva participativa, o que inibe o fortalecimento do sentimento de pertença.

Figura 18 - Pedido de opinião em relação a programação



Número total de pessoas que escutam as RC = 592; Dados em %

É que 92,4% dos ouvintes afirmaram que nunca lhes foi pedida a sua opinião sobre a programação da rádio. Interessante é que 79% dizem que a rádio deveria solicitar a sua opinião. As matérias sobre as quais mais gostariam de emitir a sua opinião, e que defendem que deveriam surgir nas antenas da RC são a prevenção e segurança (com 36,8%) e a Saúde e prevenção (com 27,1%). 17,8%, gostariam de opinar sobre a educação, participação e consciência cívica e 7,2% sobre outros eventos comunitários.

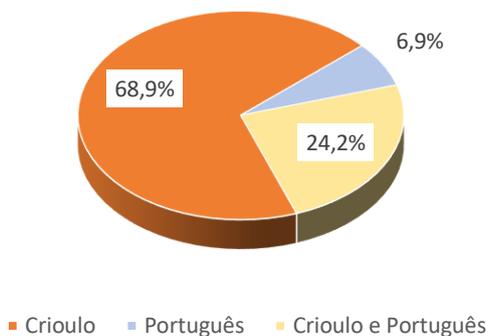
Figura 19 - Matéria de opinião



Número total de pessoas que escutam as RC = 592; Dados em %

Outro dado interessante é que 68,9 % preferem escutar a rádio na língua crioula, contra apenas 6,9% que preferem o português. Cerca de ¼ dos ouvintes, 24,2%, preferem escutar nas duas línguas como mostra a figura seguinte.

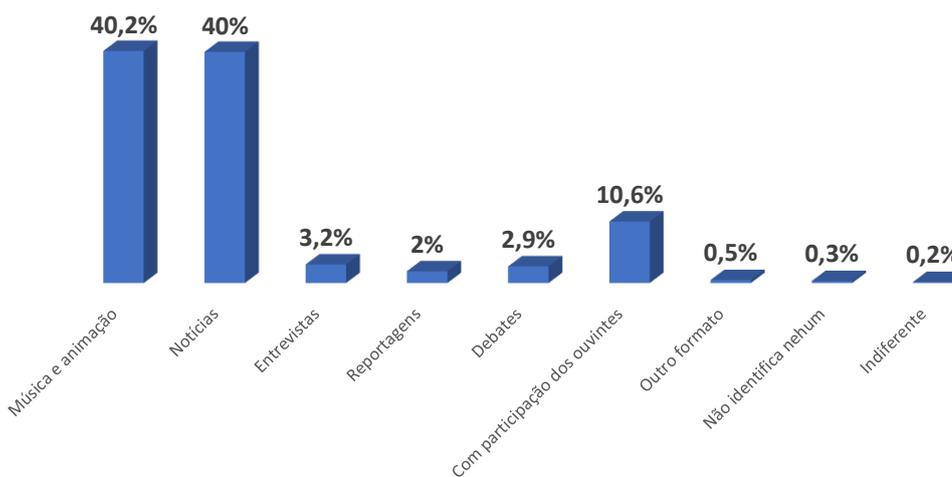
Figura 20 - Língua de preferência



Número total de pessoas que atenderam e que afirmaram que escutam as RC = 592. Dados em %

Contrariando aquilo que é hoje-em-dia a realidade da programação das rádios comunitárias, 40% dos ouvintes da rádio têm como primeira preferência a escuta de notícias. 40,2 % preferem música e animação, enquanto 10,6% preferem escutar programas com participação dos ouvintes.

Figura 21 - Preferências ao nível da programação



Número total de pessoas que atenderam e que afirmaram que escutam as RC = 592. Dados em %

Este dado é relevante, já que vem demonstrar que o ouvintes não preferem uma rádio apenas para “prestar o serviço de Djay”, mas sobretudo uma rádio de comunicação, tanto através das notícias, como através de reportagens (2%), entrevistas (3,2%), debates (2,9%) e outros programas em que o público possa comunicar e interagir com os comunicadores das rádios. Finalmente, deve-se enaltecer os resultados da última resposta ao inquérito, em que se perguntava aos ouvintes se a comunidade deveria financiar as Rádios Comunitárias.

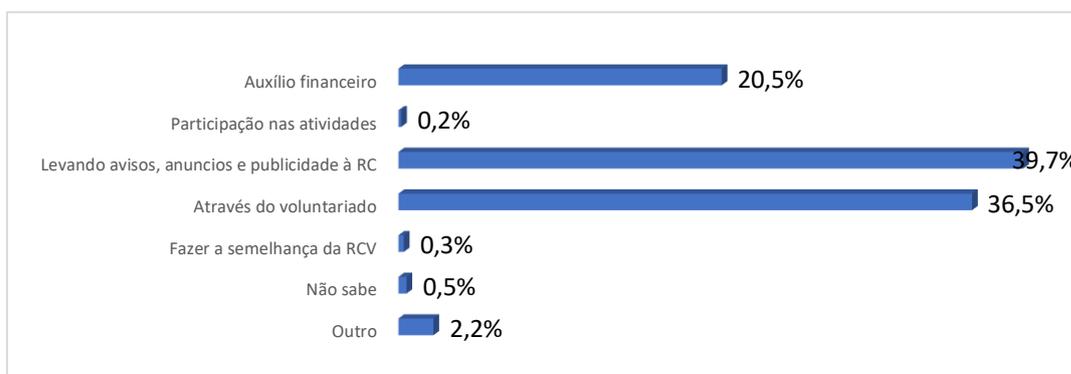
Figura 22 - Opinião favorável ao financiamento



Número total de pessoas que escutam as RC = 592; Dados em %

Entre os 592 inquiridos, apenas 8 disserem que não deveria. Ou seja, 584 (98,6%) consideram que a comunidade deve envolver-se no financiamento das RC, verificando-se como modalidades mais relevantes a entrega de avisos, anúncios e publicidade local (39,7%), através do voluntariado (36,5%) e diretamente através de auxílio financeiro (20,5%).

Figura 23 - Modalidades de financiamento



Número total de pessoas que escutam as RC = 592; Dados em %

Estes dados mostram as rádios comunitárias perante os seus próprios desafios, inseridas nesta miríade de ameaças, mas também de oportunidades. O seu papel específico, atendendo aos dados e à abordagem teórica que vimos defendendo, os coloca num ambiente em que podemos olhar de forma crítica para as suas forças e fraquezas. A nossa análise, de aqui para frente, consiste em entender, a partir dos dados acima apresentados, quais poderão ser identificadas como as forças e fraquezas das rádios, ameaças e oportunidades.

4.2. OPINIÃO DE TÉCNICOS E PERSONALIDADES LIGADAS A RÁDIOS COMUNITÁRIAS

4.2.1. Enquadramento e notas sobre a metodologia específica

Para o presente capítulo traçou-se como objetivo o mapeamento de diferentes perspetivas sobre as rádios comunitárias, provenientes de diferentes campos do sector da comunicação social, destacando-se personalidades com percurso académico e associativo reconhecido, além de técnicos e jornalistas conhecedores da realidade desses serviços de programas.

Visando um amplo levantamento de dados e assegurar as condições de comparabilidade, a opção recaiu sobre a modalidade de entrevistas estruturadas, com a aplicação de um questionário idêntico aos membros de cada um dos grupos acima referidos.

Responderam aos questionários as seguintes personalidades: Avelino Bonifácio Fernandes Lopes, antigo presidente da Plataforma das ONG de Cabo Verde, antigo presidente e atualmente membro da Associação Apoio Iniciativas Auto Promoção - SOLMI; Arminda Barros, jornalista e formadora na área de comunicação para o desenvolvimento; Paulo Lima, jornalista, formador e antigo presidente da Associação dos Jornalistas de Cabo Verde - AJOC; Wlodzimierz J. Szymaniak, académico, professor de comunicação social e atual reitor da Universidade Jean Piaget de Cabo Verde; e Francisco Monteiro, engenheiro e um dos principais responsáveis pelos projetos técnicos e montagem da maioria das rádios comunitárias em todo o país.

As entrevistas foram realizadas entre setembro de 2018 e março de 2019, tendo assegurado para o presente estudo um amplo levantamento de informações e conhecimentos específicos das rádios comunitárias.

4.2.2. Análise dos dados recolhidos

O resultado das entrevistas realizadas visa conhecer a avaliação que personalidades que, desde 2003, estiveram ligadas à criação de rádios comunitárias em Cabo Verde fazem do seu papel e percurso, bem como identificar propostas de melhoria para a viabilidade e sustentabilidade das mesmas.

De uma forma geral, os entrevistados reconheceram que a criação das rádios comunitárias em Cabo Verde deve ser vista como a afirmação de uma vontade da livre expressão do pensamento, liberdade de comunicar, informar e ser informado por parte da sociedade civil, em particular pelas Organizações Não-governamentais.

Destacaram, igualmente, o apoio com que contaram, durante os primeiros anos, de algumas organizações internacionais com representação no país, nomeadamente as Nações Unidas, a AJOC e as várias tutelas da comunicação social, designadamente na formação técnica e renovação dos equipamentos.

Na opinião de Avelino Bonifácio Lopes, um dos mentores da Rádio Comunitária Voz di Santa Cruz, a motivação maior das ONG que decidiram criar uma emissora comunitária se deveu ao “défice de cobertura noticiosa e de programas de cariz local, virados para questões específicas do concelho”, além da “necessidade de promover o desenvolvimento participativo sustentável através de uma comunicação assertiva, informações credíveis e sensibilização para uma consciência comunitária ativa e pró-ativa”.

O antigo presidente da Plataforma das ONG sublinhou, ainda, a aposta necessária das organizações da sociedade civil “numa educação comunicacional para a afirmação de uma comunidade empoderada, através de aumento da auto-estima, conhecimento das reais potencialidades e oportunidades que o conselho oferece”.

Segundo este ativista, a Rádio Comunitária Voz di Santa Cruz, na sua criação, contou com o apoio de “parceiros do Centro de Iniciativa Juvenil – SOLMI, Câmara Municipal, DIA (ONG Francesa), jovens voluntários e diversas instituições locais”. Quanto aos equipamentos, considera que foi importante o cesso a “um kit de retransmissores oferecido pelo PNUD” e “um cofinanciamento de uma organização ligada ao meio rural da África Ocidental”.

4.2.3. Instalação das emissoras locais

Na fase de instalação das primeiras rádios comunitárias em Cabo Verde, lembrou Avelino Bonifácio Lopes, uma primeira preocupação das ONG proprietárias teve a ver com a forma de comunicar próxima das comunidades e que identificasse com os diferentes agentes e as dinâmicas locais, de modo a assegurar “*a participação responsável*”

e a cidadania activa, através de vários programas empoderadores, à luz dos conteúdos programados metodicamente e com coerência local, mas também despertando a participação dos munícipes no que concerne ao desenvolvimento do concelho, com base na liberdade de pensamento de expressão responsáveis”.

No que respeita aos investimentos iniciais, englobando a arquitetura tecnológica, por exemplo em relação à Rádio Comunitária Voz de Santa Cruz, este valor rondou três mil contos, informou Avelino Bonifácio Lopes, tendo o engenheiro Francisco Monteiro apontado um valor aproximado para a instalação de uma rádio comunitária em qualquer ponto do país.

Francisco Monteiro reconheceu o apoio de organizações internacionais como a UNESCO neste esforço inicial, lamentando que as ONG não tenham conseguido mobilizar recursos, ao longo dos anos, tanto para a manutenção e reposição dos primeiros equipamentos, como para investir na inovação tecnológica.

De acordo com os entrevistados, a formação constituiu, desde sempre, uma das grandes apostas das ONG, que nos primeiros anos investiram seriamente em ações de capacitação destinadas aos voluntários que colaboravam com as rádios comunitárias nos diferentes concelhos, tendo, para tal, contado com o apoio de diversas entidades.

Paulo Lima destaca que a atuação da AJOC ocorreu no quadro de um financiamento da União Europeia à associação, tendo este apoio revertido para a formação de animadores de antena e radialistas nas ilhas de Santiago e São Nicolau, isso tendo em conta as carências dessas rádios em termos de recursos humanos para a produção de conteúdos.

Concretamente, estas ações de formação beneficiaram ativistas locais com dom da palavra, líderes associativos com capacidade de comunicação, jovens voluntários para serem animadores de antena e estudantes que gostariam de se formar em jornalismo.

4.2.4. Conteúdos radiofónicos

Instaladas as primeiras rádios comunitárias, a programação, sua planificação e concretização passaram a ser a aposta maior dos responsáveis das ONG proprietárias, cuja ambição era contribuir para a educação cívica das populações locais em áreas como educação, saúde, ambiente, ética, direitos humanos, género, combate à discriminação, etc.

No entender de Avelino Bonifácio Lopes, tratava-se de dar resposta aos objetivos que nortearam a criação desses serviços de programas no sentido de “promover a participação responsável e a cidadania activa, através de vários programas empoderadores à luz dos conteúdos programados metodicamente e com coerência local, mas também despertando a participação dos munícipes no que concerne ao desenvolvimento com base na liberdade de pensamento e de expressão responsáveis”.

A grande ambição era, no seu dizer, “conseguir uma taxa de cobertura de 100% em relação às comunidades do concelho (de Santa Cruz)”, para o que era fundamental “ter jovens voluntários com vocação e formação para a animação e produção de programas de índole local”.

A mesma opinião é partilhada pelo antigo presidente da AJOC, para quem as preocupações fundamentais foram “no plano ético e de responsabilidade social, assim como de algumas propostas de desenho de programas e formas de aproximar o cidadão da rádio”. A ideia, segundo Paulo Lima, “é que as rádios comunitárias devam criar e ocupar um espaço próprio”, de modo a ser uma rádio de proximidade e que desafie a uma maior participação cidadã.

Arminda Barros assinalou, por sua vez, que as preocupações fundamentais tinham a ver com uma “agenda social própria para as rádios comunitárias e os compromissos destes com a comunidade a nível de um estatuto editorial”, ao que Paulo Lima acrescenta: “Tentamos desconstruir modelos de rádios comerciais ou outras e centrar na construção de um ideal de participação cívica a todos os níveis”.

Nesse sentido, as ações de formação, disse Arminda Barros, foram direcionadas para as temáticas relacionadas com o papel das rádios comunitárias na democracia participativa, a organização e o funcionamento destas emissoras, a programação, a ética e deontologia nas suas antenas e a formação de “correspondentes” nas comunidades.

4.2.5. Percurso das rádios comunitárias

Analisar o percurso das rádios comunitárias em Cabo Verde nos últimos 15 anos é uma questão muito complexa, uma vez que cada uma dessas emissoras fez um caminho próprio, a começar pela forma como foram estruturadas e o perfil traçado pelas ONG detentoras de alvará para exercer atividade de radiodifusão comunitária.

Para a generalidade das rádios em funcionamento e objeto deste estudo, a regra é que, após a sua criação, foram “obrigadas” a funcionar como puderam e a mobilizar os recursos de que precisavam para o seu próprio financiamento e que incluía o pagamento da taxa de radiofusão, da eletricidade, da comunicação, dos animadores e, muitas vezes, dos coordenadores, havendo poucos casos em que a remuneração destes é assumida pelas ONG.

Da análise feita pelos entrevistados sobressai a grande dificuldade em ter colaboradores com capacidade para produzir programas e jornalistas profissionais que se encarregassem da recolha, produção e edições de informações e conteúdos noticiosos, como manda a lei.

Avelino Bonifácio Lopes admite que a SOLMI não tinha nenhum mecanismo de avaliação do seu desempenho e que as restrições financeiras impostas pela própria legislação condicionaram, e muito, o seu desempenho e crescimento. “Entretanto, ter sobrevivido até à presente é já um sinal da sua perseverança”, sublinhou.

Na sua opinião, tem valido a pena, porque as rádios comunitárias têm contribuído para a melhoria das condições de vida nas comunidades, “trazendo para o debate público questões sociais de ordem local que, sem ela, ficariam simplesmente no esquecimento”. Adianta, por outro lado, que estes serviços de programas também têm dado voz a pessoas, “nomeadamente idosas e jovens, que não a teriam noutra meio” de comunicação social.

Avelino Bonifácio Lopes destaca, ainda, o papel das mesmas para impulsionar a mudança de pensamento, atitude e comportamento dos munícipes, assim como “têm reforçado a cidadania ativa, o respeito pelos direitos humanos e a cultura da paz”, sem esquecer o seu contributo no combate aos males sociais: “droga, álcool, VIH-SIDA, vandalismo, prostituição, abandono escolar, paternidade e maternidade infantil, gravidez precoce ou na adolescência e exclusão social”.

Arminda Barros sustenta, por sua vez, que a programação diária destas emissoras ainda não responde ao objetivo de prestação de serviço público a nível comunitário. “Falta-lhe pessoal técnico e especializado para tal e a sua grelha de programação peca por conteúdos similares ao longo das várias horas diárias de emissão, quando não tenta imitar as emissoras comerciais”, realçou.

É seu entendimento que “há um fraco investimento a nível de conteúdos para conquistar diversas audiências com informação, lazer, manifestações culturais, artísticas, folclóricas e tudo aquilo que possa contribuir para o desenvolvimento da comunidade”. Reconhece, entretanto, que, muitas vezes, se regista uma fraca participação dos ouvintes quanto a “emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar ideias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações”.

Já o engenheiro Francisco Monteiro lembra que “as rádios comunitárias vêm-se deparando atualmente com algumas deficiências ao nível técnico, que decorrem do uso de alguns equipamentos obsoletos para a realidade atual da radiodifusão, agravadas com a ausência de manutenção dos equipamentos e ausência de capacidade de investimentos em renovação, adaptação e/ou transição para o digital”.

Segundo o engenheiro, seriam precisas anualmente, pelo menos, duas intervenções mínimas de manutenção dos equipamentos principais como os emissores e as antenas, para evitar a aceleração da degradação e a sua desvalorização.

“Porém, a falta de capacidade financeira e conhecimentos técnicos junto das rádios comunitárias tem contribuído para que não se priorize o aspeto da manutenção, contribuindo para um acelerado desgaste sobretudo dos emissores, ocorrendo vários casos de avarias e conseqüente interrupção das emissões, como foi o caso da Rádio Comunitária de Voz di Santa Cruz”, assinalou.

4.2.6. Viabilidade das rádios comunitárias

As restrições financeiras são apontadas como a principal das razões porque as rádios não têm cumprido globalmente o seu papel ou os objetivos para que foram inicialmente criados. Francisco Monteiro não tem dúvidas de que a falta de capacidade corrente de tesouraria para o pagamento dos custos de energia, internet e telefone tem constituído um grande entrave ao funcionamento destes serviços de programas.

Paulo Lima assinala que a questão do financiamento tem sido “um dos grandes desafios” das rádios comunitárias em todo o país, afirmando que as fragilidades advinentes do espírito de voluntariado “têm sido também um constrangimento na retenção e formação dos intervenientes nas rádios comunitárias”.

A seu ver, as dificuldades financeiras por que passam as rádios comunitárias são outro grande desafio com consequências graves, uma vez que “algumas autarquias locais têm sido os dinamizadores das mesmas. De aí que o problema de ingerência pode-se colocar, do ponto de vista teórico”, justificou.

Quanto à captura ou não das rádios pelas autarquias locais, Paulo Lima, que reside fora do país, disse não possuir elementos suficientes para fazer uma avaliação da situação. “Contudo, a questão coloca-se do ponto de vista teórico, pelo que uma atenção particular deverá ser dada a este aspeto”, defendeu, lembrando que “a independência face a qualquer tipo de poder é uma necessidade, se se quer a afirmação das rádios comunitárias”.

Arminda Barros também qualifica de muito precária a situação das rádios comunitárias, em termos de recursos humanos, financeiros e materiais. E em grande medida, argumenta a jornalista, isso se deve “à perda de interesse ou falta de engajamento para com as rádios comunitárias por parte das ONG proprietárias”, sublinhando como outra causa para a difícil situação atual a perda significativa dos recursos humanos que beneficiaram de várias formações ao longo de anos.

Crê, igualmente, que o fim dos financiamentos por parte da cooperação internacional e a falta de recursos financeiros para contratar jornalistas para produzir conteúdos de qualidade e de técnicos para a animação da antena têm o seu peso, ao que se acresce a falta total de recursos para proceder à manutenção e renovação dos equipamentos.

Ciente de que os operadores de rádios comunitárias são instituições de fim não lucrativo, que prestam um serviço público às comunidades locais onde se encontram inseridas, defende que isso não justifica o fato de algumas ONG licenciadas estarem a procurar patrocínios através de parcerias com as câmaras municipais, “a ponto de os coordenadores e os animadores constarem da sua folha de pagamentos, havendo situação em que tudo o que era arrecadado pela rádio pela prestação de serviços entrava nos cofres do município”.

Segundo o Professor Wlodzinierz Szymaniak, as câmaras municipais podem financiar as rádios comunitárias, mas num quadro de transparência, em que os termos do financiamento são definidos com clareza e de forma pública, para evitar a manipulação ou o que o *gatekeeper* da rádio esteja dentro de uma câmara municipal”.

Mas “as ONG devem responsabilizar-se pelo estatuto editorial e pelo funcionamento da rádio”, defendeu este investigador para acrescentar que, perante esta encruzilhada, o que importa é a recentragem do papel editorial das rádios comunitárias. A nível global, o Professor Włodzinierz Szymaniak lembra que “não é difícil observar que o crescimento das tecnologias de comunicação traz efeitos positivos e negativos. Entre os efeitos negativos, é a baixa qualidade e a diluição das fronteiras entre a comunicação social e outras formas de comunicar”.

4.2.7. Desafios futuros

Para Włodzinierz Szymaniak, “em Cabo Verde esta tendência se acentua mais ainda, sendo preocupante que o número de jornais impressos esteja a diminuir”, pelo que é preciso aproveitar a maior valia das rádios comunitárias, o que, a seu ver, significa “estar mais perto das comunidades (...), podendo desempenhar um papel muito importante quando consegue acompanhar as dinâmicas da vida das pessoas”.

Avelino Bonifácio Lopes é de opinião que as rádios comunitárias têm contribuído, dentro das suas limitações, para a melhoria do debate público local, “trazendo para o debate público questões sociais de ordem local, que, sem elas, ficariam simplesmente no esquecimento”.

Arminda Barros qualifica as emissoras comunitárias como “atores importantes para a comunicação para o desenvolvimento, um instrumento de concretização do direito à informação, de se informar e ser informado, para além de se constituir em pilar significativo para o pluralismo e a diversidade mediática a nível local”.

O segundo pilar desta partida para o futuro é o desafio da modernização tecnológica. Neste aspeto o Engenheiro Francisco Monteiro coloca o foco na transição para o digital e migração para o online. A sua experiência na área leva-o a afirmar que esta transição implica custos, porém, o custo maior seria deixar as coisas como estão. Entre as soluções, propõe a aquisição de emissores e antenas fiáveis, mas com a possibilidade de abrir o restante aparato tecnológico a soluções domésticas e softwares livres, sem descurar a manutenção, como tem vindo a acontecer.

Contudo, a estes dois desafios, ainda se deve acrescentar um terceiro pilar, eventualmente o pilar mestre, para que no futuro possamos ter repostas adequadas relativamente a programação, formação ou transição tecnológica.

Referimo-nos a sustentabilidade financeira das rádios, problema que, segundo Arminda Barros, “prende-se, em primeiro lugar, com dificuldades na arrecadação de receitas compatíveis com os custos de funcionamento das mesmas no que respeita ao pagamento das despesas”. Não sendo “entidades de radiodifusão comercial, os recursos que mobilizam não advêm da publicidade, mas sim sob forma de apoio cultural ou patrocínio da programação ou de programas da rádio, feito por entidades públicas, empresas ou estabelecimentos situados na área coberta pela rádio”.

Neste contexto, a questão que se coloca aos que contribuíram com as suas propostas é até onde podem ser alargados os mecanismos de financiamento das RC?

Paulo Lima mantém que se deve, a todo o custo, “fugir às formas de financiamento das estruturas comerciais e públicas, sob pena de desvirtuar completamente a propostas única das Rádio Comunitárias”, procurando não atrelá-las a modelos comerciais. Wlodzinierz Szymaniak defende, essencialmente, modelos de financiamento transparentes e públicos, de modo a não falsear a objeto das Rádios Comunitárias. Defende, por exemplo, que a lei possa permitir “que façam publicidade, mas mais estreitamente relacionada com as associações locais”.

Se as Câmaras apoiam, tem que ser transparente. Que seja assumido como parte da estratégia das ONG na implementação dos projetos. As rádios devem fornecer serviços às comunidades, às ONG, a exemplo da proteção do ambiente e da educação financeira, porque as rádios comunitárias teriam a vantagem de criar uma cultura de diálogo com o público, oferecendo, portanto, uma relação próxima aos clientes, criando laços. Exemplo, feita uma propaganda sobre a Dengue, pode a rádio trabalhar junto das comunidades para ter o feedback desta campanha junto do público, através de telefonemas ou cartas. As rádios devem trabalhar para ganhar o seu público”.

Por sua vez, Arminda Barros crê que “como um negócio, deveriam apostar no local e comunitário e vender espaços para anúncios e publicidade local e comunitária, assinar contratos-programa com entidades públicas para prestar serviços na área do desenvolvimento”.

Neste sentido, e atendendo aos desafios aqui apresentados, fica patente a necessidade de se encarar o presente das rádios comunitárias como tempos de mudanças, passando, desde logo, pela reavaliação dos projetos editoriais iniciais, procurando adaptar, de agora em diante, às mudanças e oportunidades que transportam as novas tecnologias, bem como uma reflexão exaustiva sobre os mecanismos de financiamento, de maneira a inaugurar novas formas de arrecadação de recursos para garantir o equilíbrio de caixa, e portanto, emergindo-se destes contributos a necessidade das próprias rádios olharem de forma crítica e atualizada para o seu desempenho e pensarem nas melhorias a introduzir.

V. ANÁLISE SWOT

As rádios comunitárias gozam, efetivamente, de uma boa imagem junto dos ouvintes, que avaliam a sua presença no seu município como muito positiva. Para as emissoras isto representa um importante fator de fortalecimento da sua identidade enquanto meio de comunicação de proximidade às comunidades onde emitem e colhem uma audiência alargada a todas faixas etárias, destacando a faixa mais jovem - dos 18 e 24 anos de idade.

Fortalece, ainda, as rádios comunitárias os consideráveis níveis de audiência em municípios pequenos como Paul, Boa Vista ou Ribeira Brava.

Figura 24 - Identificação de forças e fraquezas

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none">- Imagem positiva das RC nos diversos concelhos enquanto instrumento fundamental de participação cívica local- Boa avaliação das RC por parte dos ouvintes- Audiência alargada a todas as faixas etárias, com maior destaque para jovens entre 18 e 24 anos- Considerável nível de audiência nos municípios pequenos- RC contribuem para melhorar a informação sobre a comunidade- Público acredita que as rádios comunitárias dão voz aos problemas da comunidade	<ul style="list-style-type: none">- Abandono das RC por parte das ONG proprietárias- Défice de comunicação entre o operador e o respetivo serviço de programas- Falta de previsão orçamental e de recursos para as RC por parte das ONG proprietárias- Limitações legais do acesso ao mercado de publicidade- Ausência de planificação e de mecanismos apropriados de gestão- Deficiente capacitação dos colaboradores- Alta rotatividade de voluntários e radialistas comunitários

<ul style="list-style-type: none"> - Entendimento por parte do público de que as RC ajudam a melhorar as condições de vida da comunidade - Radiouvintes consideram RC pertença da comunidade - Possibilidade de interação rápido e fácil com o público - Ausência de concorrência com as rádios comerciais - Grande engajamento dos radialistas comunitários 	<ul style="list-style-type: none"> - Fraca capacidade dos recursos humanos - Baixa diversidade na programação - Fraca influência/participação do público/comunidade na definição da programação das RC - Pouca interatividade com os ouvintes nas antenas das RC - Baixa audiência em municípios mais populosos como Praia e Santa Mar - Deficiente funcionamento dos conselhos comunitários - Fraca adesão às plataformas alojadas na internet - Fraca capacidade de investimento na inovação tecnológica - Incapacidade de mobilização de recursos e parceiros
---	---

Igualmente se crê, juntos das comunidades, no papel transformador das rádios comunitárias, sobretudo nas melhorias que a sua presença significa ao nível da informação comunitária, trazendo os problemas comunitários na voz e de acordo com os conhecimentos e experiências dos moradores e diversos outros agentes locais. Resulta dessa aceitação o entendimento dos seus ouvintes de que o trabalho das rádios está a trazer mudanças positivas e a contribuir para a melhoria das condições de vida local, o que, aliado à possibilidade de interação fácil e rápida com o público, em contextos, sobretudo, de ausência de outros meios de comunicação social, designadamente de rádios comerciais, reforça e torna o seu papel fundamental no contexto mediático atual.

As rádios comunitárias, ainda, trazem consigo a possibilidade de apostar e desenvolver um perfil de radialista comunitário, associado ao quadro de reforço do voluntariado e participação cívica em nome e defesa da comunidade. Esses elementos conferem-lhes um potencial que fortalece de forma categórica a presença das rádios comunitárias em Cabo Verde.

Figura 25 - Identificação de oportunidades e ameaças

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> - Possibilidade de novas fontes de financiamento - Potencial de crescimento da audiência, designadamente junto da população jovem - Diversidade de plataformas de escuta, designadamente no online - Abertura do público em participar na vida das RC, incluindo no seu financiamento 	<ul style="list-style-type: none"> - Apetência das Câmaras em influenciar/controlar as RC - Controlo financeiro e conseqüente perda de autonomia editorial de algumas RC por parte das autarquias - Falta de transparência nos “apoios” concedidos por parte de câmaras municipais - Dificuldade de “desprezar” os recursos que resultam da transmissão de programas das confissões religiosas - Fim do financiamento por parte dos parceiros tradicionais

Porém, estes apontamentos têm encontrado forças opostas, por exemplo, o abandono das rádios por parte das OGN proprietárias, que na realidade são os titulares do projeto licenciado e, como tal, responsáveis por empreender o trabalho de viabilização financeira, gestão dos recursos e orientação editorial das emissoras.

Estando, as ONG, distantes do funcionamento diário das rádios, estas, logicamente, ficam fragilizadas na sua capacidade de gerir o dia-a-dia em termos financeiros, organizacional, e, sobretudo, no desempenho do seu papel de proporcionar

uma comunicação/ programação voltada para o interesse das comunidades. Este déficit de comunicação, entre o operador e o serviço de programa, enfraquece as rádios, que convivem diariamente com a falta de previsão orçamental e de recursos para o seu funcionamento de forma ininterrupta. Esta situação acarreta uma ausência preocupante de planificação, fraca capacidade de investimentos na inovação tecnológica e incapacidade de mobilização de recursos e parceiros importantes.

Alongam estes fatores de enfraquecimento, a fraca capacidade dos recursos humanos, em especial a deficiente capacitação dos colaboradores, que se juntam à alta rotatividade dos voluntários e radialistas comunitários, elementos que imbricam evidentemente com o abandono dos donos, desorganização e falta de recursos. Ainda é preocupante, entre os fatores que têm enfraquecido o trabalho das rádios, a baixa diversidade de programação, a fraca influência/participação do público na definição da sua programação e reduzida interatividade.

Estes fatores, evidentemente, demonstram uma clara ausência da participação e apropriação das rádios por parte da comunidade, o qual, associado à incapacidade de gerar os próprios recursos, deixa as emissoras comunitárias sujeitas a um conjunto de ameaças, sendo que uma delas é deixar as rádios numa situação de fragilidade para lidar com a apetência de algumas entidades, como as câmara municipais, para exercer as sua influência/ controlo sobre, o que poderá resultar no condicionamento editorial em troca de patrocínios ou financiamento direto aos serviços de programa.

Atualmente, a independência e a própria sobrevivência das rádios estão ameaçadas, desde logo porque há o risco de deixarem de usufruir, ainda que por via pontual, de projetos, de linhas de financiamento de parceiros tradicionais, o que aumentaria a dependência de recursos vindo de entidades como câmaras municipais e entidades religiosas, linhas de arrecadação de recursos que ameaçam de forma séria a independência das rádios e as faz afastarem-se do objetivo principal, que é atuar em prol do empoderamento comunitário e do reforço da democracia nos âmbitos comunitário e local.

Nesta senda, é preciso que as rádios analisem de forma cuidada e definitiva a possibilidade de novas janelas de oportunidade que começa logo com a possibilidade de novas fontes de financiamento, apostando no potencial de aumento das audiências,

sobretudo junto da população mais jovem, diversificando as plataformas de escuta e aproveitando a abertura do público em participar na vida das rádios comunitárias, inclusive no seu financiamento.

Em suma, parece essencial pensar as rádios comunitárias a partir das oportunidades que advêm de uma leitura estreita do seu papel junto da comunidade. Elas devem ser entendidas a partir do significado específico e singular da sua linha editorial, para que não se confunda o conceito de sustentabilidade a ele aplicado. Crucial, aqui, é perceber que sem participação não há apropriação, ou seja, não se alcança a compreensão de que a rádio é, de facto, da comunidade.

Proclamar, por mais que se acredite nisso, que as rádios pertencem à comunidade não basta. Não é suficiente, se os ouvintes não se sentirem chamados para opinarem ou, de alguma forma, ajudarem ao seu funcionamento. Esta compreensão estimula um conjunto de outras oportunidades para as rádios. Em termos financeiros poder-se-á discutir cenários de viabilidade e sustentabilidade para as rádios comunitárias, como se pretende fazer no próximo capítulo do trabalho, mas é fundamental incorporar dimensões como as de comunidade e, novas tecnologias, à abordagem diferenciada e, forçosamente, transparente quanto aos financiamentos internos.

As rádios devem trabalhar as possibilidades de assegurar o seu autofinanciamento, sem desprezar, mas sem depender, em absoluto, de financiamentos externos.

VI. ANÁLISE DE CENÁRIOS PARA A SUSTENTABILIDADE DAS RÁDIOS COMUNITÁRIA

6.1. ENQUADRAMENTO E METODOLOGIA ESPECÍFICA

O objetivo principal deste segmento do trabalho é, com base na análise de diversas hipóteses e experiências, construir cenários que viabilizam o funcionamento ininterrupto das rádios comunitárias.

Uma das preocupações deste trabalho é encontrar as vias alternativas, tendo em conta a necessidade de alteração do quadro atual, em que, infelizmente, muitas das 16 rádios comunitárias autorizadas a emitir no país não conseguem, sequer, cumprir as suas obrigações básicas, nomeadamente pagar os técnicos, a renda, os serviços fornecidos por terceiros ou manter o programa no ar por muito tempo.

A maior parte dos equipamentos está obsoleta e não há previsão de substituição devido à falta de planos de amortização. O envolvimento da população, que seria o elo mais forte e o lado mais explorado para garantir a participação quer seja financeira quer na programação, não parece ser um elemento levado em conta por parte dos operadores para o sucesso dessas rádios.

Por serem propriedade de organizações sem fins lucrativos e desempenharem um papel específico no quadro dos media em Cabo Verde, entende-se que seria mais prático e um bom guia, para quem queira tomar decisões e apoiar as rádios comunitárias, ter uma visão mais abrangente da problemática, em função dos elementos constituintes da sua operacionalização a partir de possibilidades existentes para a viabilização e consequente sustentabilidade.

A necessidade de um estudo mais aprofundado surge na medida em que várias das rádios, como projetos editoriais, nascem sem estudos prévios de viabilidade e, consequentemente, da sua sustentabilidade.

O modelo dependente de financiamento de parceiros deverá ser revisto, por não ser o mais indicado. Se as populações, principais interessadas, não perceberem o papel das rádios para o seu próprio desenvolvimento e contribuintes para o enriquecimento da

democracia, papel que lhes está assignado na legislação, a sua sustentabilidade está sempre comprometida.

Por esta razão é que, antes de se fazer uma abordagem de busca de recursos financeiros nas vias mais tradicionais, pensou-se na possibilidade de mudança de paradigma, recentrando o papel e o ator principal nos próprios beneficiários diretos, as comunidades.

6.2. ORÇAMENTO DAS RECEITAS

6.2.1 PRESSUPOSTOS CONSIDERADOS NA CONSECUÇÃO DE FUNDOS/RECEITAS

Após estudos, chegou-se ao pressuposto de que a intervenção em certa região poderia ser feita instalando-se uma emissora rádio.

A região albergava, no último censo, 13.808 habitantes, representando um aumento de 0,4% em relação ao censo anterior, com uma população maioritariamente rural, isto é, com 81,3% residindo no campo contra 18,7% no meio urbano, sendo 48,6% do sexo masculino e 51,4% de sexo feminino. Ocupando uma área de 147,5 km², a sua densidade populacional era de 93,6 habitantes por quilómetro quadrado.

No último censo as faixas etárias subdividiam-se da seguinte forma: 0-14 anos (36,8%), 15-24 anos (26,8%), 25-34 (13,5%), 35-64 (17,7%) e mais de 65 anos (5,2%). Na altura do censo, quarenta e sete por cento (47,1%) frequentava o ensino dos quais 46,6% registados no ensino básico. A região registou uma taxa de alfabetização de 97,8%.

Dos pouco mais que 2.400 agregados, 75,1% passaram a usar a eletricidade como principal fonte de iluminação.

A **posse de rádio** no último censo era de **53,1%**, um pouco acima da média nacional na altura. O INE informou que em 2017, a média nacional de posse de radio atingiu 54,6%.

O quadro que segue ilustra o principal pressuposto constituído com base na posse de rádio atual, 7.332 pessoas, ou seja, 53,1% das 13.808 pessoas.

Figura 26 - Dados de pressupostos na consecução de fundos

Descrição	U.M.	População
População da região em estudo (censo 2010)	# de habitantes	13 808
% que escuta a rádio no meio rural	53,1%	7 332
Aumento de 5% em relação a situação de partida	5,0%	7 699
Aumento de 10% em relação a situação de partida	10,0%	8 469
Aumento de 15% em relação a situação de partida	15,0%	9 739
Aumento de 20% em relação a situação de partida	20,0%	11 687
Aumento de 18,15% que completaria o # de ouvintes	18,15%	13 808

É suposto que a emissora se empenhe em conquistar mais ouvintes ano após ano. A efetivação dessa conquista será de um ouvinte novo por dia, 31 ouvintes por mês ou 367 ouvintes por ano como se ilustra no quadro que se segue:

Figura 27 - Projeções das audiências/ano

# de ouvintes	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
Novos ouvintes/dia	1	2	4	5	6
Novos ouvintes/mês	31	64	106	162	177
Novos ouvintes/ano	367	770	1270	1948	2121

Além da posse de rádio, o telemóvel, outro aparelho com possibilidade de rádio, atinge 61,7%, de posse, o que aumenta as chances de conquista de mais ouvintes. Os índices dos que apresentam dificuldade de audição são muito baixos, 0,7% contra 0,2% dos que não conseguem ouvir. O Estudo publicado pela empresa Afro Sondagem (2015)

e ARC (2018) apontam para 1 a 4 horas de escuta de rádio em média por pessoa, podendo chegar a 5 horas por dia. Apesar desses instrumentos representarem uma alta percentagem, os estudos apontam a ausência do envolvimento da população nos programas e a fraca qualidade dos mesmos, sem descartar a carência de recursos financeiros para manter à rádio no ar.

6.2.2. NECESSIDADE DE MUDANÇA DE PARADIGMA NA PROCURA DE RECURSOS

Como grande parte dos projetos, a promoção das rádios comunitárias também padece do problema da falta de estudos prévios de viabilidade e, conseqüentemente, da sua sustentabilidade.

O modelo de desenvolvimento baseado na compra de equipamentos com financiamento de parceiros, sem a participação das populações, principais interessados, não garante a sua continuidade. Por esta razão é que antes de procedermos à abordagem tradicional de busca de recursos financeiros junto dos parceiros, pensou-se na possibilidade de mudança de paradigma, recentrando as atividades e o financiamento no ator principal, nos próprios beneficiários diretos, as comunidades. Urge mudar o cenário atual que ilustra grande vulnerabilidade das rádios face aos desafios de levar os seus programas ao ar. O objetivo seria o de mudar o modelo atual e tornar as rádios sustentáveis.

6.2.2.1. Receitas provenientes da contribuição da comunidade

Partindo das bases acima descritas, mostrando que a população com posse de rádio tem registado um crescimento derivado da conquista de mais ouvintes, membros efetivamente envolvidos na vida da rádio, resultando na criatividade, inovação, participação e partilha de experiências nos programas divulgados, tais como explicação de matemática, de línguas, programas de higiene, programas juvenis e de apoio a iniciativas privadas, entre outros. Coloca-se a hipótese da disponibilidade de uma comunidade com as características acima enunciadas, que optasse ou aderisse ao financiamento direto da sua rádio comunitária. Nesse sentido serão analisadas as possibilidades de partilhar os desafios financeiros da rádio.

O quadro seguinte retrata alternativas resultantes das contribuições da comunidade com simulações feitas a partir de 5 Escudos/mês/pessoa até 200 Escudos/mês/pessoa.

Figura 28 - Projeção de receitas provenientes da contribuição das comunidades

	5Esc	10Esc	25Esc	45Esc	50Esc	75Esc	100Esc	120Esc	140Esc	150Esc	160Esc	180Esc	200Esc
Base(53,1%)	36660	73320	183301	209942	266602	3549904	333205	379846	42687	49907	57328	659769	66610
+5%	38493	76987	192666	214639	284933	3777999	36965	42338	47711	54798	631784	725757	739730
+10%	4243	8485	211713	231083	292326	3935139	4652	5222	5922	70777	8162	92433	99303
+15%	494	988	24370	268246	33940	4309	57379	6855	7931	9019	10507	12183	13759
+20%	533	1066	29264	325895	4128	5491	7655	90286	10617	125283	146948	170379	193710
+18,15%	638	1277	34592	3821345	490883	643575	80766	956919	113372	131449	15209226	18579	21632

As entradas de recursos financeiros podem iniciar com 36.660\$00 e chegar a 1.446.410\$00 no ponto atual e chegar a 2.761.532 Escudos. Estes valores podem revelar-se de suma importância, na medida em que, uma vez adquiridos os equipamentos com apoio dos parceiros, serviriam para cobrir as despesas correntes e/ou os custos de funcionamento da rádio.

O recurso às associações pode constituir outro cenário ou via de participação da própria comunidade ou dos seus membros (residentes ou na diáspora).

6.2.2.1. Receitas provenientes das associações presentes na zona de cobertura

De acordo com o cálculo feito com base nos dados publicados pela Plataforma das ONG de Cabo Verde, o número médio de membros por associação pode rondar os 167 elementos. Este número foi tomado com certa cautela, na medida em que existem associações com apenas 49 membros (mínimo observado) e as que dispõem de 3.000 membros associados, podendo se tratar de associações de desenvolvimento comunitário ou de caráter religioso ou desportivo e recreativo. Em último caso, foi assumida base de cálculo de 167 membros.

Sabendo que a maioria das associações definiram 50 a 100 Escudos como quotas mensais a serem pagas pelos membros efetivos, mensalmente seria possível arrecadar entre 8.350 e 16.700 Escudos, para um total anual de 100.200 ou 200.400 Escudos, respetivamente como ilustra o quadro que se segue.

Figura 29 - Projeção de receitas provenientes de associações a partir de uma quota mensal de 50\$00

# de Associações	# média de membros inscritos	Valor mensal	Mês	Ano
Associação A	50	50	2 500	30 000
Associação B	100	50	5 000	60 000
Associação C	200	50	10 000	120 000
Associação D	300	50	15 000	180 000
TOTAL	650		32 500	390 000

Figura 30 - Projeção de receitas provenientes de associações a partir de uma quota mensal de 100\$00

# de Associações	# médio de membros inscritos	Valor mensal	Mês	Ano
Associação A	50	100	5 000	60 000
Associação B	100	100	10 000	120 000
Associação C	200	100	20 000	240 000
Associação D	300	100	30 000	360 000
TOTAL	650		65 000	780 000

Havendo mais comunidades ou associações na região em análise e com acesso à mesma emissora, esses valores podem passar de 33.400 ou 66.800 Escudos mensais e somar 400.800 Escudos ou 801.600 Escudos respetivamente. O seu impacto na cobertura das despesas seria mais significativo. Neste caso, o desafio passaria por trabalhar no sentido de haver a adesão de mais associações.

Outra possibilidade, ainda que restrita, concerne à divulgação de anúncios, os quais, por imposição da legislação, não devem exceder 15% do tempo de emissão.

6.2.2.2 Receitas produto dos anúncios feitos pela própria rádio

No quadro a seguir se apresenta a possibilidade de explorar 10 anúncios por dia a um preço unitário de 200 Escudos, e assim arrecadar, num mês, 60.000 Escudos e totalizar 720.000 Escudos anuais.

Figura 31 - Projeção de receitas provenientes de anúncios

# de anúncios/dia	Preço/anúncio (ECV)	Valor diário (ECV)	Valor mensal (ECV)	Anual (ECV)
1	200	200,00	6 000,00	72 000,00
2	200	400,00	12 000,00	144 000,00
3	200	600,00	18 000,00	216 000,00
4	200	800,00	24 000,00	288 000,00
5	200	1 000,00	30 000,00	360 000,00
6	200	1 200,00	36 000,00	432 000,00
7	200	1 400,00	42 000,00	504 000,00
8	200	1 600,00	48 000,00	576 000,00
9	200	1 800,00	54 000,00	648 000,00
10	200	2 000,00	60 000,00	720 000,00
11	200	2 200,00	66 000,00	792 000,00
12	200	2 400,00	72 000,00	864 000,00
13	200	2 600,00	78 000,00	936 000,00
14	200	2 800,00	84 000,00	1 008 000,00
15	200	3 000,00	90 000,00	1 080 000,00
16	200	3 200,00	96 000,00	1152 000,00

Esse valor oscilará em função do número de anúncios divulgados. A rádio deve poder produzir a informação requerida a ponto de causar mudança no seu entorno e estimular a necessidade da sua existência. Quem consome a informação deveria pagar por ela, categoria que poderia vir a abranger lojas, minimercados, barbearias, cabeleiras, produtos/serviços em promoção, atividades desportivas, formações, organização de troféus, etc.

6.2.2.3. Receitas provenientes dos spots publicitários locais

O tempo permitido por lei para a divulgação de avisos, anúncios, comunicados, convites, dedicatórias, etc., deve representar 15% do tempo de emissão diária. No caso de 16 horas de emissão/dia, seriam 144 minutos que subdivididos em 2 minutos cada, resultaria no cenário que segue:

Figura 32 - Projeção de receitas provenientes de spots

Base: 16h/dia	Tempo total	Tempo por anúncio	Preço/anúncio	Valor mensal	Valor anual
	960 min.	2 minutos	200 Escudos	268.800	
15% do tempo de emissão	144 min	48 anúncios/2	9.600/dia/2= 4.800 Escudos	134.400	3.225.600 1.612.800

A escolha de apenas a metade representa uma simples referência, a estimativa de um valor certo calculado para o mínimo possível a obter na receita prevista.

6.2.2.3. Projeção das receitas (5 anos) considerando o “mix” dos paradigmas

A primeira projeção abrange a participação da população/comunidade calculada com base em 200 Escudos mensais por pessoa; esta inicia com 1.466.410 ECV com a população de 7.331 e termina com 2.761.533 quando a população é toda, teoricamente, coberta pela rádio e acompanha as emissões tendo adquirido equipamentos que lhe permitam participar dos programas como ouvintes.

Figura 33 - Projeção de receitas (5 anos) considerando o “mix” dos paradigmas

Cenários	Ano 0	+5%	+10%	+15%	+20%	+18,15%
1	1 466 410	1 539 731	1 693 704	1 947 759	2 337 311	2 761 533
2	-	-	-	-	-	-
3	720 000	756 000	831 600	956 340	1 147 608	1 355 899
4	1 612 800	1 693 440	1 862 784	2 142 202	2 570 642	3 037 213
TOTAL	3 799 210	3 989 171	4 388 088	5 046 301	6 055 561	7 154 645

Na segunda posição são as contribuições que podem vir das associações; é como se os valores arrecadados dos membros servissem para apoiar a rádio. Ele segue a mesma lógica. Começando com 390 000 ECV alcança 734.445 ECV.

Em quarta posição aparece os serviços prestados pela rádio que, iniciando com 720.000 ECV, atingem no último período 1.355.899 ECV

Figura 34 - Projeção de receitas (5 anos) considerando o “mix” dos paradigmas

Cenários	Ano 0	+5%	+10%	+15%	+20%	+18,15%
1		-	-	-	-	-
2	390 000	409 500	450 450	518 018	621 621	734 445
3	720 000	756 000	831 600	956 340	1 147 608	1 355 899
4	1 612 800	1 693 440	1 862 784	2 142 202	2 570 642	3 037 213
TOTAL	2 722 800	2 858 940	3 144 834	3 616 559	4 339 871	5 127 557

Em última posição vêm as receitas provenientes dos anúncios, venda de espaço para programas produzidos pelos parceiros; assim sendo vai de 1.612.800 até 3.037.213 ECV.

O valor se revela mais importante no caso em que os membros da comunidade, zona ou sítio contribuem com os seus recursos. Neste último caso, se as contribuições forem de 50 Escudos o valor será, logicamente, inferior ao caso em que a contribuição fosse de 100 ECV/mês/membro.

Figura 35 - Projeção de receitas (5 anos) considerando o “mix” dos paradigmas

Cenários	Ano 0	+5%	+10%	+15%	+20%	+18,15%
1		-	-	-	-	-
2	780 000	819 000	900 900	1 036 035	1 243 242	1 468 890
3	720 000	756 000	831 600	956 340	1 147 608	1 355 899
4	1 612 800	1 693 440	1 862 784	2 142 202	2 570 642	3 037 213
TOTAL	3 112 800	3 268 440	3 595 284	4 134 577	4 961 492	5 862 003

Deve-se considerar o valor residual dos equipamentos no final de cada período. No caso de 5 em cinco anos, temos que os valores residuais no quinto, décimo e decimo quinto ano. É o que se apresenta no quadro que se segue:

Figura 36 - Projeção de receitas (5 anos) considerando o “mix” dos paradigmas

PERÍODO	Valor Residual (ECV)
15 anos	17 43,33
10 anos	30 55,22
5 anos	53 21,47

Esse valor pode ser somado às entradas para aumentar o valor de receitas, caso esses equipamentos forem dados de baixa com a venda ou com a reavaliação do seu estado e possível uso, diminuindo assim o custo do investimento.

6.3. ORÇAMENTO DA PRODUÇÃO DO SERVIÇO

6.3.1. ESTIMATIVA DO TEMPO DE PRODUÇÃO DO SERVIÇO

A situação de produção, transmissão e emissão varia consoante a emissora. A programação, o quadro do pessoal e os custos são dos fatores que mais influenciam o tempo de atividade de cada rádio.

Para tratarmos a questão dos custos da atividade, a análise dos cenários foi feita com base nos tempos mínimo e máximo de difusão requerido pelas normas tendo-se elaborado o quadro que se segue:

Figura 37 - Tempo estimado de produção do serviço

Descrição	Unidades de Tempo	Mínimo	Cenário Hip	Normal	Máximo
Tempo de emissão/dia	(horas/dia)	6	12,5	14,5	22
Tempo de emissão/dia	(Min/dia)	360	750	870	1320
Tempo de emissão/dia	(Seg/dia)	1500	5000	5200	9200
Tempo de emissão/semana	(horas/semana)	42	87,5	101,5	154
Tempo de emissão/semana	(Min/semana)	2520	5250	6090	9240
Tempo de emissão/semana	(Seg/semana)	51200	15000	165400	54400
Tempo de emissão/mês	(horas/mês)	168	350	406	616
Tempo de emissão/mês	(Min/mês)	10080	21000	24360	36960
Tempo de emissão/mês	(Seg/mês)	50400	26000	246100	217000
Tempo de emissão/ano	(horas/ano)	2016	4200	4872	7392
Tempo de emissão/ano	(Min/ano)	120960	252000	292000	443520
Tempo de emissão/ano	(Seg/ano)	257000	152000	739200	611200

Será com base nessas estimativas e contando com as despesas de uma equipa de trabalho, dos custos que envolvem a sua participação e nas percentagens de seu tempo de trabalho que foram feitos os cálculos.

5.3.2. ORÇAMENTO DA MÃO-DE-OBRA DIRETA

Uma equipa completa de rádio deveria ser constituída por:

- um produtor,
- um realizador,

- um diretor,
- um guionista,
- um operador,
- um assistente de operador,
- os locutores
- os atores (comunidade, convidados, etc.) e
- animadores.

No entanto, com a introdução de nova tecnologia, duas pessoas podem, hoje, levar emissões ao ar. Pensando na sustentabilidade e no envolvimento da comunidade nos programas, da necessidade de mais reportagens e trabalho de estúdio e no estúdio, poderá haver necessidade de mais pessoas. Haverá que questionar-se que atividades serão a título benévolo e quais deverão ser pagas.

Alguns ajustes poderão ser feitos no sentido de reduzir o pessoal sem prejudicar a quantidade e qualidade dos programas e serviços prestados pela rádio. Entre as alternativas possíveis, uma poderia ser a formação de alguns jovens da comunidade com vocação para elaborar programas que tornassem a rádio mais atraente adequando-a às necessidades e anseios comunitários (reforço do voluntariado).

Com base no pressuposto inicialmente definido, foram tomadas em consideração algumas funções essenciais para fazer funcionar a rádio nomeadamente:

Figura 38 - Projeção de orçamento de mão-de-obra

Função	Efetivo	Valor mensal	Valor anual
Diretor/coordenador	1	34 680,00	416 160,00
Jornalista	1	80 680,00	968 160,00
Animadores de rádio	5	25 930,00	311 160,00
Assistente de serviços gerais	1	13 405,00	160 860,00
TOTAL	8	154 695,00	1 695 480,00

Neste quadro, os animadores apenas receberão um subsídio para o transporte, pois colaboram em regime de voluntariado. Outro cenário poderia ser o de pagar 11.500 ECV (salário mínimo), ciente de que aumentaria os custos fixos de forma considerável.

Com base nas funções e atividades ligadas diretamente à rádio e consultando técnicos com largos anos de experiência, foram determinados alguns custos unitários de tempo consoante se trate de reportagem, emissão, tempo no estúdio. Nessa base, o quadro que segue ilustra o custo/minuto.

Figura 39 - Projeção de orçamento de mão-de-obra

Atividades	Custo/hora	Custo/Min.
Trabalho de campo/terreno	461,82	7,70
Trabalho em estúdio	821,02	13,68
Trabalho jornalístico	344,83	5,75
Trabalho de animação	491,28	8,19
Tempo total	1 724,14	35,32

O peso que se verifica na animação deve-se, em parte, ao número de pessoas a envolver por necessidade dessa atividade, devido ao envolvimento da comunidade nos programas.

A produção e montagem do serviço noticioso, as reportagens feitas no terreno, as entrevistas, os programas musicais, dos microprogramas aos programas mais complexos levam um tempo de preparação e execução diverso, consoante a experiência dos técnicos ou dos animadores, o que certamente irá influenciar na atribuição dos preços de venda dos serviços prestados pela rádio. Na maior parte das rádios, os jornalistas dão cobertura a todas essas atividades, incluindo a parte administrativa, o que vem limitando o seu tempo para se dedicarem à programação. Entretanto, em termos de custos isto pode trazer alguma vantagem, dependendo do que se espera da rádio.

6.3.3. ORÇAMENTO DE MATERIAIS INDIRETOS DE PRODUÇÃO DO SERVIÇO

6.3.3.1 Despesas ligadas ao direito de emissão

Relativamente às despesas referentes a atividades da rádio, em termos de emissão em Cabo Verde, são as que a seguir se descrevem:

Figura 40 - Projeção de despesas de direito de emissão

	Valor total	Período	Valor anual	Valor mensal	Valor Diário	Valor por hora	Valor por min
Alvará (Direção-Geral da Comunicação Social)	150 000	10 anos	15 000	1 250	41,67	2,87	0,048
Taxa de radiodifusão (ANAC/ARME)	13 500	Anual	13 500	1 125	37,50	2,59	0,043
Registo de rádio (ARC)	5 000	25 anos	200	17	0,56	0,04	0,001
Renovação do alvará após 10 anos	100 000	10 anos	10 000	833	27,78	1,92	0,032

O alvará é pago no início e são 150.000 ECV para um período de 10 anos. Após esse período é renovado, mas com um valor ligeiramente inferior, isto é, 100.000 ECV. Isto é, nos dez primeiros anos corresponde, anualmente, a 15.000 Escudos ou 1.250 Escudos mensais. Numa rádio que emite 14,5 horas/dia, seriam 500 Escudos por dia ou 34,48 Escudos/hora e 0,57 Escudos por minuto. Cada segundo custaria 0,0096 Escudos. Este mesmo procedimento de cálculo poderia ser adotado em todas as despesas relativas à emissão, difusão, reportagem e animação. Em certos casos o pagamento pode até ser negociado e efetuar-se mediante prestações.

6.3.3.2. Despesas com serviços externos ligados à produção de serviços da rádio

O funcionamento das rádios depende do fornecimento de serviços por outras empresas que influenciam e estão estreitamente ligadas ao serviço produzido. O quadro seguinte ilustra alguns dos serviços mais influentes e condicionantes:

Figura 41 - Projeção de orçamento de mão-de-obra

Descrição	Custo unitário	Meses	Valor anual
Telefone fixo	2 000	12	24 000
Internet	6 750	12	81 000
Telemóvel	4 000	12	24 000
Energia elétrica	12 500	12	150.000
TOTAL	63 250		303 000

Estas despesas podem variar e, eventualmente, diminuir em função de medidas de gestão a serem adotadas inclusive da possível negociação com as referidas empresas prestadoras destes serviços.

6.3.3.3. Despesas com serviços externos não diretamente ligados ao serviço da rádio

Em função dos equipamentos que a rádio tiver e das necessidades, o leque de FSE pode diminuir ou aumentar. No quadro que segue, só foram consideradas algumas, uma vez que outras já se constam das listas referentes a outro grupo de despesas.

Figura 42 - Projeção de despesas com serviços externos

Descrição	Custo unitário	Meses	Valor anual
Água	6 000	12	72 000
Consumíveis de escritório	3 000	12	36 000
Limpeza, higiene de conforto	4 000	12	48 000
Despesas com o contabilista	10 000	12	120 000

Contenciosos e notariado	2 000	12	24 000
TOTAL	25 000		300 000

6.3.3.4. Amortização dos equipamentos

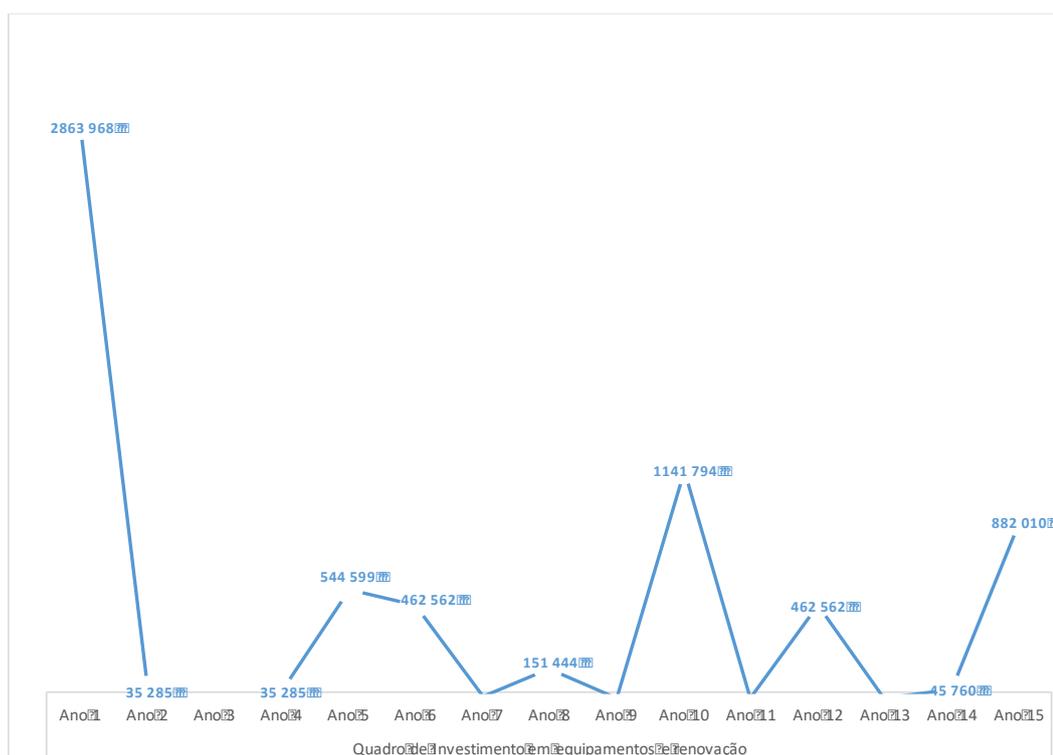
Os equipamentos *standard* necessários para fazer funcionar uma emissora rondam 2.695 468 ECV, como se ilustra no quadro que se segue:

Figura 43 - Amortização dos equipamentos

	Equipamentos necessários	Montante (ECV)
1	Estúdio reportagem sistema automação	1 350 746,26
2	Emissão	747 045,38
3	Transmissão	447 675,90
4	Tratamento acústico	100 000,00
5	Mobiliário	50 000,00
	TOTAL	2 695 467,54

Muitas rádios recebem esses equipamentos como doações de parceiros de desenvolvimento, sendo que a sua substituição e manutenção deveriam ser da responsabilidade da rádio. Muitas vezes faltam recursos para efetuar a dita substituição, o que tem causado paralisação das atividades em alguns casos. Com base no período de vida útil estimado para cada equipamento, foram determinados os montantes e tempo em que a rádio terá de ter acumulado o valor necessário para proceder à sua substituição e reproduzidos no gráfico que se segue:

Figura 44 - Investimentos em equipamentos



O valor passa de 2.695.467,54 ECV para 2.863.968 ECV porque inclui o montante necessário para a entrada em funcionamento, ou seja, os direitos de emissão. Assim sendo, para os equipamentos, os valores a amortizar anual, mensal, semanal e diariamente serão os que a seguir se apresenta:

Figura 45 - Amortização

ANUAL	MENSAL	SEMANAL	DIÁRIO
306 585,20	25 548,77	6 387,19	912,46

Quanto ao tempo diário, no caso de 14,5h de emissão, isto corresponderia a 62,92 ECV por hora e 1,04 por segundo.

6.4. ORÇAMENTO DE CAIXA

Na análise do orçamento de caixa foram desenhados 4 cenários. Nos dois primeiros casos, trata-se da soma das contribuições provenientes da comunidade,

mantendo constante as receitas provenientes de anúncios e spots e considerando que os equipamentos tenham sido doados pelos parceiros ou não. No terceiro e quarto casos, em vez de receitas da comunidade, foram apreciadas as contribuições das associações, mantendo iguais as outras variáveis.

Os dois quadros que se seguem mostram os cenários de contribuições da comunidade.

Figura 46 - Orçamento de caixa

Recebimentos		Ano 0	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
Vendas							
1	Receitas provenientes da comunidade	1 466 710	1 539 731	1 593 704	1 647 759	2 337 311	2 761 533
2	Receitas provenientes das Associações	-	-	-	-	-	-
3	Receitas provenientes dos anúncios	720 000	756 000	831 500	956 340	1 147 508	1 355 899
4	Receitas provenientes de spots e prog	1 512 300	1 593 340	1 662 784	2 142 202	2 570 542	3 037 213
SUBTOTAL R		3 799 210	3 989 171	4 388 088	5 046 301	6 055 561	7 154 645
Pagamentos							
Custos Diretos							
	Mão-de-obra	1 279 320	1 279 320	1 279 320	1 279 320	1 279 320	1 279 320
SUBTOTAL P1		1 279 320	1 279 320	1 279 320	1 279 320	1 279 320	1 279 320
Custos Indiretos							
	Mão-de-obra indireta	577 020	577 020	577 020	577 020	577 020	577 020
	FSE	603 000	603 000	603 000	603 000	603 000	603 000
	Alvará	150 000	-	-	-	-	-
	Taxa de radiodifusão (ARC)	13 500	-	-	-	-	-
	Registo de radio (ARME)	5 000	-	-	-	-	-
	FSE	603 000	603 000	603 000	603 000	603 000	603 000
	Compra de equipamentos	2 695 468	-	35 285	-	35 285	544 599
SUBTOTAL P2		4 746 288	1 882 320	1 917 605	1 882 320	1 917 605	2 426 919
SALDO FINAL		- 947 078	2 106 851	2 470 483	3 163 981	4 137 956	4 727 726

No primeiro quadro, vê-se que, de considerar a compra dos equipamentos pela rádio, o saldo no primeiro ano revela-se negativo. No segundo quadro, desde o primeiro ano até o quinto há um saldo positivo.

Figura 47 - Orçamento de caixa

Recebimentos		Ano 0	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
Vendas							
1	Receitas provenientes da comunidade	1 466 410	1 539 731	1 693 704	1 947 759	2 337 311	2 761 533
2	Receitas provenientes das Associações	-	-	-	-	-	-
3	Receitas provenientes dos anúncios	720 000	756 000	831 600	956 340	1 147 608	1 355 899
4	Receitas provenientes de spots e prog	1 612 800	1 693 440	1 862 784	2 142 202	2 570 642	3 037 213
SUBTOTAL R		3 799 210	3 989 171	4 388 088	5 046 301	6 055 561	7 154 645
Pagamentos							
Custos Diretos							
	Mão-de-obra	1 279 320	1 279 320	1 279 320	1 279 320	1 279 320	1 279 320
SUBTOTAL P1		1 279 320	1 279 320	1 279 320	1 279 320	1 279 320	1 279 320
Custos Indiretos							
	Mão-de-obra indireta	577 020	577 020	577 020	577 020	577 020	577 020
	FSE	603 000	603 000	603 000	603 000	603 000	603 000
	Alvará	150 000					
	Taxa de radiodifusão (ARC)	13 500					
	Registo de rádio (ARME)	5 000					
	FSE	603 000	603 000	603 000	603 000	603 000	603 000
	Compra de equipamentos			35 285		35 285	544 599
SUBTOTAL P2		2 050 820	1 882 320	1 917 605	1 882 320	1 917 605	2 426 919
SALDO FINAL		1 748 390	2 106 851	2 470 483	3 163 981	4 137 956	4 727 726

É de notar que o ritmo de saldos segue uma tendência quase equilibrada em todos os anos exceto no décimo, em que o valor dos equipamentos a substituir eleva-se a 1.341.794 Escudos. Ainda assim, o saldo é positivo, pois ultrapassa os 400 contos. A situação é quase idêntica a quando os recursos (entradas) procedem das associações e isto, para a gestão, é favorável, na medida em que a rádio consegue honrar os seus compromissos com terceiros e não para de lançar programas.

5.4.1. DETERMINAÇÃO DO PONTO DE EQUILÍBRIO (BREAK EVEN POINT)

Neste trabalho, entende-se por ponto de equilíbrio o tempo mínimo que a rádio terá de funcionar a fim de cobrir os custos. Com base numa difusão de 14,5 horas por dia, seriam 24.360 minutos, dos quais seriam necessários 6.882,87 minutos para cobrir os custos mensais.

Partindo do princípio de que o trabalho jornalístico, por atividade, pode representar custos fixos ou variáveis, segundo a abordagem a escolher, cada minuto foi estimado a 35,34 escudos, o que resultaria em 105,96 escudos por 3 minutos correspondentes ao tempo de um anúncio. Com custos totais mensais que rodam

647.265,13 Escudos e um preço de prestação de serviço atualmente praticado de 200 Escudos, haveria uma margem que rondaria 11,25% sobre o custo.

A título geral, isto representaria 114,71 horas de trabalho, ou 7,91 dias de prestação de serviços da rádio.

VI. CONCLUSÕES/RECOMENDAÇÕES

No resultado do Estudo, fica claro que a viabilidade e a sustentabilidade das rádios comunitárias dependem da capacidade das ONG proprietárias em mobilizar recursos para o seu funcionamento, manutenção e modernização, de modo a cumprir o seu mandato enquanto instrumento fundamental para o reforço da democracia participativa, da cidadania ativa e da mobilização das populações locais, na busca de soluções para os problemas que as afligem.

Para o efeito, devem as RC regressar ao seu mandato inicial, no sentido de serem capazes de envolver as comunidades nas tomadas de decisão, sendo mister que restrinjam a sua ação à esfera comunitária, incidindo sobre os assuntos do quotidiano local e comunitário e contando sempre com o envolvimento dos cidadãos.

A oferta de uma programação de qualidade, plural e diversificada constitui, deste modo, um dos caminhos para reforçar a participação da comunidade na vida das RC, sendo prioridade absoluta que as pessoas sejam mobilizadas para participar e contribuir no financiamento das mesmas.

Importa sublinhar que, por lei, existe a proibição de financiamento por parte dos municípios às rádios comunitárias, uma vez que tal financiamento pode servir para instrumentalizar as rádios comunitárias mediante interesses municipais e/ou políticos. Assim, nenhum município deve financiar ou subsidiar uma estação local de rádio, a menos que mantenha um contrato-programa, de prestação de serviços ou de outra natureza com a sua entidade proprietária, isto é, a ONG licenciada para operar o referido serviço de programas radiofónico.

Com efeito, a possibilidade de instrumentalização de órgãos de comunicação social por parte de entidades municipais é um fator a ter em conta, porque tal financiamento contribui, sem dúvida, para a perda de independência, autonomia e identidade por parte destes serviços de programas, resultando bastas vezes na falta de objetividade e rigor no tratamento das questões, e na quebra de confiança junto dos radiouvintes.

Neste sentido, é importante, pois, que qualquer financiamento público às rádios comunitárias se faça pelo Estado, através do sistema de incentivos instituído legalmente

e a que podem concorrer estes órgãos de comunicação, devendo estes, por princípio, pautar-se pela apresentação de uma programação que prima pelos assuntos locais e de interesse para as comunidades locais.

O apoio do Estado deveria, por outro lado, contemplar a oferta de conteúdos noticiosos de qualidade pelas rádios comunitárias, através de um pacote de informações locais a ser preparado pela agência de notícias, que dispõe de jornalistas profissionais em todos os concelhos, e disponibilizado a todos os serviços de programas de rádio comunitária em todo o país. Isto porque as ONG detentoras de rádios comunitárias, por questões financeiras, não podem arcar com os custos da contratação de jornalistas profissionais para o seu quadro de colaboradores.

Da sua parte, os operadores de rádios comunitárias devem apostar também na construção de parcerias com entidades nacionais e estrangeiras que possam ajudar as rádios a colmatar as suas maiores necessidades e a garantir a sua autonomia, e estar atentas a todas as oportunidades de autofinanciamento, envolvendo a comunidade, as associações locais, e tirando proveito das oportunidades possíveis no mercado de pequenos anúncios e publicidade local.

A presença das rádios comunitárias na Internet é outro grande desafio a vencer, sendo certo que os sites também são propiciadores de recursos, porquanto podem divulgar publicidades locais, anúncios e prestar outros serviços às populações nas comunidades onde se inserem, sem esquecer a grande oportunidade que se lhes abre para a publicação dos seus programas, entrevistas ou reportagens.

Claro está que serão necessários investimentos em equipamentos e recursos humanos, e existe a preocupação de que a publicidade tem sido praticamente inexistente nas rádios comunitárias, mas há que contar com a disponibilidade de colaboradores e voluntários, isto é, pessoas que queiram trabalhar em prol da sua rádio, mesmo que as condições financeiras não sejam as melhores.

Em termos específicos, importa destacar as seguintes conclusões/recomendações:

A nível legal

- Revisão do quadro legal, de modo a clarificar os mecanismos de financiamento das rádios comunitárias

- Adequação do sistema de incentivos, tanto do Estado, como de outras instituições, às necessidades concretas das rádios comunitárias

Responsabilidade das ONG proprietárias das rádios comunitárias

- Mobilização de parceiros e diversificação de fontes de financiamento das rádios comunitárias;
- Incluir a ação participativa das comunidades nas estratégias de angariação de meios financeiros para o funcionamento da rádio, desde participação direta à ações através de associações e até exploração de espaços de anúncios e publicitários;
- Negociação e assinatura, de forma transparente, de contratos-programa para a produção/divulgação de conteúdos específicos e campanhas de informação-educação-sensibilização com entidades públicas e privadas;
- Angariação de patrocínios sob forma de apoio cultural para as rádios comunitárias;
- Aprovação de uma política de formação/capacitação dos recursos humanos;
- Mais investimento na manutenção dos equipamentos e a sua renovação;
- Aposta na capacitação institucional das rádios: democracia interna, instituição de mecanismos de gestão e de controlo.

Melhoria do desempenho das rádios

- Oferta de uma informação de qualidade, objetiva e isenta
- Oferta de uma programação diversificada, interessante e atrativa
- Inclusão de outros géneros jornalísticos na grelha
- Estabilização do quadro dos animadores e radialistas comunitários
- Contratação de jornalistas profissionais
- Capacitação/reciclagem permanente dos colaboradores
- Diversificação de espaços para a participação por parte do cidadão

Entre as **recomendações**, merecem menção as seguintes propostas:

- Criação de uma rede nacional/associação das rádios comunitárias de Cabo Verde
- Promoção de parceiras e troca de experiência entre as diversas rádios comunitárias do país e além-fronteiras

- Desenvolvimento de parcerias com as rádios públicas, privadas, temáticas ou comerciais, para garantir maior diversidade de informação
- Financiamento de pacotes específicos da Inforpress destinados ao consumo das rádios comunitárias
- Estabelecimento de parcerias com as universidades para a receção de jornalistas estagiários
- Criação de condições para a contratação de jornalistas profissionais com o apoio financeiro do Governo
- Constituição e entrada em funcionamento efetivo dos conselhos comunitários
- Formação em áreas como comunicação para o desenvolvimento, organização empresarial, negócios locais, etc.

BIBLIOGRAFIA

Principais referências bibliográficas

Khalid; Malik Zahra. Media and development Communication. A perspective, International journal of Scientific and Research publications, Volume 2, Issue 5, May 2012.

Filha, Elza & Moura, Keren. Os paradigmas da comunicação para o desenvolvimento e as novas Articulações Sociais Viabilizadas pelas Mícias sociais digitais, Intercom, 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Curitiba, 2017.

CARDOSO, Gustavo, **A mídia na sociedade em rede: filtros, vitrines, notícias**. Editora FGD, Rio de Janeiro, 2007.

CARDOSO, Gustavo. Rádio, Tendências e Prospetivas, In **Modelos de Negócio e Comunicação Social: Legacy Media, Novos media, “Teclos” Start-Ups Jornalísticas**, Almedina, 2016.

GUMUCIO DAGRON, Alfonso. Arte de equilibristas: la sostenibilidad de los medios de comunicación comunitarios. *Punto Cero* [online]. 2005, vol.10, n.10, pp. 6-19. ISSN 1815-0276.

Referências dos principais relatórios

ARC, Deliberação N.º 69/CR-ARC/2017 de 19 de setembro na sequência da missão de fiscalização realizada à Rádio Comunitária Voz de Ponta d'Água, a 6 de setembro de 2017.

- Deliberação N.º 68/CR-ARC/2017 de 19 de setembro na sequência da missão de fiscalização realizada à Rádio Comunitária Voz di Santa Cruz, a 6 de setembro de 2017.

- Deliberação N.º 48/CR-ARC/2017, de 8 de agosto, na sequência da missão de fiscalização realizada à Rádio Comunitária Para o Desenvolvimento da Mulher – Santo Antônio, a 10 de julho de 2017.

- Deliberação N.º 47/CR-ARC/2017, de 8 de agosto, na sequência da missão de fiscalização realizada à Rádio Comunitária dos Espargos, a 13 de julho de 2017.

- Deliberação N.º 46/CR-ARC/2017, de 8 de agosto, na sequência da missão de fiscalização realizada à Rádio Comunitária de Morro Curral, Rádio Alternativa, a 13 de julho de 2017.

- Deliberação N.º 45/CR-ARC/2017, de 8 de agosto, na sequência da missão de fiscalização realizada à Rádio Comunitária de Santa Maria, a 14 de julho de 2017.

- Deliberação N.º 38/CR-ARC/2017, de 11 de julho de 2017, na sequência da missão de fiscalização à Sodade FM – Rádio Comunitária do Tarrafal, São Nicolau, em 20 de junho de 2017.

- Deliberação N.º 37/CR-ARC/2017, de 11 de julho de 2017, na sequência da missão de fiscalização à Rádio Comunitária de Ribeira Brava, em 19 de junho de 2017.

- Deliberação N.º 36/CR-ARC/2017, de 11 de julho de 2017, na sequência da missão de fiscalização à Rádio Comunitária Voz di Djarmai, em 22 de junho de 2017

- Deliberação N.º 35/CR-ARC/2017, de 11 de julho de 2017, na sequência da missão de fiscalização à Rádio Comunitária Voz di Bubista, em 21 de junho de 2

ANEXOS I – QUESTIONÁRIOS APLICADOS NO ÂMBITO DA REALIZAÇÃO DO ESTUDO

Departamento de Análise e Supervisão de Média

Guião de entrevista

O objetivo do questionário é conhecer a situação das rádios comunitárias em Cabo Verde e fazer uma avaliação da situação em que as mesmas trabalham. O que se pretende é perceber as condições do seu funcionamento e gestão e as garantias da sua sustentabilidade.

Destinatário 1: Ouvintes

Município _____

Nome: _____

Endereço: _____

I. Introdução

1. Com que frequência escuta a rádio comunitária?

Todos os dias <input type="text"/>	Algumas vezes por semana <input type="text"/>	Raramente <input type="text"/>	Não faz ideia <input type="text"/>
Horas:	Horas:	Horas:	-----

2. Escuta a rádio onde?

Casa () Serviço () Carro (), Casa de amigos (), Vizinhos (), Outro ()

Se for outro qual? _____

3. Através de que dispositivo?

Aparelho Rádio () Aparelho Televisor () Telemóvel () Internet () Outro () Se outro qual? _____

II. Papel da rádio comunitária

4. Sente que a rádio comunitária pertence a sua comunidade?

Sim () Não ()

5. Sente que a rádio comunitária é influenciada ou está ao serviço da Câmara Municipal?

Sim () Não ()

6. Sabe quem é o dono da rádio comunitária?

Sim () Não () → 7

Se sim, indique o nome _____

7. Considera que na rádio comunitária se fala mais vezes da sua comunidade?

Muito () Pouco () Nada ()

8. Considera que na rádio comunitária os moradores falam mais vezes dos problemas da comunidade?

Muito () Pouco () Nada ()

9. De modo geral considera que a rádio comunitária trouxe melhor informação sobre a sua comunidade?

Muito () Pouco () Nada ()

10. A rádio comunitária ajudou-o a ter um melhor conhecimento da sua comunidade?

Muito () Pouco () Nada ()

11. Considera que a rádio comunitária, de alguma forma, contribuiu para a melhoria das condições de vida na sua comunidade?

Muito () Pouco () Nada ()

III. Avaliação da programação das RC

12. Identifique os nomes dos locutores/radialistas da rádio comunitária que conhece

1 _____ Programa/s _____

2 _____ Programa/s _____

3 _____ Programa/s _____

4 _____ Programas/s _____

5 _____ Programa/? _____

6 Não Identifica nenhum ()

13. Que avaliação faz dos locutores/radialistas da RC?

Mal preparados () Preparados +/- () Bem preparados () Muito bem Preparados ()

14. O que deveria ser melhorado no trabalho dos locutores/radialistas?

a) _____

b) _____

c) _____

d) Nada a melhorar ()

15. Em que língua é que mais ouve a RC?

Crioulo () Português () Outro _____

16. Em que língua é que mais gosta de ouvir a RC?

Crioulo () Português () Outro _____

17. Qual é o seu grau de satisfação em relação aos programas da RC?

Nada satisfeito () Pouco satisfeito () Satisfeito () Muito Satisfeito () Indiferente ()

18. Que tipo de programas gostaria de ouvir mais na RC?

Música e animação () Notícias () Entrevistas () Reportagens () Debates () Com participação dos Ouvintes () Outro Formato _____

19. Quais são os programas emitidos que conhece?

1 _____ Em que Língua? _____

2 _____ Em que Língua? _____

3 _____ Em que Língua? _____

4 _____ Em que Língua? _____

5 _____ Em que Língua? _____

6 _____ Em que Língua? _____

7 _____ Em que Língua? _____

8 _____ Em que Língua? _____

9 _____ Em que Língua? _____

10 _____ Em que Língua? _____

11 Não Identifica nenhum ()

20. Quais desses programas gosta mais de ouvir?

1 _____ Em que Língua? _____

2 _____ Em que Língua? _____

3 _____ Em que Língua? _____

4 _____ Em que Língua? _____

5 _____ Em que Língua? _____

6 _____ Em que Língua? _____

7 _____ Em que Língua? _____

8 _____ Em que Língua? _____

9 _____ Em que Língua? _____

10 _____ Em que Língua? _____

11 Não Gosta de nenhum ()

21. Quais desses programas gosta menos de ouvir?

1 _____ Em que Língua? _____

2 _____ Em que Língua? _____

3 _____ Em que Língua? _____

4 _____ Em que Língua? _____

5 _____ Em que Língua? _____

6 _____ Em que Língua? _____

7 _____ Em que Língua? _____

8 _____ Em que Língua? _____

9 _____ Em que Língua? _____

10 _____ Em que Língua? _____

11 Não Gosta de nenhum ()

22. Que assuntos gostaria de ver tratados na RC?

a) _____

b) _____

c) _____

23. Como é que a rádio comunitária poderia melhorar a sua programação?

a) _____

b) _____

c) _____

24. Pessoalmente, passou a estar melhor informado sobre a sua comunidade através da RC?

Muito () Pouco () Nada ()

25. Ficou a conhecer alguma associação da sua comunidade através da RC?

Nenhuma () Uma () Duas ou + ()

26. Ficou a conhecer algum artista ou grupo musical e/ou cultural através da RC?

Nenhum () Um () Dois ou + ()

Se conheceu,

27. Identifique uma canção ou grupo?

IV. Interação com a rádio comunitária do seu concelho/ilha

28. Alguma vez entrou em contacto com a RC?

Nunca	Em Visita	Por telefone	Por carta/ Email
	Nº d. Vezes:	Nº d. Vezes:	Nº d. Vezes:
	1 () 2 () 3 + ()	1 () 2 () 3 + ()	1 () 2 () 3 + ()

29. Em geral por quais motivos entrou em contacto com a RC?

a) _____

b) _____

c) _____

30. Já enviou ou recebeu dedicatórias através da RC?

Sim () Não ()

31. Conhece alguma pessoa que já fez algum aviso, anúncio ou publicidade na RC?

Sim () Não ()

32. Já participou em algum evento sobre o qual tomou conhecimento através da RC?

Sim () Não ()

33. A rádio comunitária alguma vez pediu a sua opinião sobre a sua programação?

Sim () Não () → 36

SE NÃO,

34. Pensa que deveria pedir?

Sim () Não () → 37

SE SIM,

35. Sobre que matérias:

a) _____

b) _____

c) _____

36. Acha que os membros ou grupos da comunidade deveriam contribuir financeiramente, ou de outra forma, para que a RC se mantenha operacional?

Sim () Não ()

SE SIM, QUEM E COMO?

37. Gostaria de dizer mais alguma coisa? _____

Identificação do respondente:

Idade _____

Habilitações _____

Profissão _____

Data da entrevista: ____/_____/2018

Identificação da rádio comunitária: _____

Nome do entrevistador: _____

Observações do Entrevistador: _____

Departamento de Análise e Supervisão de Média

Guião de entrevista

O objetivo do questionário é conhecer a situação das rádios comunitárias em Cabo Verde e fazer uma avaliação da situação em que as mesmas trabalham. O que se pretende é perceber as condições do seu funcionamento e gestão e as garantias da sua sustentabilidade.

Destinatário 2: Operadores

Nome do entrevistado:		
Função:		
Operador:		
Serviço de programas:		
Localidade:	Concelho:	Ilha:

I. Apreciação geral (Objetivos previstos e apoios mobilizados)

1.O que incentivou a criação da rádio?	
2. Quais eram os objetivos iniciais?	
3. Quais eram os objetivos em termos editoriais?	

4. E em termos de realização técnica?	
5. A rádio contou com que apoios para a sua instalação?	
6. Qual foi o engajamento das entidades públicas em relação à rádio na fase inicial?	

II. Recursos canalizados para a rádio comunitária

1. Qual foi o valor do investimento inicial da rádio comunitária?	
2. Quem foram os parceiros neste projeto?	
3. Que recursos a operadora tem canalizado para os custos de funcionamento da rádio comunitária?	
4. Atualmente, quais são as fontes de financiamento da rádio comunitária?	
5. Qual tem sido o papel da câmara municipal nesse particular?	

III. Gestão da rádio comunitária

<p>1. O orçamento anual da ONG/associação prevê recursos financeiros para o financiamento da rádio comunitária?</p> <p>- Se sim, qual é o valor?</p>	
<p>2. Quem faz a gestão financeira e patrimonial da rádio comunitária?</p> <p>- Como se processa?</p>	
<p>3. Como se tem processado a indigitação do diretor/coordenador da rádio comunitária?</p>	
<p>4. Como tem sido o processo de escolha dos animadores/radialistas e restantes colaboradores da rádio comunitária?</p>	
<p>5. E como se processam os mecanismos de compensação: salários e/ou gratificações?</p>	
<p>6. Quem beneficia de remunerações mensais fixas?</p> <p>- De que valores?</p>	

IV. Avaliação do desempenho da rádio comunitária

1. A ONG dispõe de algum mecanismo de avaliação do desempenho da rádio comunitária?	
2. Ela tem cumprido o seu papel em termos de comunicação para o desenvolvimento?	
3. A rádio comunitária tem contribuído para a melhoria das condições de vida na comunidade? - Em que aspetos?	

V. Perspetivas

1. Quais são as grandes apostas da rádio comunitária?	
2. O que vai fazer o operador para a mobilização de recursos?	
3. Que investimento vai ser feito no relacionamento com as câmaras municipais?	
5. E com as demais entidades e serviços locais?	
6. Como vão ser as relações com o Governo?	
7. E com os parceiros internacionais?	

Departamento de Análise e Supervisão de Média

Guião de entrevista

O objetivo do questionário é conhecer a situação das rádios comunitárias em Cabo Verde e fazer uma avaliação da situação em que as mesmas trabalham. O que se pretende é perceber as condições do seu funcionamento e gestão e as garantias da sua sustentabilidade.

Destinatário 3: Técnicos e formadores

Nome:
Função:

VI. Introdução

1. Qual foi a sua área de atuação no processo de instalação das rádios comunitárias?	
2. Em termos editoriais qual foi a abordagem inicial?	
3. Que áreas de formação ministrou?	
4. Qual foi o perfil dos recursos humanos preconizados para as rádios comunitárias?	
5. Como foram direcionadas as formações?	

6. Qual a seu ver foi o engajamento das diferentes entidades incluindo as ONG?	
--	--

VII. Estado atual

1. Como é que vê o estado atual do setor?	
2. Especificamente em relação às rádios comunitárias?	
3. Em que consiste no contexto atual a mais-valia das rádios comunitárias?	
4. Como avalia a atuação/ evolução das rádios comunitárias tendo em vista os objetivos preconizados?	
5. Qual deveria e está a ser o impacto das RC na vida das comunidades?	
5. Não tendo cumprido os seus objetivos, que motivos apresentam para tal estado?	
6. Há um evidente perigo de captura das rádios pelas Câmaras Municipais? Que razões podem explicar esse fenómeno?	

VIII. Condições de financiamento e situação financeira

1. Há neste momento condições de sustentabilidade das RC?	
2. Acredita que os operadores e as rádios têm conseguido explorar todas as possibilidades fornecidas pelo quadro atual de financiamento?	
3. Até onde podem ser alargados os mecanismos de financiamento das RC, através do mercado de publicidade e outros meios de modo a não serem dependentes das CM?	

IX. Forças e Fraquezas

1. Quais são do seu ponto de vista os pontos fracos das RC?	
2. E quais são os fortes?	
3. Tendo em conta estas condições que propostas apresentaria?	

X. Ameaças e Oportunidades

1. Quais as oportunidades para as rádios comunitárias?	
2. E as ameaças?	
3. Quais as suas perspetivas futuras, mantendo-se estas condições?	

XI. Melhoria de Performance

1. Qual deve ser a abordagem/atuação das rádios comunitárias no sentido de melhorarem a sua atuação?	
2. O que pode ser feito ao nível da programação e ao nível de formação?	
3. Que mudanças devem ser introduzidas na legislação para viabilizar o negócio das rádios comunitárias?	
4. Que responsabilidades devem ser assumir as ONG proprietárias ao nível financeiro para com as RC?	
5. Em relação ao papel das CM face às RC, qual deve ser?	
6. E que papel poderão desempenhar as tradicionais parceiras das ONG operadoras e	

das próprias rádios comunitárias?	
-----------------------------------	--

XII. Recomendações

1.
2.
3.
4.
5.
6.
7.
8.

Muito obrigado

Departamento de Análise e Supervisão de Média

Guião de entrevista

O objetivo do questionário é conhecer a situação das rádios comunitárias em Cabo Verde e fazer uma avaliação da situação em que as mesmas trabalham. O que se pretende é perceber as condições do seu funcionamento e gestão e as garantias da sua sustentabilidade.

Destinatário 4: Académicos e Fazedores de Opinião

<p>Nome:</p> <p>Função:</p>

Instituição:

Campo de atuação académica:

XIII. Estado atual do sector

1. Quais as tendências que a seu ver definem atualmente o setor da comunicação social ao nível global?	
2. Como é que vê Cabo Verde no quadro desta/as tendências?	
3. Como caracteriza o sector da comunicação social em Cabo Verde?	
4. E as Rádios Comunitárias?	
5. Em que consiste no contextos atual a mais-valia das Rádios Comunitárias?	
6. Em que aspetos as rádios comunitárias podem fazer diferença e contribuir para a melhoria do sector?	
5. Que mudanças se esperava e quais ocorreram por ação das RC na vida das comunidades?	
6. Como explicar a captura das RC pelas Câmaras Municipais?	

XIV. Forças e Fraquezas

1. Quais são do seu ponto de vista os pontos fracos das RC?	
2. E quais são os fortes?	
3. Que tendências pode antever, tendo em conta essa situação?	

XV. Ameaças e Oportunidades

1. Quais as oportunidades para as rádios RC?	
2. E as ameaças?	
3. Que tendências pode antever, tendo em conta essa situação?	

XVI. Financiamento das rádios comunitárias

1. Que mudanças devem ser introduzidas na legislação para viabilizar o negócio das rádios comunitárias?	
---	--

<p>2. Que responsabilidades devem ser impostas as ONG proprietárias ao nível financeiro para com as RC?</p>	
<p>3. Que outro financiamento deveriam beneficiar as RC?</p>	
<p>4. Qual deve ser o papel das câmaras municipais?</p>	
<p>5. Como devem ser potencializadas as tradicionais parceiras das ONG operadoras e das próprias rádios comunitárias?</p>	

XVII. Performance

<p>1. Pelo que conhece das rádios comunitárias, como poderiam melhorar a sua performance?</p>	
<p>2. Quanto às informações veiculadas pelas RC, o que fazer para que as pessoas nos seus locais de residência tenham maior acesso ao que lhes interessa mesmo saber?</p>	
<p>3. Em termos de programação, o que deverá ser mudado para servir melhor as comunidades locais?</p>	

<p>4. Que mudanças devem introduzir as rádios comunitárias na sua programação para serem verdadeiros instrumentos do desenvolvimento local e de reforço da democracia participativa?</p>	
--	--

XVIII. Recomendações

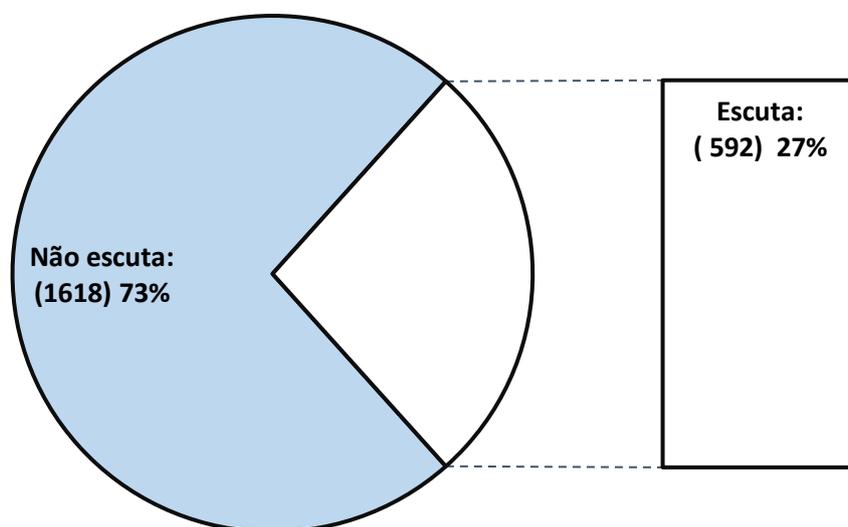
<p>1. O que pode ser recomendado às RC para melhorar o seu desempenho, de uma forma geral?</p>	
<p>2. Que medidas de política devem ser tomadas tendo em conta a sustentabilidade das RC?</p>	
<p>3. Qual deve ser o papel dos operadores? (ONG/Associações)</p>	
<p>4. E das entidades locais?</p>	
<p>5. E da comunidade?</p>	

XIX. Outras opiniões

1.
2.
3.
4.
5.

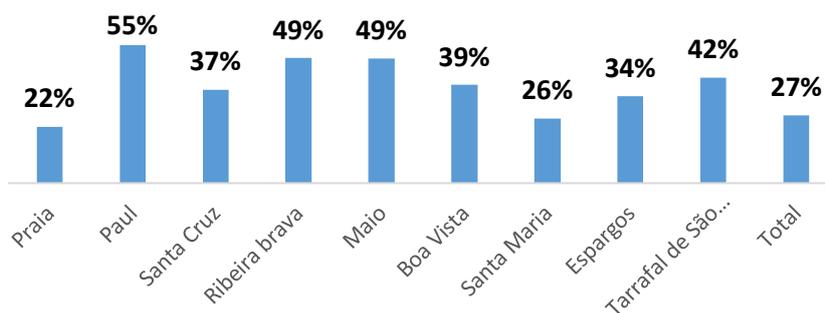
ANEXOS II – DADOS DE CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

Fig.1 - Número de pessoas que escutam a rádio comunitária



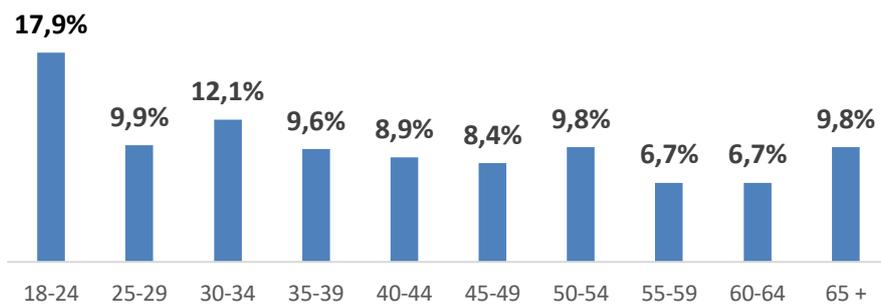
Nº de telefonemas validas= 2210; Nº de pessoas que não escutam RC= 1618; Nº de pessoas que escutam RC= 592. Dados em %

Fig.2 - Pessoas que escutam a rádio comunitária por município



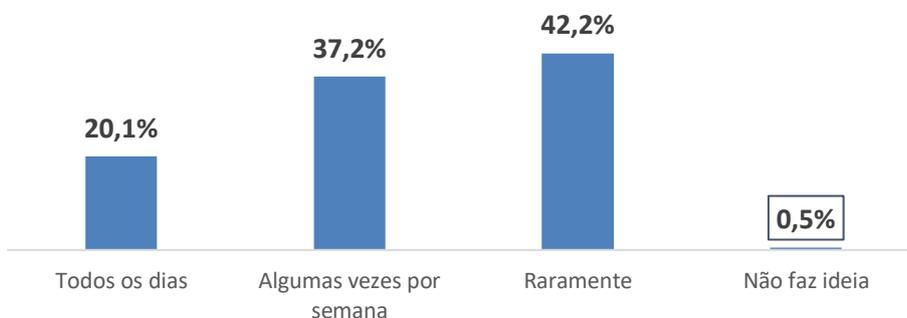
Nº de telefonemas validas= 2210; Nº de pessoas que não escutam RC= 1618; Nº de pessoas que escutam RC= 592. Dados em %

Fig.3 – Pessoas que escutam as RC por idade



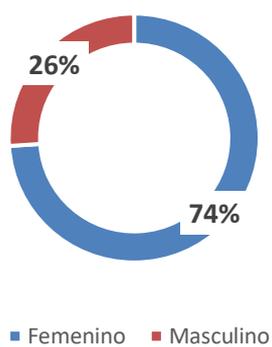
Número total de pessoas que escutam as RC = 592. Dados em %

Fig. 4 - Frequência de escuta



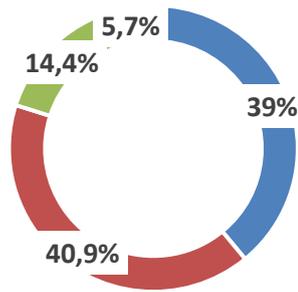
Número total de pessoas que escutam as RC = 592. Dados em %

Fig.5 - Pessoas que escutam as RC por género



Número total de pessoas que escutam as RC = 592. Dados em %

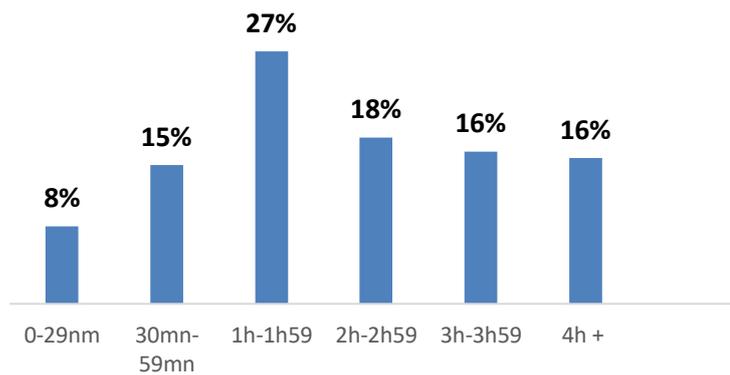
Fig. 6 – Escuta da RC por níveis de ensino



■ Ensino básico ■ Ensino Secundário ■ Ensino Superior ■ Não frequentou

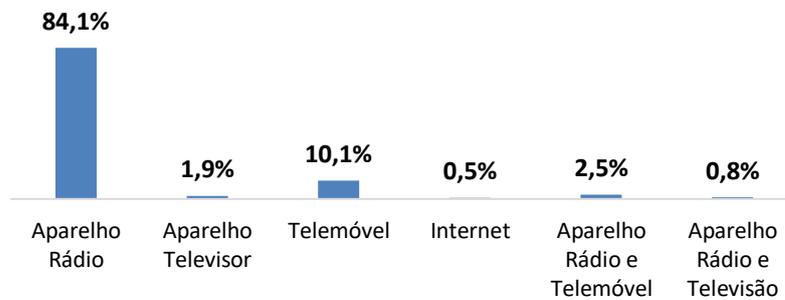
Número total de pessoas que escutam as RC = 592. Dados em %

Fig.7 - Tempo aproximado de escuda



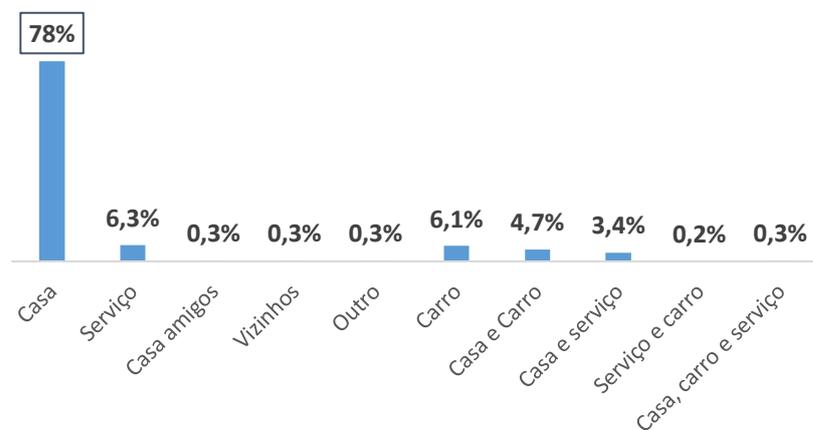
Nº de Pessoas que escutam=593; Nº de pessoas que identificaram o tempo de escuta=406; Nº de pessoas que não souberam ou não responderam=186

Fig. 8- Plataformas de escuta



Número total de pessoas que escutam as RC = 592. Dados em %

Fig.9 - Local de escuta



Número total de pessoas que escutam as RC = 592. Dados em %

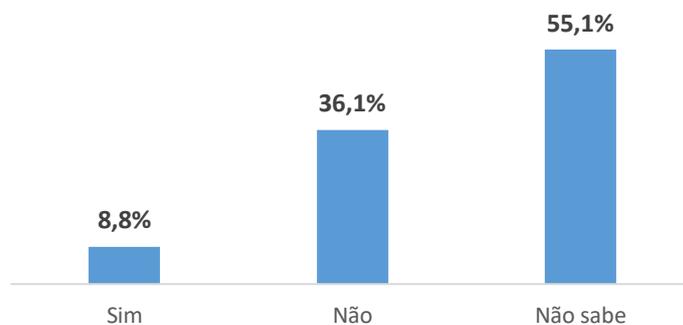
Anexo III - Papel das RC junto da sua comunidade

Fig. 1 - Pertença à comunidade



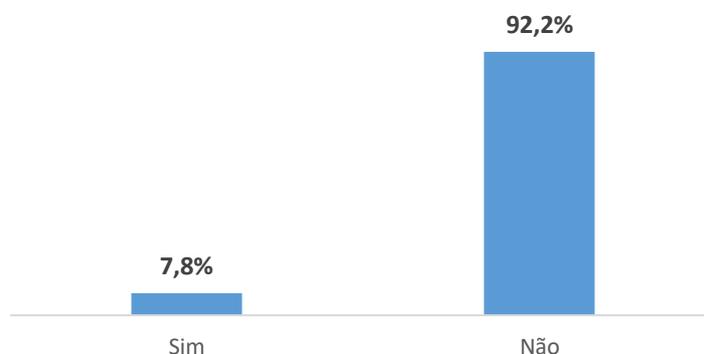
Número total de pessoas que escutam as RC = 592. Dados em %

Fig.2 – Perceção da relação entre as RC e as câmaras municipais



Número total de pessoas que escutam as RC = 592. Dados em %

Fig.3 – Quem são os proprietários da rádio



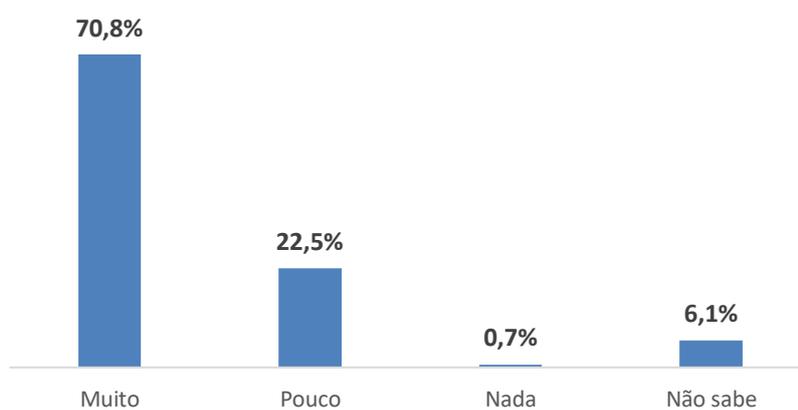
Número total de pessoas que escutam as RC = 592; Número de pessoas que disseram que conheciam o proprietário da RC = 46. Dados em %

Fig. 4 - Identificação correta do proprietário da RC

	Frequência	%
Identificou corretamente	22	47,8%
Não identificou corretamente	14	30,4%
Identificou parcialmente	10	21,7%
Total	46	100%

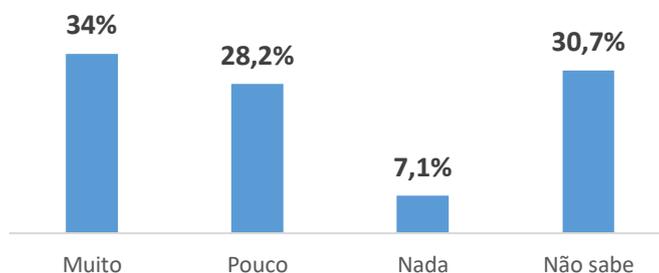
Número total de pessoas que escutam as RC = 592; Número de pessoas que disseram que conheciam o proprietário da RC = 46.
Dados em % e em valor absoluto

Fig. 5 - Presença da comunidade nas antenas das RC



Número total de pessoas que escutam as RC = 592. Dados em %

Fig.6 - Presença dos problemas da comunidade



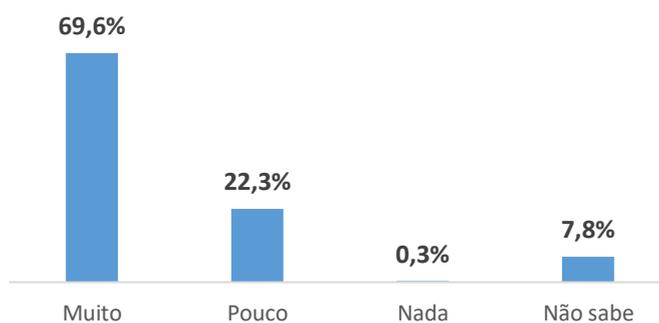
Número total de pessoas que escutam as RC = 592. Dados em %

Fig.7 – Presença dos problemas da comunidade por município

Concelho	Presença dos problemas da Comunidade				Total
	Muito	Pouco	Nada	Não sabe	
Paul	38,9%	38,9%	22,2%	----	100%
Ribeira Brava	53,5%	37,2%	9,3%	----	100%
Tarafal de São Nicolau	47,8%	1%	----	39,1%	100%
Espargos	50%	25%	12,5%	12,5%	100%
Santa Maria	13,6%	27,3%	9,1%	50,0%	100%
Boa Vista	66,7%	19%	----	14,3%	100%
Santa Cruz	29,6%	14,8%	----	55,6%	100%
Praia	29,3%	30,2%	7,3%	33,2%	100%
Maio	23,3%	20%	----	56,7%	100%

Número de município presentes na amostra= 9; total de pessoas que escutam as RC = 592. Dados em %

Fig. 8 - Informações da comunidade nas antenas das RC



Número total de pessoas que escutam as RC = 592. Dados em %

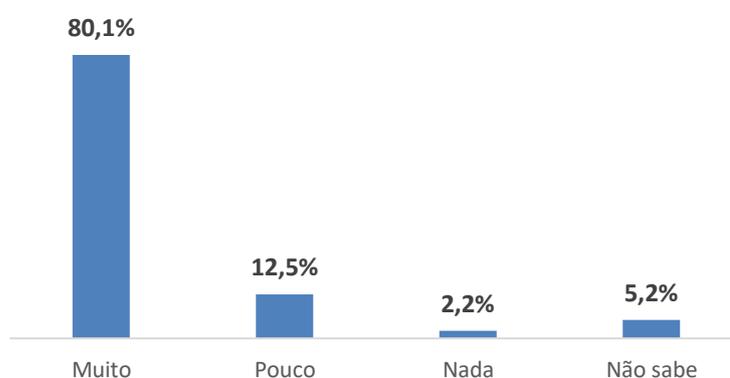
Fig. 9 - Informações da comunidade nas antenas das RC, por Município

Concelho	Informação sobre a comunidade				Total
	Muito	Pouco	Nada	Não sabe	
Paul	55,6%	44,4%	----	----	100%
Ribeira Brava	72,1%	25,6%	----	2,3%	100%
Tarafal de São Nicolau	87%	8,7%	----	4,3%	100%
Espargos	85,0%	15%	----	----	100%
Santa Maria	63,6%	18,2%	4,5%	13,6%	100%
Boa Vista	90,5%	9,5%	----	----	100%
Santa Cruz	70,4%	22,2%	----	7,4%	100%
Praia	66,6%	22,6%	0,3%	10,6%	100%

Maio	66,7%	33,3%	----	----	100%
------	-------	-------	------	------	------

Número total de pessoas que escutam as RC = 592. Dados em %

Fig.10- Papel das RC na melhoria das condições de vida na comunidade



Número total de pessoas que escutam as RC = 592. Dados em %

Fig.11 - Papel das RC na melhoria das condições de vida na comunidade,

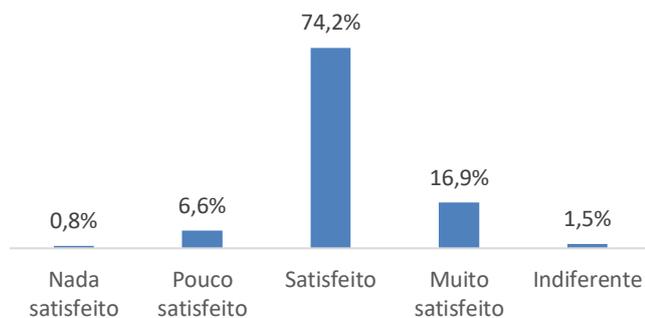
por Município

Concelho	Condições de vida na sua comunidade				Total
	Muito	Pouco	Nada	Não sabe	
Paul	44,4%	22,2%	27,8%	5,6%	100%
Ribeira Brava	72,1%	16,3%	----	11,6%	100%
Tarrafal de São Nicolau	95,7%	4,3%	----	----	100%
Espargos	92,5%	5%	2,5%	----	100%
Santa Maria	86,4%	4,5%	4,5%	4,5%	100%

Boa Vista	95,2%	4,8%	----	----	100%
Santa Cruz	74,1%	18,5%	----	7,4%	100%
Praia	79,9%	13,3%	1,4%	5,4%	100%
Maio	76,7%	13,3%	3,3%	6,7%	100%

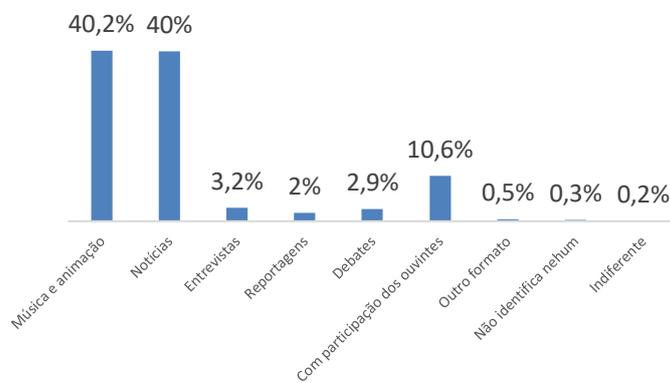
Anexo III - Avaliação da programação

Fig.1 - Satisfação com a programação



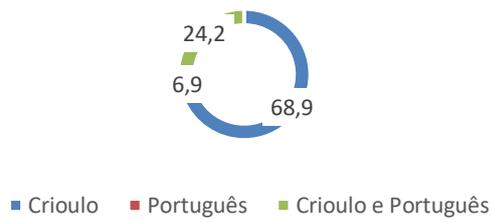
Número total de pessoas que escutam as RC = 592. Dados em %

Fig. 2 - Preferências ao nível da programação



Número total de pessoas que escutam as RC = 592. Dados em %

Fig. 3- Língua de preferência



Número total de pessoas que escutam as RC = 592. Dados em %

Fig.4 - Avaliação dos locutores

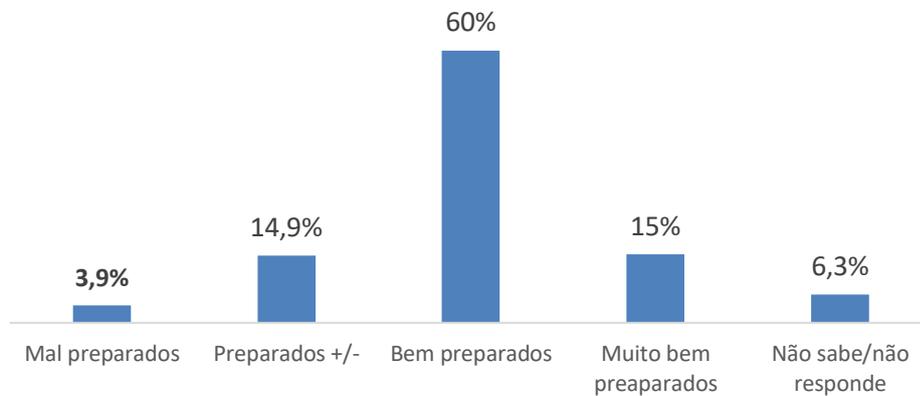


Fig. 5 - Identificação de programas

	Frequência	%	% Cumulativa
Identifica um	48	8,1%	8,1%
Identifica dois	11	1,9%	10%
Identifica três ou mais	9	1,5%	11,5%
Não identifica nenhum	524	88,5%	100%
Total	592	100%	

Número total de pessoas que escutam as RC = 592; Número de pessoas que não puderam identificar um ou mais programas= 524. Dados em % e valores absolutos

Fig. 6 - Identificação de programas por concelho

Concelho	Quais são os programas emitidos que conhecem?				Total
	Identifica um	Identifica dois	Identifica três ou mais	Não identifica nenhum	
Paul	16,7%	----	----	83,3%	100%
Ribeira Brava	27,9%	7,0%	2,3%	62,8%	100%
Tarrafal de São Nicolau	17,4%	4,3%	13,0%	65,2%	100%
Espargos	17,5%	----	2,5%	80,0%	100%
Santa Maria		----	----	100,0%	100%
Boa Vista	4,8%	----	----	95,2%	100%
Santa Cruz		----	----	100,0%	100%
Praia	5,2%	1,9%	1,1%	91,8%	100%
Maio	6,7%	-----	----	93,3%	100%

Número total de pessoas que escutam as RC = 592; Número de pessoas que não puderam identificar um ou mais programas= 524.

Dados em % e valores absolutos

Fig. 7 - Identificação de locutores

	Frequência	%	% cumulativa
Identifica um	89	15%	15%
Identifica dois	49	8,3%	23,3%
Identifica três ou mais	36	6,1%	29,4%
Não identifica nenhum	418	70,6%	100%
Total	592	100%	

Número total de pessoas que escutam as RC = 592; Número de pessoas que não puderam identificar um ou mais locutores= 518. Dados em % e valores absolutos

Fig. 8 - Identificação de locutores por concelho

Concelho	Identifique os nomes dos locutores/radialistas da rádio comunitária que conhece.				Total
	Identifica um	Identifica dois	Identifica três ou mais	Não identifica nenhum	
Paul	27,8%	22,2%	27,8%	22,2%	100%
Ribeira Brava	18,6%	34,9%	18,6%	27,9%	100%
Tarrafal de São Nicolau	47,8%	8,7%	4,3%	39,1%	100%
Espargos	20%	10, %	12,5%	57,5%	100%
Santa Maria	27,3%		4,5%	68,2%	100%
Boa Vista	23,8%	23,8%	4,8%	47,6%	100%
Santa Cruz	29,6%	3,7%	18,5%	48,1%	100%
Praia	8,2%	2,2%	0,8%	88,9%	100%
Maio	26,7%	33,3%	23,3%	16,7%	100%

Número total de pessoas que escutam as RC = 592; Número de pessoas que não puderam identificar um ou mais locutores= 518. Dados em % e valores absolutos

Fig. 9 - Identificação de locutores e programas

	Frequência	%	% Cumulativa
Apenas o locutor	122	20,6%	20,6%
Apenas o programa	19	3,2%	23,8%
Programa e locutor	49	8,3%	32,1%
Não identifica nenhum	402	67,9%	100%
Total	592	100%	

Número total de pessoas que escutam as RC = 592; Número de pessoas que não puderam identificar um ou mais programas= 524;

Número de pessoas que não puderam identificar um ou mais locutores= 518;

Dados em % e valores absolutos

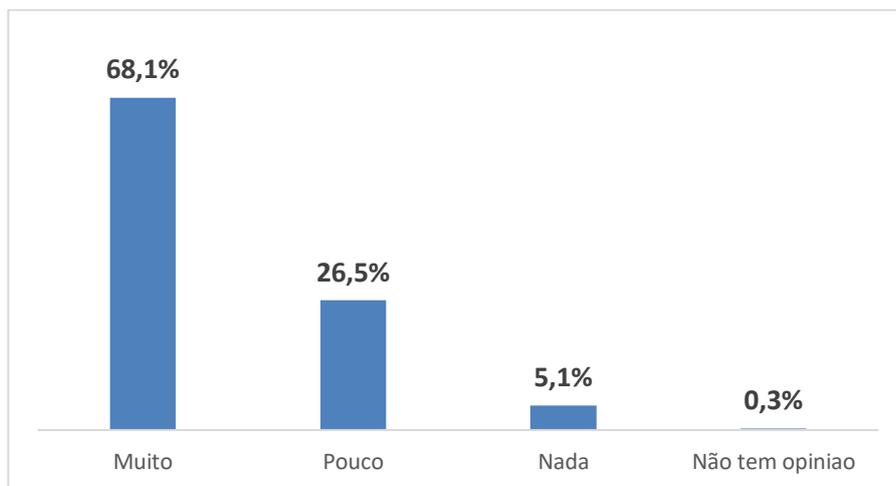
Fig.10 - Identificação de locutores e programas por concelho

	Locutor e programa				Total
	Apenas o locutor	Apenas o programa	Programa e locutor	Não identifica nenhum	
Paul	66,7%	----	11,1%	22,2%	100%
Ribeira Brava	34,9%	----	37,2%	27,9%	100%
Tarrafal de São Nicolau	26,1%	----	34,8%	39,1%	100%
Espargos	25,0%	2,5%	17,5%	55%	100%
Santa Maria	27,3%	4,5%	----	68,2%	100%
Boa Vista	42,9%	4,8%	4,8%	47,6%	100%

Santa Cruz	48,1%	----	----	51,9%	100%
Praia	7,9%	4,3%	3,3%	84,5%	100%
Maio	73,3%	----	10%	16,7%	100%

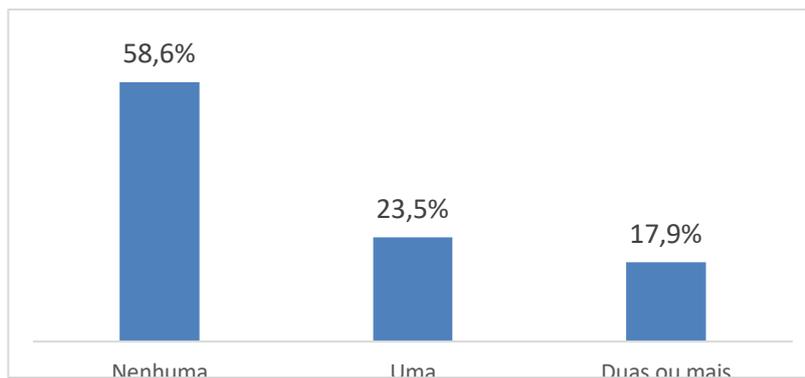
*Número total de pessoas que escutam as RC = 592; Número de pessoas que não puderam identificar um ou mais programas= 524;
Número de pessoas que não puderam identificar um ou mais locutores= 518;
Dados em % e valores absolutos*

Fig.11- Qualidade da informação/notícias da comunidade



Número total de pessoas que escutam as RC = 592; Dados em %

Fig. 12 - Alguma associação que ficou a conhecer



Número total de pessoas que escutam as RC = 592; Dados em %

Fig.13 - Associação por concelho

Concelho	Ficou a conhecer alguma associação da sua comunidade através da RC?			Total
	Nenhuma	Uma	Duas ou mais	
Paul	61,1%	11,1%	27,8%	100%
Ribeira Brava	74,4%	2,3%	23,3%	100%
Tarrafal de São Nicolau	56,5%	26,1%	17,4%	100%
Espargos	67,5%	12,5%	20%	100%
Santa Maria	68,2%	9,1%	22,7%	100%
Boa Vista	61,9%	19%	19%	100%
Santa Cruz	66,7%	29,6%	3,7%	100%
Praia	54,9%	28%	17,1%	100%
Maio	53,3%	26,7%	20%	100%

Número total de pessoas que escutam as RC = 592; Dados em %

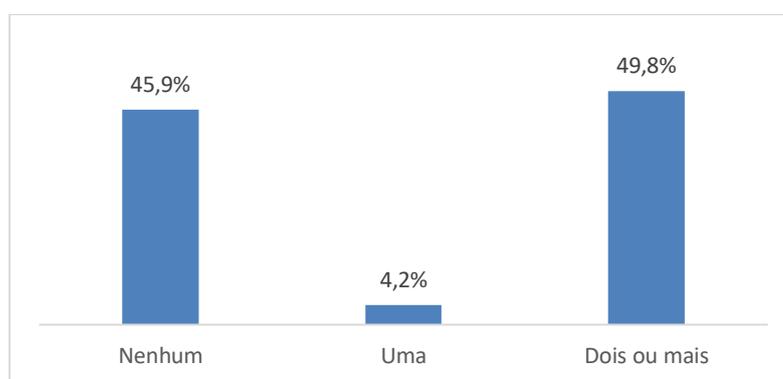
Fig. 14 - Identifica corretamente a associação

	Uma	Duas ou mais	Total
Diz que ficou a conhecer	139	106	245

Soube identificar	%	%	%
Sim	47,5%	41,5%	44,9%
Não	52,5%	58,5%	55,1%

Número total de pessoas que escutam as RC = 592; Dados em %

Fig. 15 - Artista ou grupo musical



Número total de pessoas que escutam as RC = 592; Dados em %

Fig. 16- Artista ou grupo musical/por concelho

Concelho	Ficou a conhecer algum artista ou grupo musical e/ou cultural através da RC?			Total
	Nenhuma	Uma	Duas ou mais	
Paul	66,7%	5,6%	27,8%	100%
Ribeira Brava	60,5%		39,5%	100%
Tarrafal de São Nicolau	21,7%		78,3%	100%
Espargos	50,0%	2,5%	47,5%	100%
Santa Maria	18,2%		81,8%	100%

Boa Vista	33,3%		66,7%	100%
Santa Cruz	22,2%		77,8%	100%
Praia	49,5%	6,3%	44,3%	100%
Maio	33,3%		66,7%	100%

Anexo IV - Níveis de interatividade

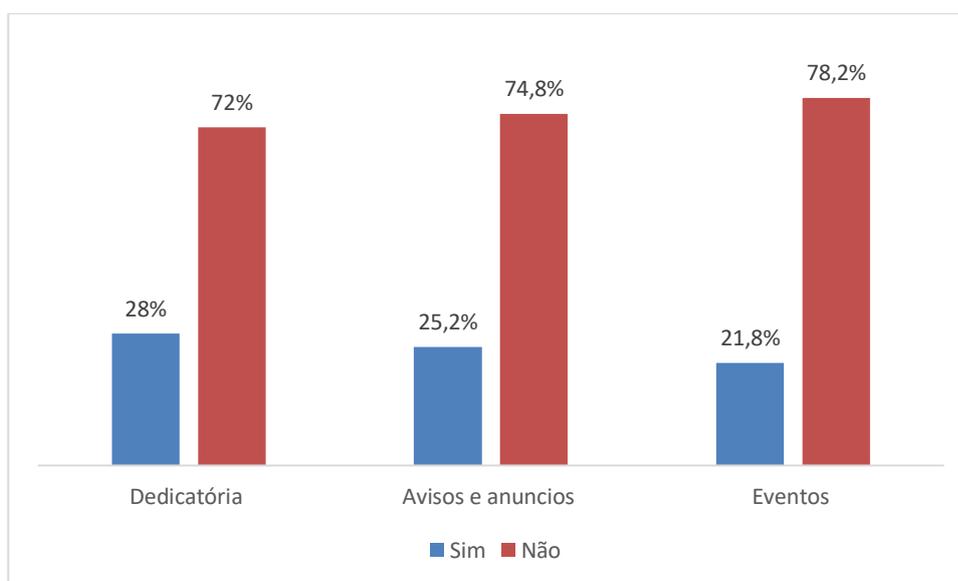
Fig. 1 – Pessoas que entraram em contacto e forma como o fizeram

Entrou em contacto	Por telefone	Por carte/Email	Facebook	Em visita	Total
Uma vez	17	----	1	26	44
Duas vezes	14	2	----	12	28
Três ou + vezes	71	3	----	11	85
Total	102	5	1	49	157

Número total de pessoas que escutam as RC = 592; Número de pessoas que entraram em contacto com as RC=157.

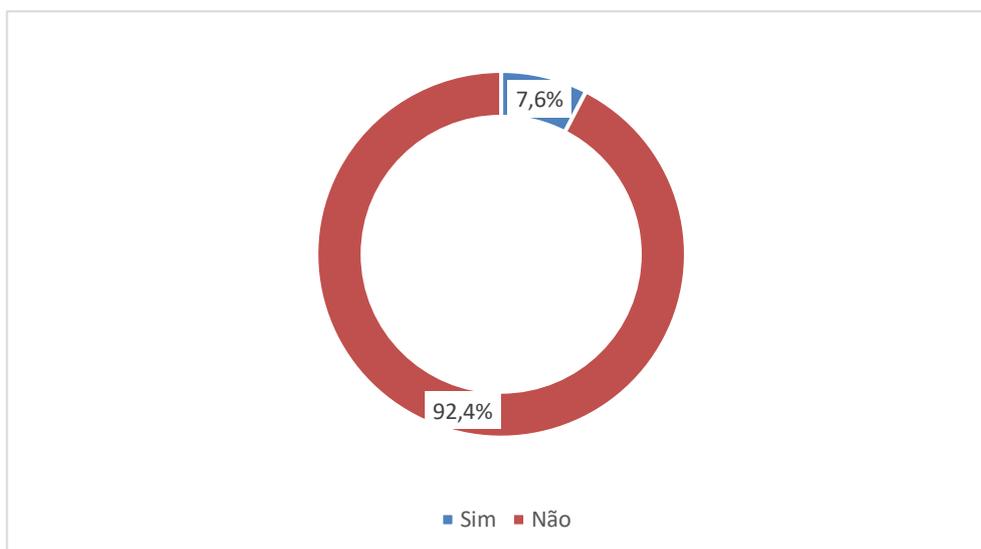
Dados em valores absolutos

Fig. 2 - Dedicatórias, avisos e eventos



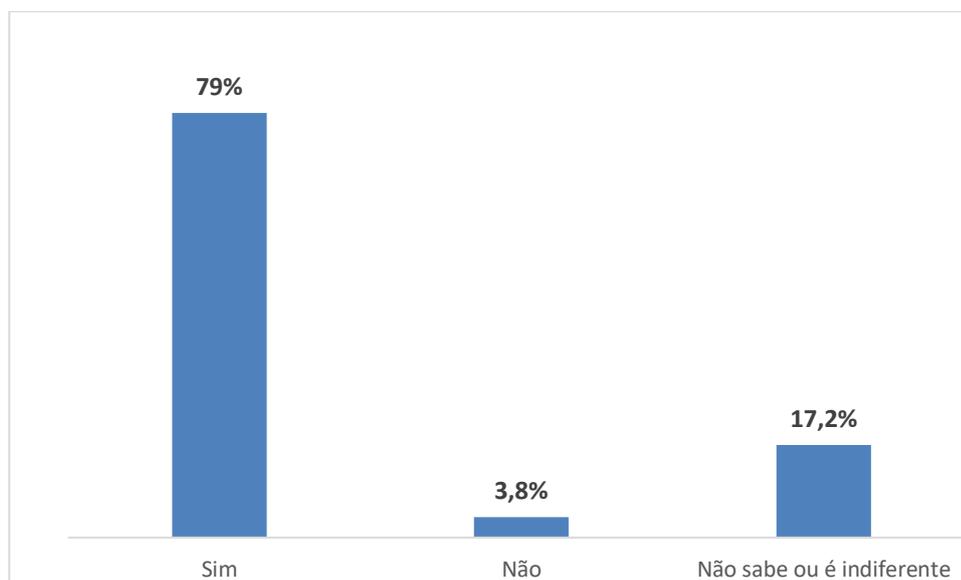
Número total de pessoas que escutam as RC = 592; Dados em %

Fig-3 - Pedido de opinião em relação a programação



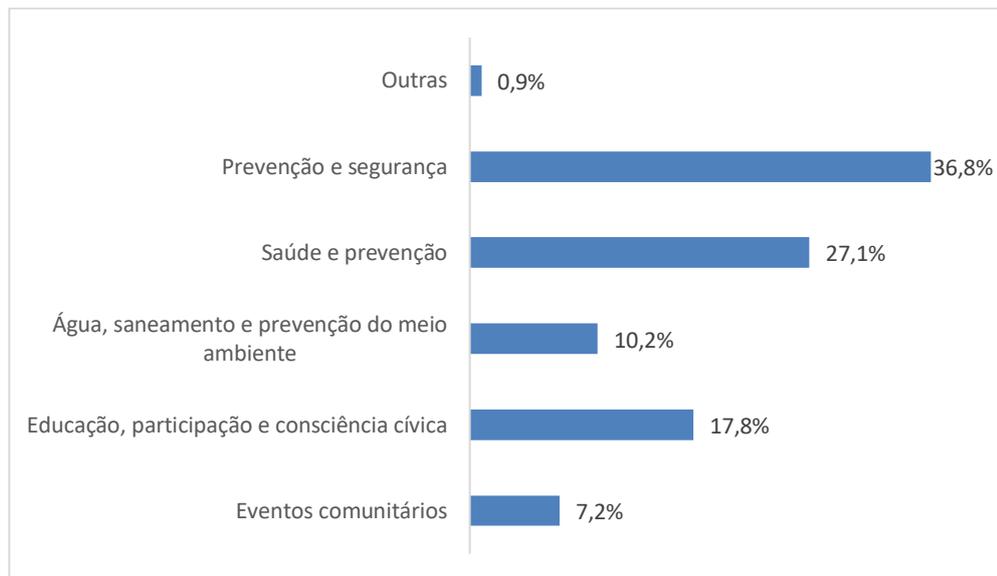
Número total de pessoas que escutam as RC = 592; Dados em %

Fig. 4 – Pessoas que consideram que as RC deveriam pedir sua opinião com relação a programação



Número total de pessoas que escutam as RC = 592; Dados em %

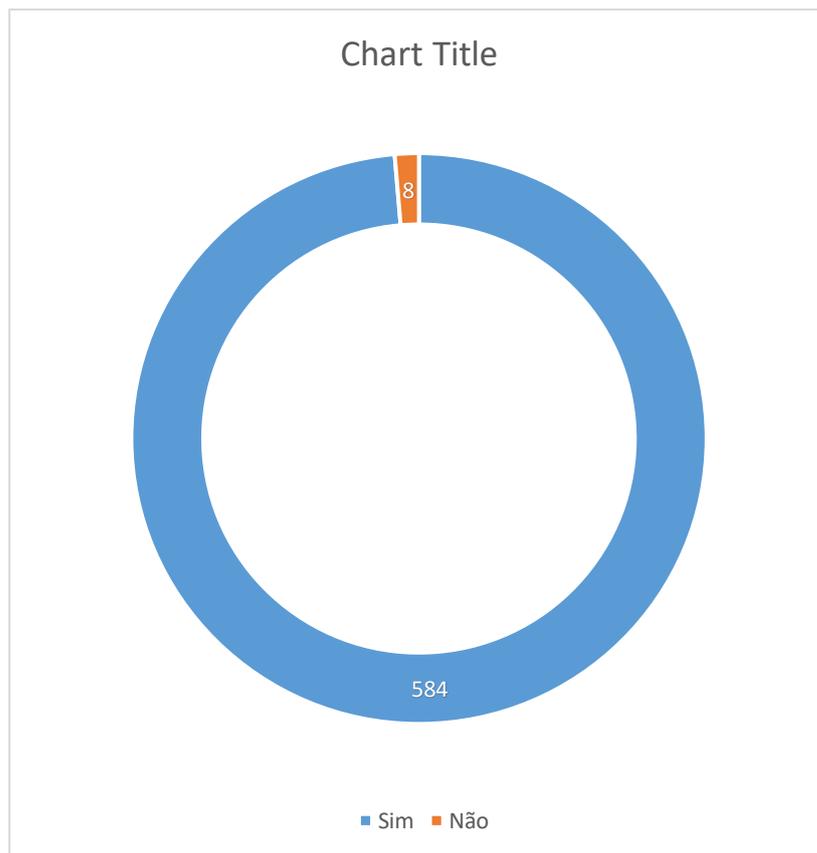
Fig. 5 - Matéria de opinião



Número total de pessoas que escutam as RC = 592; Dados em %

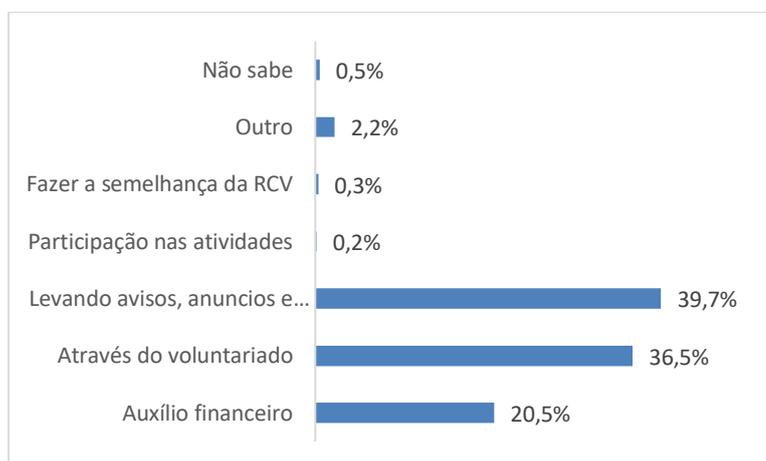
Anexo V - Financiamento

Fig.1 - Opinião favorável ao financiamento



Número total de pessoas que escutam as RC = 592; Dados em %

Fig. 2 – Modalidades de financiamento



Número total de pessoas que escutam as RC = 592; Dados em %